

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XV — Abril/Junho de 1954 — N.º 58

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretor responsável: MAURÍCIO FILCHTNER

Secretario: VALDEMAR CAVALCANTI

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação - 22-3657
Assinaturas - 42-7142

Assinatura anual: Cr\$ 80,00

S U M Á R I O

JORGE KINGSTON	
ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DA AGRICULTURA NO BRASIL	69
ERNANI THIMÓTEO DE BARROS	
AS MIGRAÇÕES INTERIORES NO BRASIL	77
ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES	
ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA	85
A DURAÇÃO MÉDIA DA VIDA ECONOMICAMENTE ATIVA	91
MANUEL DIÉGUES JÚNIOR	
EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA ASSIMILAÇÃO CULTURAL DOS IMIGRANTES NO BRASIL	97
GIORGIO MORTARA	
MÉTODOS PARA A ESTIMATIVA DA FECUNDIDADE DE POPULAÇÕES SEM REGISTRO OU COM REGISTRO INCOMPLETO DOS NASCIMENTOS	103
INFORMAÇÕES GERAIS	109
BIBLIOGRAFIA	113
LEGISLAÇÃO	115
ATRAVÉS DA IMPRENSA	120
RESENHA	124

JORGE KINGSTON

(Professor de Estatística da Universidade do Brasil)

ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DA AGRICULTURA NO BRASIL

1º O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

ENTRE 1940 e 1950 a população do Brasil aumentou de quase 11 milhões de habitantes, ou seja numa proporção de mais de 26%. Poucos países do mundo apresentam tal vitalidade demográfica. Esse aumento foi quase exclusivamente devido ao crescimento vegetativo.

A contribuição do excedente de imigração nas trocas populacionais com o exterior, avaliada com largueza, só atinge 112 mil pessoas.

A tabela I nos dá os efetivos populacionais nas épocas do censo de 1940 e 1950, discriminados segundo os quadros urbano, suburbano e rural. O aumento relativo da população urbana, durante o decênio, e sobretudo o da suburbana, sobreleva de muito o da rural, evidenciando uma nítida tendência à urbanização no país. Mas o aumento de população, nos dois primeiros casos, em grande parte foi devido a movimentos migratórios internos, alimentados pelo quadro rural.

TABELA I

Variação da população presente
(1 000 habitantes)

QUADROS ADMINISTRATIVOS	POPULAÇÃO PRESENTE		Aumento no decênio	Proporção de aumento (%)
	1.º-VII-1940	1.º-VII-1950		
Urbanos	9 163	12 962	3 799	41,5
Suburbanos	3 681	5 827	2 146	58,4
Rurais	28 270	33 187	4 917	17,4
BRASIL	41 144	51 976	10 862	26,4

A falta de estatísticas de nascimento e óbitos adequadas não permite conclusões definitivas, mas uma estimativa da importância desses movimentos foi feita pelo Prof. Mortara.¹ De conformidade com a tabela II, o aumento da população nos quadros urbanos e suburbanos dependeu apenas na proporção de pouco mais da metade do incremento vegetativo; a metade restante provém das migrações das populações rurais para a cidade. Tais populações se viram assim desfalcadas em mais de um terço do seu incremento vegetativo.

O presente trabalho foi elaborado no Serviço de Estatística do Instituto Brasileiro de Economia (Fundação Getúlio Vargas).

¹ Mortara, G — "As variações da população urbana, suburbana e rural do Brasil entre 1940 e 1950" (Estudos Demográficos n.º 84).

TABELA II

Incremento natural e movimentos migratórios, 1940-1950

QUADROS ADMINISTRATIVOS	Incremento natural	MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS		Aumento no decênio	Proporções das migrações no aumento (%)
		Interiores	Exteriores		
Urbanos	1 939	1 820	40	3 799	47,6
Suburbanos	1 211	923	12	2 146	43,0
Rurais	7 600	2 743	60	4 917	36,1
BRASIL	10 750	—	112	10 862	—

O fenômeno do êxodo rural, em parte é devido à progressiva industrialização do país, em parte às condições climáticas de extensas áreas do Nordeste, onde a irregularidade ou escassez das precipitações pluviiais dificultam um aproveitamento agropecuário intensivo do solo e tornam aleatório o resultado dessa exploração.

II — A COMPOSIÇÃO POR SEXO E IDADE

A POPULAÇÃO do Brasil se caracteriza por uma forte proporção de indivíduos nas idades infantis e adolescentes, e fraca proporção nas idades maduras e senis. A tabela III nos dá essa composição separadamente para o quadro rural e urbano, para os grupos de idade de 0-14, 15-59 e 60-∞ anos

TABELA III

Composição da população por sexo e idade — 1950

(Proporção por 1 000 habitantes)

QUADROS ADMINISTRATIVOS	Sexo	IDADES			Total
		0-14	15-59	60-w	
Urbanos	Homens	165	285	23	473
	Mulheres	169	326	32	527
	TOTAL	334	611	55	1 000
Rurais	Homens	232	259	19	510
	Mulheres	224	248	18	490
	TOTAL	456	507	37	1 000

As características assinaladas se acentuam para as populações rurais, onde os indivíduos do primeiro e último grupo constituem quase a metade do total

Constata-se também que a população rural é, em globo, marcadamente masculina. A proporção de homens se eleva a 51% sobre o total, enquanto que na zona urbana é de apenas 47,3%. A proporção dos homens no quadro rural excede a de mulheres em tôdas as idades, aumentando essa proporção ao se passar das idades juvenis para as senis, ao passo que o inverso ocorre nos quadros urbanos. A masculinidade da população rural é um fato que se observa em tôdas as unidades federais, exceto nos Estados compreendidos entre a Paraíba e a Bahia, onde essa proporção desce a valores da ordem de 962-990 por mil mulheres.

As características da composição por idade e sexo das populações rurais e urbanas, reveladas nas tabelas precedentes, encontram sua explicação, de um lado, nas taxas diferenciais de fecundidade e mortalidade, de outro nos movimentos migratórios internos que se processam no decênio.²

² Mortara, G — "Características demográficas das populações rurais do Brasil" (Rio de Janeiro, 1952), pág 14

Em tôdas as regiões rurais do país constata-se uma elevada taxa de natalidade, que estudos do Prof. Mortara mostram oscilar entre 46 e 48‰ e, ao mesmo tempo, uma elevada taxa de mortalidade, da ordem de 22 a 20‰. Resulta assim uma alta taxa de incremento natural, entre 25 e 27% de média anual. Em decorrência de tão vigoroso movimento vegetativo as populações rurais apresentam, em sua composição por idade, uma elevada proporção de crianças e adolescentes, e proporções muito baixas de velhos.

A primeira dessas características tende ainda a se acentuar em virtude dos movimentos migratórios internos, que são alimentados com a subtração às populações rurais de elementos mais válidas, a não ser nos casos dos fenômenos climáticos da "sêca", que ocasionam o êxodo de populações em massa.

Por outro lado, na imigração do campo para a cidade tende a prevalecer o elemento feminino, que se desloca à procura de melhores oportunidades de emprego, contribuindo assim para elevar a proporção de homens na população que permanece radicada ao meio rural. Nos movimentos migratórios entre zonas rurais, ou nos que se dirigem para as zonas de atividades extrativas, e ainda na imigração pioneira para novas áreas só agora abertas à colonização, é o elemento masculino que prevalece.

As variações regionais nas taxas de reprodução constituem, assim, um fator preponderante na redistribuição da população. Podemos recorrer a indicações indiretas sobre a fecundidade comparativa das mulheres, tomando a proporção entre o número de crianças de 0-9 anos sobre o de mulheres de 15-49 anos.

Nos quadros rurais das diferentes regiões do país, a proporção varia entre 141,5 e 148,3 com um valor médio de 143,8. Ela é uniformemente mais elevada nas áreas urbanas, onde a média alcança apenas 82%.

III — A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO

UMA idéia da distribuição regional de população e de sua densidade demográfica pode-se obter através da tabela IV.³ Foi considerada como urbana a população recenseada em aglomerações com mais de 2 000 habitantes, e como "não-urbana" a população restante. Embora nem toda essa população se possa considerar como estritamente "rural", no sentido de dedicar suas atividades a trabalhos agrícolas e pecuários, a identidade dos dois conceitos prevalece para grande maioria.

TABELA IV

População total, urbana e não-urbana — 1950

REGIÕES	POPULAÇÃO PRESENTE (1 000 habitantes)			Proporção da população não-urbana (%)	Densidade da população não-urbana (hab/km ²)
	Total	Urbana	Não-urbana		
BRASIL	51 976	16 015	35 961	69,2	4,2
Norte	1 845	467	1 378	74,7	0,4
Nordeste	12 494	2 610	9 884	79,1	10,2
Leste*	16 526	3 966	12 560	75,9	10,0
Sul	16 997	6 397	10 600	62,4	12,9
Centro-Oeste	1 737	272	1 465	84,4	0,8

* Exclusive Distrito Federal

Em conjunto, a população não-urbana excede de dois terços da população total. As regiões do Nordeste e Leste apresentam proporções da ordem de três quartos; no Sul essa proporção desce a três quintos devido à inclusão do Estado de São Paulo, onde ela é de cerca de metade.

A densidade média da população não-urbana é muito baixa, correspondendo a pouco mais de 4 hab./km². Mesmo assim, essa densidade cai para 0,4 na região

³ Mortara G — Op cit pág 5

Norte, e se eleva a quase 13 hab na Sul As maiores densidades demográficas observam-se no Rio de Janeiro (31 hab/km²) e nos Estados de colonização mais antiga situados em tórno de Pernambuco (24-30 hab/km²)

Esses valores médios, contudo, têm escassa significação, pois a população não-urbana não se acha espalhada com a uniformidade que se constata em países economicamente mais desenvolvidos Em quase todos os Estados há ainda vastas zonas não habitadas nalguns, a maior parte do território ainda continua fechada à civilização

Não estando ainda ultimada a apuração do censo agrícola de 1950, temos de nos referir aos dados do de 1940 para um exame do aproveitamento territorial em atividades agropecuárias A área incluída nos estabelecimentos recenseados representava então menos de um quarto (23,4%) da área terrestre do Brasil (846,4 milhões de hectares) Mesmo assim, essa área tinha um escasso aproveitamento

A área das lavouras, que correspondem ao uso mais intensivo da terra, não chegava a atingir 10% da área ocupada pelos estabelecimentos As pastagens constituíam 44%, as florestas 25%, enquanto que o restante, ou 21%, correspondia a terras improdutivas ou não utilizadas

IV --- A POPULAÇÃO ATIVA ESTRUTURA E CRESCIMENTO

Como em todos os países subdesenvolvidos, observa-se no Brasil uma grande concentração de sua população economicamente ativa na agricultura. No entanto, durante o decênio 1940-1950 essa estrutura veio se modificando, com um decréscimo relativo de atividades na produção primária a favor de um aumento na indústria; o Brasil segue assim o esquema clássico de transição para uma economia mais adiantada

O estudo dessa evolução torna-se, contudo, difícil em vista dos dados sobre ocupação nos dois censos demográficos de 1940 e 1950 não serem homogêneos Devido a divergências na redação dos respectivos questionários, resultou que em 1950 grande número de mulheres, que contribuíam, embora parcialmente, para as atividades produtivas, sobretudo na agricultura, classificaram-se na categoria de serviços domésticos, deste modo, a respectiva taxa de ocupação geral caiu de 13,4% em 1940 para apenas 7,4% em 1950 ⁴ A fim de tornar compatíveis os resultados dos dois censos, modificamos os dados da ocupação da mulher na agricultura em 1950 mediante a hipótese de que a sua taxa de atividade (percentagem das pessoas ocupadas na população total da mesma idade), em cada um dos Estados, se tenha modificado, de 1940 para 1950, na mesma proporção em que variou a taxa de atividade dos homens Dessa maneira foi elaborada a tabela V

TABELA V

Distribuição da população economicamente ativa *

RAMOS DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO ATIVA		Variação no decênio (%)	PROPORÇÃO POR RAMOS (%)		TAXAS PARCIAIS DE ATIVIDADES (%)	
	1940	1950		1940	1950	1940	1950
Agricultura	9 454	10 571	11,2	67,4	61,9	32,6	29,0
Indústrias Extrativas	391	483	12,4	2,8	2,8	1,4	1,3
Manufaturas	1 400	2 231	15,9	10,0	13,1	4,8	6,1
Comércio e serviços	2 775	3 786	13,7	19,8	22,2	9,6	10,4
TOTAL	14 020	17 071	12,2	100,0	100,0	48,4	46,8

* População de 10 anos de idade e mais

Foi a agricultura que teve o menor aumento proporcional no decênio, pouco mais de 11% Deste modo, a sua importância relativa caiu de 68% para 60%

A taxa de atividade total se manteve praticamente constante, na agricultura caiu de 32 para 29%. Esse declínio não foi, contudo, uniforme. A tabela VI

⁴ *Conjuntura Econômica*, setembro 1953, pág 64 Mortara, G — "As atividades de população da Bahia segundo os censos demográficos de 1940-1950" (Estudos Demográficos n° 57)

ressalta as variações havidas na ocupação agrícola, separadamente para as diversas regiões fisiográficas. A população agrícola cresceu em tôdas as regiões, mas a taxa de atividade caiu em tôdas elas; a menor diminuição observa-se no Nordeste, a maior no Centro-Oeste. A proporção das atividades agrícolas na ocupação total baixou fortemente na região Sul, e menos na Leste, devido ao deslocamento da mão-de-obra para a indústria. Nas outras regiões foi o inverso que aconteceu. Na Centro-Oeste trata-se de um avanço da fronteira econômica; mas no Nordeste essa ruralização parece traduzir antes a falta de outras oportunidades de trabalho para uma população que se expande rapidamente.

TABELA VI
População ocupada na agricultura — 1950

REGIÕES	POPULAÇÃO OCUPADA (1 000 habitantes)		Variação no decênio (%)	PROPORÇÃO NA OCUPAÇÃO (%)		TAXA PARCIAL DA ATIVIDADE (%)	
	1940	1950		1940	1950	1940	1950
BRASIL	9 454	10 571	11,2	67,4	61,9	32,6	29,0
Norte	264	278	10,5	51,7	48,0	25,7	21,9
Nordeste	2 598	3 042	11,7	77,2	78,7	37,5	35,5
Leste*	3 406	3 611	10,6	74,1	70,0	35,4	31,5
Sul	2 867	3 252	11,3	63,2	54,4	31,3	26,9
Centro-Oeste	300	405	13,5	73,3	78,2	34,7	29,0

* Exclui o Distrito Federal

V — RENDA NACIONAL E A PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

EM 1952, a renda nacional, segundo avaliação do *Instituto Brasileiro de Economia*⁵ orçava em 298 bilhões de cruzeiros, ou seja, uma renda "per capita" de Cr\$ 5 500. Descendo a uma análise regional, constata-se que esta renda se distribui muito desigualmente. Segundo a tabela VII, cerca da metade da renda se concentra na região Sul (particularmente em São Paulo, onde a renda "per capita" sobe a Cr\$ 11 100), cerca de um quinto na Leste. As regiões do Norte e Centro-Oeste contribuem com apenas percentagens diminutas. Essas diferenças se refletem na renda "per capita", que excede na região Sul, de 50%, a renda média do país, enquanto que em tôdas as demais regiões ela é inferior à média, caindo mesmo no Nordeste a 40%.

TABELA VII
Repartição geográfica da renda nacional e participação da produção agrícola — 1952

REGIÕES	RENDA NACIONAL			RENDA NA AGRICULTURA***			
	Total (bilhões de cruzeiros)	Per capita (Cr\$ 1 000)	Proporção por região (%)	Total (bilhões de cruzeiros)	Per capita (Cr\$ 1 000) ****	Proporção por região (%)	Proporção sobre renda nacional (%)
BRASIL*	298,3	5,5	100,0	90,1	8,0	100,0	30,2
Norte	5,3	2,7	1,8	1,5	3,8	1,7	28,3
Nordeste	29,8	2,3	10,0	11,4	3,6	12,7	38,3
Leste**	60,0	3,5	20,1	23,7	16,3	26,3	29,5
Sul	148,6	8,3	49,8	49,7	14,6	55,2	33,4
Centro-Oeste	6,0	3,2	2,0	3,4	7,7	3,8	56,7

* Inclusive renda paga no estrangeiro e 3,8 milhões de renda não discriminada regionalmente

** Exclui Distrito Federal.

*** Inclusive a indústria extrativa vegetal

**** Por pessoa ocupada na agricultura

A distribuição da renda oriunda das atividades agropecuárias e industriais, extrativas vegetais, apresenta a mesma desigualdade. Cerca de 55% da renda provém da região Sul, em parte devido à natureza de suas lavouras, onde predomina a cultura do café, em parte devido ao uso de técnicas agrícolas mais adiantadas. Cerca de um terço da renda provém de Leste, contribuindo o Norte com menos 2%.

A renda média por pessoa ocupada na agricultura é de Cr\$ 8 000. Também aqui essa renda é de 80% superior à média na região Sul e inferior em todas as demais.

A participação da agricultura na formação da renda nacional, que é em média de 30%, apresenta menores discrepâncias regionais, exceto na região Centro-Oeste, onde se eleva a 57%. Essa participação, como, aliás, as dos outros ramos de atividade, não se alterou significativamente de 1939 para cá. Consoante a tabela VIII a agricultura contribui, durante todo o período, com cerca de um terço do produto nacional, a indústria com um quinto, e comércio e serviços com a outra metade. Essa impressão de estabilidade, no entretanto, decorre da presença do fator monetário, que encobre as alterações estruturais que se processaram em nossa economia. Segundo estimativas que Van Der Meiren e Loeb,⁶ quando se considera a expansão em termos reais, ou seja a preços constantes, a participação da agricultura cai de 33,3% em 1939 a 24,5% em 1951. A contração do setor agrícola é quase toda ela compensada pela expansão da indústria manufatureira, cuja participação se eleva de 17,4 no início a 24,5 no fim do período.

TABELA VIII

Renda nacional e sua distribuição por ramos de atividades

REGIÕES	1939**	1948	1950	1952
Renda Nacional (bilhões de cruzritos)	35,7	157,8	209,7	298,3
Distribuição por ramos de atividade (%)*:				
Agricultura	33,7	30,2	31,5	30,2
Indústria	18,1	19,1	19,0	20,1
Comércio e serviços	49,2	49,8	48,2	47,7

* A agricultura inclui a indústria extrativa vegetal, a indústria inclui a mineração. A soma das percentagens difere de 100 devido à renda paga no exterior e à não discriminada por ramos.

** Estimativa de P. Van der Meiren, "Aspectos do Desenvolvimento Econômico do Brasil" (São Paulo, 1953).

VI — O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A PRODUÇÃO agrícola do Brasil compreende safras que se destinam principalmente, ou mesmo exclusivamente, ao consumo interno, e outras que se destinam à exportação. A expansão dessa produção durante o decênio pode ser avaliada pelos índices constantes da tabela IX.

TABELA IX

Índices do volume físico da produção agropecuária (*)

(1939 = 100)

ESPECIFICAÇÃO	1940	1945	1948	1950	1952
Produção agrícola:					
a) Safras domésticas	97	103	115	129	135
b) Safras de exportação	97	118	137	154	156
b) Safras de exportação	98	83	86	95	107
Produção pecuária	89	83	105	110	113
TOTAL	95	98	112	124	129

* Calculado pela fórmula de Laspeyres. O índice da produção agrícola tem a mesma composição do do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exceto quanto à base e à ponderação, que se referem a 1939; foram considerados como de exportação o café, algodão, cacau, fumo e mamona. O índice da produção animal é o mesmo do IBGE, convertido à base de 1939. O índice geral é uma média ponderada dos anteriores.

⁶ Van Der Meiren e Loeb — "Trends and Problems in Economic Development of Brazil" (março 1953) pág. 9

Nessa evolução destacam-se duas tendências: até 1945 essa produção manteve-se estacionária, incrementando-se de então por diante; em 1952 a produção pecuária tinha aumentado de 13%, a agrícola de 35%. No entretanto, o comportamento da produção agrícola foi muito diverso no que respeita às safras domésticas e de exportação. As primeiras tiveram um crescimento quase contínuo a partir de 1940, as segundas não tinham até 1950 alcançado a paridade de ante-guerra; em 1952 só acusavam um aumento de 7%. As dificuldades de transporte e o fechamento de vários mercados durante a guerra, as disparidades entre os preços internos e externos em seguida, contribuíram para que a produção agrícola desse setor não tivesse acompanhado a expansão das safras domésticas, que se processou simultaneamente com a industrialização do país.

A ampliação do quantitativo da produção agrícola ocorreu ao mesmo tempo que o alargamento das áreas de cultura. Para se avaliar o que isso representou desdobramos na tabela X o índice de quantidade Q num índice de área A e outro de rendimento, de modo que $Q = A \times R$.⁷ Resulta daí que o aumento da produção agrícola foi devido exclusivamente à ampliação das áreas das lavouras; durante o decênio, o rendimento das safras domésticas manteve-se praticamente estacionário, o das de exportação decaiu ligeiramente

TABELA X

Índice da área e rendimento das culturas agrícolas
(1939 = 100)

ESPECIFICAÇÃO	1940		1945		1948		1950		1952	
	A	R	A	R	A	R	A	R	A	R
Produção agrícola:	96	101	114	90	120	96	131	98	139	97
a) Safras domésticas	97	100	122	97	136	101	149	103	155	101
b) Safras de exportação	95	102	103	81	98	88	108	89	117	92

A confrontação dos dados sobre a produção agrícola com os do desenvolvimento da população ocupada na agricultura permite algumas ilações sobre a evolução da produtividade na agricultura. Para esse fim, essa população foi estimada, para os anos intermédios, mediante a hipótese da constância da taxa média geométrica de incremento anual. Em consequência, obtivemos os seguintes índices de produtividade

TABELA XI

Índice da produtividade na agricultura
(1939 = 100)

ESPECIFICAÇÃO	1940	1945	1948	1950	1952
1 Índices da população ocupada na agricultura	101	107	111	113	116
2 Índice da produtividade agropecuária	94	92	102	109	111
3 Índice da produtividade agrícola	96	96	104	114	116

Essa produtividade declinou até 1945, mas de então por diante vem se elevando gradualmente, atingindo em 1952, para produção agrícola propriamente dita, o aumento de 16%. Esse aumento de produtividade foi certamente muito maior nas safras domésticas. Admitindo para essas a mesma taxa média de crescimento da população agrícola do país, ela teria experimentado até 1952 uma elevação da ordem de 34%

⁷ O índice A foi calculado pela forma de Laspeyres com ponderação segundo o valor da produção por unidade de área

$A = \frac{a_1 (a_0 p_0)}{a_0 (r_0 p_0)}$; O índice R com uma fórmula análoga à de Pasche $R = \frac{r_1 (a_1 p_0)}{r_0 (a_1 p_0)}$ Verifica-se assim a identidade $Q = A \times R$

VII — TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

DURANTE o decênio, a expansão da produção agrícola foi influenciada por diversos fatores, alguns favoráveis, outros não. Os preços internacionais dos produtos agrícolas mantiveram-se altos, e sua demanda foi incrementada pelo movimento da industrialização do país e pelos altos níveis da renda nacional. No entanto, essa industrialização se processou mediante uma crescente pressão inflacionária e, até recentemente, uma regulamentação cambial e controle quantitativo de comércio exterior, que vieram a constituir fatores desfavoráveis para a exploração agrícola. A disparidade criada entre preços internos e externos dificultou e acabou por eliminar a exportação de vários produtos agrícolas. Algumas outras medidas constituíram um desestímulo para a produção agrícola, levando o fazendeiro a preferir a aplicação de suas economias na compra de terras ou nas inversões imobiliárias nas cidades.

Não obstante, a produção agrícola experimentou um sensível aumento, e a das safras domésticas excedeu de 50%, enquanto que a população do país crescia apenas de 20%. Vimos que isso ocorreu simultaneamente com uma notável expansão das áreas de cultivo. Em parte essas culturas surgiram nas terras recentemente desbravadas do norte do Paraná e da região Centro-Oeste, mas a tendência foi geral em todo o país.

A melhoria da produção foi mais sensível nas culturas que, como o algodão, a cana-de-açúcar e o trigo, são suscetíveis de mecanização. Foi intenso o movimento nesse sentido no pós-guerra. Estima-se que em 1948 só existiam em uso 6 000 tratores, de então para cá, nada menos de 30 000 foram importados.

Poucos progressos têm sido feitos na melhoria do rendimento unitário das colheitas. A produtividade da grande massa dos trabalhadores agrícolas ainda é muito baixa. O emprêgo de sementes selecionadas, fertilizantes, inseticidas, etc., continua muito limitado. A falta de conhecimento das técnicas modernas, a insuficiência de capitalização, as doenças endêmicas em certas regiões do país, uma defeituosa distribuição de propriedade territorial, as dificuldades de transporte e de crédito, são fatores que contribuem para reduzir os incentivos para uma maior e mais eficiente produção.

Contudo, começa-se a prestar à expansão agrícola um apoio maior, mediante múltiplas atividades de fomento. A exportação de produtos agrícolas ainda constitui a exclusiva fonte de divisas, de que depende o equipamento de nosso parque manufatureiro. A transferência da mão-de-obra para as atividades fabris exige, para que se efetue sem prejuízo da alimentação do povo, uma progressiva melhoria da produtividade agrícola. Dêste modo, podemos esperar que o estímulo à produção agrícola concorra para que o processo de desenvolvimento econômico do país venha a se desenvolver harmônicamente.

ERNANI THIMÓTEO DE BARROS

(Do Laboratório de Estatística)

AS MIGRAÇÕES INTERIORES NO BRASIL

1. Introdução — 2. Informações sobre as principais correntes de migração interior, deduzidas dos recenseamentos. — 3. Influência das migrações interiores sobre a variação da população urbana, suburbana e rural. — 4. Contribuição da imigração para o crescimento das populações das grandes cidades — 5. As aglomerações urbanas e a contribuição da imigração para o seu desenvolvimento — 6. Considerações finais.

1. Os movimentos de migração interior no Brasil são muito importantes e muito variados. Além das correntes dirigidas da zona rural para a cidade, características dos países modernos, encontram-se em nosso país correntes dirigidas de zonas menos favorecidas pela natureza ou sujeitas a calamidades periódicas para zonas mais favorecidas e mais seguras, de terras já esgotadas por uma exploração de rapina para terras ainda inexploradas, de regiões economicamente em depressão para regiões florescentes.

Não há estatística completa desses movimentos; na maior parte dos casos não são registrados, e somente em um dos Estados de imigração, o de São Paulo, se se ocupou em organizar uma estatística das entradas de imigrantes. A medida indireta destes movimentos com a ajuda das estatísticas dos nascimentos e dos óbitos tornou-se muito difícil pelas lacunas irreparáveis que afetam estas estatísticas. Fica-se, portanto, limitado a utilizar, como fonte principal de informação, para o estudo das migrações interiores, os dados dos recenseamentos.

Felizmente, nos últimos dois recenseamentos (1940 e 1950), teve-se o cuidado de classificar os habitantes segundo o lugar de nascimento em combinação com o lugar de presença. Para os naturais do Brasil, a classificação foi feita segundo as Unidades da Federação (Estados, Distrito Federal, Territórios Federais), de maneira a tornar conhecidos os números dos presentes em cada Unidade naturais da mesma e de cada uma das outras Unidades e os números dos naturais de cada Unidade presentes na mesma e em cada uma das outras Unidades.

Os dados assim obtidos não permitem medir as correntes migratórias, pois que representam somente o que se poderia chamar de "saldos" ativos ou passivos, na data do recenseamento, dos movimentos de entrada, de um lado, e de eliminação por óbito ou por saída, do outro. Todavia, são suficientes para dar uma idéia da importância comparativa das diversas correntes, especialmente em um país como o Brasil, onde a maior parte da emigração interior tem um caráter permanente ou quase permanente.

Pelos dados do recenseamento pode-se facilmente distinguir as Unidades onde prevalece a emigração e aquelas onde prevalece a imigração, estabelecer a origem e o destino das correntes principais, e mesmo, em parte, reconstruir sua composição por sexo e por idade. A análise comparativa dos resultados de dois recenseamentos sucessivos pode indicar as tendências que se manifestam no volume e na direção dessas correntes.

2. A importância considerável das migrações interiores no Brasil é atestada pelos números dos habitantes que os dois últimos recenseamentos encontraram fora da Unidade da Federação em que tinham nascido: 3,4 milhões em 1940 e 5,2 milhões em 1950, isto é, respectivamente, 8,5% e 10,3% do total dos brasileiros natos presentes no país na data do recenseamento. Por brevidade, designaremos estes habitantes que se deslocaram: como "emigrados" em relação à Unidade em que nasceram e como "imigrados" em relação à em que se encontram.

A tabela I, construída com base nos dados do recenseamento de 1950, dá o número de emigrados de cada Unidade, em valor absoluto e em percentagem do

total dos brasileiros natos¹ naturais desta Unidade, e o número dos imigrados em cada Unidade, em valor absoluto e em percentagem do total dos brasileiros natos presentes nesta Unidade.

Os números mais elevados de imigrados se encontram no Estado de São Paulo (1 064 000, ou 12,6% da população presente dêste Estado), no Distrito Federal, sede da capital da República (930 000, ou 42,9%), e no Estado do Paraná, que tem tido um desenvolvimento muito rápido durante os últimos anos (661 000, ou 32,4%) Contingentes assaz importantes de imigrados se encontram também nos Estados do Rio de Janeiro (366 000, ou 16,2%), de Goiás (281 000, ou 23,2%), de Minas Gerais, de Pernambuco, etc É necessário advertir que as proporções aparentemente muito elevadas de "imigrados" observadas nos Territórios Federais constituídos em 1943 (Guaporé, Rio Branco e Amapá) não correspondem à realidade, porque se considerou como naturais dos Estados, dos quais êstes Territórios foram desmembrados (Amazonas, Mato Grosso e Pará) todos os habitantes nascidos, nas fronteiras atuais dos Territórios, antes de sua constituição A proporção aparentemente muito elevada de naturais de outras Unidades observada na região da Serra dos Aimorés, em litígio entre dois Estados, é também desprovida de significação, a maior parte de seus habitantes tendo declarado que eram naturais de um ou do outro dêstes Estados

TABELA I

Dados obtidos pelo recenseamento de 1950 sôbre as migrações interiores

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	BRASILEIROS NATOS NATURAIS DA UNIDADE E PRESENTES EM OUTRAS UNIDADES		BRASILEIROS NATOS PRESENTES NA UNIDADE E NATURAIS DE OUTRAS UNIDADES		Ganho (+) ou perda (-) da Unidade pelas migrações interiores de brasileiros natos
	Número absoluto	Percentagem do total dos brasileiros natos naturais da Unidade	Número absoluto	Percentagem do total dos brasileiros natos presentes na Unidade	
Guaporé	299	4,98	29 061	83,42	+ 28 762
Acre	13 313	13,65	29 309	25,80	+ 15 996
Amazonas	53 378	10,42	49 605	9,75	- 3 773
Rio Branco	116	2,81	13 844	77,34	+ 13 728
Pará	81 432	7,25	71 770	6,44	- 9 662
Amapá	117	1,67	30 063	81,31	+ 29 946
Maranhão	100 189	6,59	161 117	10,18	+ 60 928
Piauí	144 946	13,13	86 330	8,26	- 58 616
Ceará	268 486	9,41	107 538	3,99	- 160 948
Rio Grande do Norte	103 669	10,44	77 288	7,99	- 26 381
Paraíba	246 780	13,28	100 159	5,85	- 146 621
Pernambuco	311 138	8,91	207 310	6,12	- 103 828
Alagoas	207 250	16,81	66 675	6,10	- 140 575
Fernando de Noronha	55	63,95	548	94,65	+ 498
Sergipe	107 479	15,03	36 170	5,62	- 71 309
Bahia	430 217	8,42	140 894	2,92	- 289 323
Minas Gerais	1 367 239	15,47	210 868	2,74	- 1 156 371
Serra dos Aimorés*	—	—	118 396	74,06	+ 118 396
Espírito Santo	147 854	16,25	92 787	10,85	- 55 067
Rio de Janeiro	504 130	21,06	365 756	16,19	- 138 374
Distrito Federal	142 053	10,40	929 846	42,92	+ 787 793
São Paulo	507 248	6,45	1 064 009	12,61	+ 556 761
Paraná	71 310	4,93	661 456	32,44	+ 590 146
Santa Catarina	118 748	7,88	151 651	9,84	+ 32 903
Rio Grande do Sul	205 576	4,84	44 435	1,09	- 161 141
Mato Grosso	36 034	7,84	78 070	15,54	+ 42 036
Goiás	37 263	3,86	281 364	23,23	+ 244 101

* Região em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

¹ Os nascidos no Brasil, salvo algumas exceções desprezíveis sob o ponto de vista numérico, são considerados cidadãos brasileiros segundo a lei dêste país

O número mais elevado de emigrados corresponde ao Estado de Minas Gerais (1 367 000, ou 15,5% da população natural dêste Estado). Os Estados de São Paulo (507 000, ou 6,5%), do Rio de Janeiro (504 000, ou 21,1%) e da Bahia (430 000, ou 8,4%) vêm em seguida com números muito mais baixos. Entre os outros Estados que têm fortes contingentes de emigrados, destacam-se os de Pernambuco (311 000, ou 8,9% do total dos naturais do Estado), do Ceará (268 000, ou 9,4%), da Paraíba, do Rio Grande do Sul, etc. Os números, já modestos, de emigrados dos Estados do Amazonas e de Mato Grosso seriam ainda reduzidos se se pudesse eliminar os naturais dos novos Territórios que aí se acham indevidamente incluídos, como acima esclarecemos.

Uma observação que é sugerida pelo exame, embora rápido, da tabela I é a de que, mesmo nas Unidades em que prevalece fortemente a imigração ou a emigração, constata-se frequentemente movimentos consideráveis em sentido oposto. São Paulo, que tem o mais elevado número de imigrados, entre os 20 Estados, tem também um grande número de emigrados, sendo somente ultrapassado por Minas Gerais. O Estado do Rio de Janeiro, que tem um número de emigrados quase igual ao de São Paulo e proporcionalmente mais elevado do que os de todos os outros Estados, tem também um número bem considerável de imigrados. Não se trata somente de movimentos de fluxo e refluxo, que reconduzem aos lugares de origem parte dos emigrados com seus filhos nascidos nos lugares de imigração, mas também e sobretudo de movimentos que se verificam em sentidos opostos nas diversas regiões de um mesmo Estado, nas trocas com as outras Unidades, como veremos mais adiante.

A diferença entre o número de imigrados recebidos e o de emigrados cedidos por determinada Unidade representa o ganho líquido ou a perda líquida de habitantes que resulta diretamente das migrações interiores de brasileiros natos.

Os mais elevados ganhos líquidos são os do Distrito Federal (788 000) e dos Estados do Paraná (590 000) e de São Paulo (557 000). Bem menor, mas ainda muito importante, é o ganho do Estado de Goiás (244 000).

No que se refere às perdas líquidas, o Estado de Minas Gerais ocupa o primeiro lugar (1 065 000), seguido, a grande distância, pelos Estados da Bahia (289 000), do Rio Grande do Sul (161 000), do Ceará (161 000), da Paraíba, de Alagoas, do Rio de Janeiro, etc..

Correntes muito amplas de migração interior afluem às grandes cidades, como se pode ver pelo número de imigrados presentes no Distrito Federal (930 000 em 1950) e pelo número de imigrados de outros Estados presentes na capital de São Paulo (274 000), aos quais é preciso acrescentar algumas centenas de milhares de imigrados do interior dêste mesmo Estado. Apresentaremos mais adiante outros dados aptos a demonstrar a importância das migrações para as cidades.

Outras correntes se dirigem principalmente das zonas rurais das regiões do Leste e do Nordeste² para as regiões do Sul e do Centro-Oeste. Em 1950, enumeraram-se no Sul 981 000 imigrados do Leste e 191 000 do Nordeste, e no Centro-Oeste 227 000 imigrados do Leste e 76 000 do Nordeste. Uma corrente menos ampla se dirige da região do Nordeste para a do Norte, onde em 1950 se encontravam 114 000 naturais da primeira.

Nestas trocas de população verificadas principalmente entre zonas rurais prevalece fortemente o sexo masculino sobre o feminino. Entre os 1 208 000 emigrados da região do Leste compreendidos nas correntes especificadas acima, 664 000 eram homens e 544 000 mulheres; entre os 381 000 do Nordeste, 228 000 eram homens e 153 000 mulheres.

Nas migrações para as cidades, pelo contrário, é o sexo feminino que prevalece. Entre os 930 000 imigrados para o Distrito Federal, encontram-se 437 000 homens e 493 000 mulheres; mesmo levando em conta a mais elevada mortalidade do sexo masculino, êstes dados atestam sua menor participação nas migrações do interior para a capital do país.

A diferença da composição por sexo dêstes dois tipos de correntes migratórias pode ser explicada considerando-se que nas migrações para as cidades a mulher individualmente procura muitas vezes uma ocupação como empregada doméstica, operária, etc., enquanto que nas migrações para zonas não-urbanas ela, com maior frequência, acompanha o homem que procura uma ocupação na agricultura, na pecuária ou na extração de produtos naturais.

Vários detalhes sobre a origem e o destino das principais correntes de migração interior são apresentados na tabela II, em que são comparados os resul-

² O agrupamento das Unidades da Federação por regiões é o seguinte: *Norte*: Estados do Amazonas e do Pará e Territórios Federais do Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá; *Nordeste*: Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, Alagoas e Território Federal de Fernando de Noronha; *Leste*: Estados de Sergipe, da Bahia, de Minas Gerais, do Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal; *Sul*: Estados de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul; *Centro-Oeste*: Estados de Mato Grosso e Goiás.

tados correspondentes dos recenseamentos de 1940 e de 1950. Para cada corrente considerada, esta tabela indica a Unidade de origem e a de destino e dá os "saldos" de emigrados registrados por estes dois recenseamentos. As correntes incluídas nessa tabela são as que deixaram um "saldo" superior a 50 000 em 1950, em conjunto compreendem 3 164 000 emigrados, isto é, mais de seis décimos do número total

TABELA II

Dados obtidos pelos recenseamentos de 1940 e de 1950 sobre as principais correntes de migração interior

UNIDADE DE NASCIMENTO	UNIDADE DE PRESENÇA	NÚMERO DE PRESENTES		UNIDADE DE NASCIMENTO	UNIDADE DE PRESENÇA	NÚMERO DE PRESENTES	
		1940	1950			1940	1950
Minas Gerais	São Paulo	348 676	512 736	Santa Catarina	Paraná	28 428	63 162
Rio de Janeiro	Distrito Federal	286 609	360 324	Pernambuco	São Paulo	31 533	62 745
São Paulo	Paraná	115 299	352 471	Paraíba	Rio Grande do Norte	50 507	60 654
Minas Gerais	Distrito Federal	114 214	191 917	Alagoas	Pernambuco	43 622	60 387
Bahia	São Paulo	153 311	189 685	Bahia	Minas Gerais	61 779	59 649
Minas Gerais	Paraná	40 479	156 848	Alagoas	São Paulo	23 671	56 788
Minas Gerais	Rio de Janeiro	99 440	152 909	Rio de Janeiro	São Paulo	56 302	56 076
Minas Gerais	Goiás	69 602	150 033	Espirito Santo	Distrito Federal	17 824	55 746
Rio Grande do Sul	Santa Catarina	76 394	120 710	Pernambuco	Paraíba	61 825	54 384
Distrito Federal	Rio de Janeiro	51 624	102 108	Pernambuco	Alagoas	48 652	52 509
Piauí	Maranhão	83 446	100 617	Ceará	Piauí	37 924	50 965
Paraíba	Pernambuco	54 594	89 849	Minas Gerais	Espirito Santo	54 090	50 911

O número de 513 000 naturais de Minas Gerais presentes em São Paulo em 1950 é suficiente para mostrar a importância desta grande corrente de migração interior, 127 000 dentre eles se encontram na capital, mas a maior parte dos restantes vivem em zonas rurais. Do mesmo modo, entre os 190 000 imigrados da Bahia, os 63 000 de Pernambuco, os 57 000 de Alagoas, os 56 000 do Rio de Janeiro, também presentes no Estado de São Paulo, somente uma modesta minoria — um quinto para o conjunto — se estabeleceu na capital.

Dos imigrados para o Paraná, dentre os quais 352 000 são naturais de São Paulo, 157 000 de Minas Gerais e 63 000 de Santa Catarina, apenas uma pequena fração (17 000 destas três origens) se encontra na capital, Curitiba; a maior parte dos outros colabora na valorização de terras férteis de zonas das quais se intensificou a exploração nos últimos anos.

Enquanto algumas zonas rurais de São Paulo continuam recebendo numerosos imigrantes de outras Unidades, algumas outras zonas rurais deste mesmo Estado vêm emigrar parte de seus habitantes para a terra prometida do Paraná.

A atração da grande cidade, capital da República, alimenta as numerosas correntes dirigidas para o Distrito Federal, em que se encontram, em 1950, 360 000 naturais do Estado confinante do Rio de Janeiro, 192 000 de Minas Gerais, 56 000 do Espírito Santo, etc. Os habitantes do Estado de São Paulo são atraídos bem mais para a sua capital, que é também uma cidade muito grande, do que pela capital da República, onde, em 1950, se encontravam somente 47 000 naturais deste Estado.

A atração da capital da República se manifesta também pelas migrações para as zonas do Estado do Rio de Janeiro confinantes com o Distrito Federal, onde se encontram alguns centros satélites da metrópole, os quais tiveram nos últimos lustros um grande desenvolvimento demográfico. O número dos imigrados de Minas Gerais enumerados pelo recenseamento de 1950 no Estado do Rio de Janeiro atinge 153 000. Outra corrente afluí para este Estado vinda do Distrito Federal (102 000 imigrados), em parte ela corresponde a movimentos de fluxo e refluxo, mas em parte considerável é composta por naturais da metrópole que procuraram habitações menos caras nos centros satélites, embora conservando sua ocupação na grande cidade.

A maior parte das outras correntes consideradas na tabela III provém principalmente de zonas não-urbanas dos Estados de emigração e se dirige em grande parte para zonas não-urbanas dos Estados de imigração.

Comparando-se os dados dos recenseamentos de 1940 e de 1950, observam-se, sobretudo, fortes aumentos nas correntes dirigidas para os Estados do Paraná e de São Paulo e para o Distrito Federal, e aumentos menos acentuados nas correntes dirigidas para os Estados do Rio de Janeiro e de Goiás. No que se refere à origem, as correntes que apresentam os aumentos mais fortes são as que partem de Minas Gerais, o aumento constatado nas correntes provenientes de São Paulo é devido principalmente ao brusco desenvolvimento da emigração para o Paraná; outros Estados (Bahia, Espírito Santo, Paraíba, etc.) mostram também notáveis aumentos dos números de emigrados.

3. PELA comparação entre os resultados do recenseamento de 1940, deslocados para a data de 1.º de julho, e os do recenseamento de 1.º de julho de 1950 pôde-se determinar separadamente o incremento das populações dos "quadros administrativos" urbanos, suburbanos e rurais no período decenal imediatamente anterior ao último destes recenseamentos. A delimitação destes quadros administrativos não coincide sempre com a que se poderia fazer sob as mesmas qualificações segundo critérios científicos, todavia, a maior parte da população dos quadros urbanos é urbana, e a maior parte da dos quadros rurais é rural, mesmo sob o ponto de vista demográfico e sociológico.

Os quadros administrativos urbanos compreendem em 1950 cerca de um quarto da população total (24,9%); os quadros rurais compreendem pouco menos de dois terços (63,9%); os quadros suburbanos, cerca de um nono (11,2%)

Os dados da tabela III permitem calcular que o acréscimo relativo da população durante o período decenal anterior à data de 1.º de julho de 1950 atingiu 41,5% nos quadros urbanos e 58,3% nos quadros suburbanos, mas somente 17,4% nos quadros rurais. O desenvolvimento rápido das cidades e o desenvolvimento ainda mais rápido das zonas circundantes são fenômenos característicos do urbanismo de hoje.

TABELA III

Variação da população nos dez anos anteriores à data de 1.º-VII-1950, segundo classes de quadros administrativos

(Dados em milhares de habitantes)

QUADROS	POPULAÇÃO PRESENTE		Aumento de 1940 a 1950
	1.º-VII-1940	1.º-VII-1950	
Urbanos	9 163	12 962	3 799
Suburbanos	3 681	5 827	2 146
Rurais	28 270	33 187	4 917
BRASIL	41 114	51 976	10 862

O Laboratório do Conselho Nacional de Estatística, suprindo por estimativas, baseadas em suas pesquisas, as lacunas das estatísticas dos nascimentos e dos óbitos, chegou a calcular o excedente dos nascimentos sobre os óbitos em cada classe de quadros. A diferença entre o aumento total da população da classe e este excedente de nascimentos deu a variação positiva ou negativa da população devida às migrações. Separou-se, afinal, a parte desta última variação que corresponde às migrações exteriores da que corresponde às migrações interiores. Estão resumidos na tabela IV os resultados destes cálculos.

TABELA IV

Elementos da variação da população nos dez anos anteriores à data de 1.º-VII-1950 segundo classes de quadros administrativos

(Dados em milhares de habitantes)

QUADROS	Diferença entre os nascimentos e os óbitos	DIFERENÇA ENTRE AS IMIGRAÇÕES E AS EMIGRAÇÕES		Aumento de 1940 a 1950
		Interiores	Exteriores	
Urbanos	1 939	1 820	40	3 799
Suburbanos	1 211	923	12	2 146
Rurais	7 600	2 743	60	4 917
BRASIL	10 750	—	112	10 862

Os quadros rurais tiveram um excedente de nascimentos muito elevado (7,6 milhões), porém, mais de um terço deste acréscimo foi neutralizado pelo excedente de emigrações (2,7 milhões). Os quadros urbanos e suburbanos, além de seu considerável excedente de nascimentos (3,1 milhões), foram beneficiados por um excedente muito elevado de imigrações (2,8 milhões), devido quase totalmente aos movimentos de migração interior.

Assim, o acréscimo efetivo da população dos quadros urbanos durante o período decenal considerado ultrapassou de 95,9%, e o dos quadros suburbanos ultrapassou de 77,2%, o acréscimo devido ao excedente de nascimentos, enquanto que nos quadros rurais o acréscimo efetivo ficou inferior de 35,3% ao excedente de nascimentos.

4. As contribuições comparativas do movimento natural e do movimento migratório para o incremento demográfico das oito cidades mais populosas do Brasil, durante o período de 1.º de setembro de 1940 a 1.º de julho de 1950, foram calculadas pelo Laboratório do Conselho Nacional de Estatística e constam da tabela V. Cumpre advertir que os dados desta tabela são referentes às populações totais dos Municípios e não somente às de seus "quadros" urbanos e suburbanos, mas nos Municípios das grandes cidades, em geral, a maior parte da população está compreendida nestas classes de quadros.

Do aumento total de 2 190 000 habitantes, observado no período considerado, menos de três décimos são devidos ao excedente dos nascimentos sobre os óbitos e pouco mais de sete décimos ao excedente das imigrações sobre as emigrações. Deste último excedente, uma parte relativamente desprezível foi obtida pelas trocas de população com o exterior, o acréscimo da população das oito grandes cidades pelo excedente das imigrações sobre as emigrações no movimento interior atinge 1,5 milhões. A capital de São Paulo e a capital federal têm a parte do leão neste acréscimo migratório. E se se levasse também em conta as migrações para os centros satélites destas duas metrópoles, que se encontram fora das fronteiras, respectivamente, do Distrito Federal e do Município de São Paulo, a atração exercida pelas duas principais aglomerações urbanas do Brasil se revelaria ainda mais forte.

TABELA V

População do Distrito Federal e dos Municípios das 7 cidades que tinham mais de 250 000 habitantes em 1950

CIDADES	POPULAÇÃO PRESENTE		Aumento de 1940 a 1950
	1.º-IX-1940	1.º-VII-1950	
Rio de Janeiro (D.F.)	1 764 141	2 377 451	613 310
São Paulo	1 326 261	2 198 096	871 835
Recife	348 424	524 682	176 258
Salvador	290 443	417 235	126 792
Póto Alegre	272 232	394 151	121 919
Belo Horizonte	211 377	352 724	141 347
Fortaleza	180 185	270 169	89 984
Belém	206 331	254 949	48 618
TOTAL	4 599 394	6 789 457	2 190 063

5. OUTRA pesquisa do Laboratório do Conselho Nacional de Estatística, realizada pelo autor da presente comunicação, foi dedicada a descrever a situação e o progresso da concentração demográfica nas cidades. Para os objetivos dessa pesquisa considerou-se como "aglomeração urbana" a população dos quadros urbano e suburbano dum distrito municipal quando ultrapassava 5 000 habitantes.

As 324 aglomerações urbanas existentes em 1940 tinham 8 899 000 habitantes, isto é, 21,6% da população do Brasil.

As 478 aglomerações urbanas existentes em 1950 tinham 13 926 000 habitantes, isto é, 26,8% da população total.

Essas proporções são assaz baixas em comparação com aquelas que se poderia calcular, segundo o mesmo critério, para muitos países, mais avançados do que o Brasil no caminho da urbanização. Mas o aumento que se observa de 1940 a 1950 mostra que o movimento de concentração está em via de se intensificar. Com efeito, a população das aglomerações urbanas aumentou de 5 027 000 habitantes, ou 56,5%.

Cumpra, todavia, distinguir neste aumento a parte que é devida ao acréscimo da população das 321 aglomerações urbanas que estavam já compreendidas nesta classe em 1940³ e a parte que é devida à inclusão nesta classe de 158 novas aglomerações, que não tinham ainda ultrapassado a cifra de 5 000 habitantes em 1940. Estas últimas abrangiam 1 197 000 habitantes em 1950. Assim, o acréscimo da população das aglomerações urbanas que eram tais tanto em 1940 quanto em 1950 se reduz a 3 844 000 habitantes, ou 43,6%, proporção ainda muito elevada.

Calculamos que este acréscimo de 3 844 000 habitantes foi obtido por um excedente de nascimentos de 1 521 000 e por um excedente de imigrações de 2 323 000. As imigrações (em parte preponderante provenientes do resto do país e somente em pequena parte do exterior) contribuíram, portanto, na proporção de seis décimos para o acréscimo, entre 1940 e 1950, da população das aglomerações urbanas que já eram tais em 1940.

Como um complemento das informações dadas acima sobre a tendência da população do Brasil a se concentrar nas cidades, a tabela VI dá a distribuição desta população por lugar de domicílio e classes de aglomerações, em 1950.

TABELA VI

Distribuição da população presente em 1950 segundo o lugar do domicílio e o número de habitantes das aglomerações

LUGAR DO DOMICÍLIO — NÚMERO DE HABITANTES DA AGLOMERAÇÃO	Número de aglomerações	POPULAÇÃO PRESENTE	
		Número absoluto	Porcentagem
Aglomerações com:			
Mais de 500 000 habitantes	3	4 832 458	9,30
100 001 a 500 000 »	8	2 040 777	3,93
50 001 a 100 000 »	22	1 613 409	3,11
10 001 a 50 000 »	187	3 656 858	7,04
5 001 a 10 000 »	258	1 782 267	3,43
2 001 a 5 000 »	692	2 085 588	4,01
Centros pequenos e habitações esparsas	—	35 933 040	69,18
BRASIL	1 170	51 944 397	100,00

Mais de dois terços dos habitantes do Brasil (69,2%) vivem em pequenos centros rurais ou em habitações esparsas.

Os centros de 2 001 a 5 000 habitantes compreendem uma pequena fração (4,0%) da população total. Mesmo se se quisesse considerá-las como aglomerações urbanas, abaixando para "mais de 2 000" o limite de população que no estudo resumido acima foi fixado em "mais de 5 000" habitantes, a proporção das aglomerações urbanas segundo esta nova definição atingiria apenas 30,8% da população total.

As aglomerações de 5 001 a 100 000 habitantes compreendem 13,6% da população total; as de mais de 100 000 habitantes compreendem 13,2%.

6. As observações que expusemos, baseadas no recenseamento de 1950 e na comparação de seus resultados com os do recenseamento de 1940, são suficientes para dar uma idéia da importância e das direções das correntes de migração interior no Brasil.

³ Três outras aglomerações, com cerca de 17 000 habitantes, que tinham mais de 5 000 habitantes cada uma em 1940, não atingem este limite em 1950; uma outra aglomeração de 1940 está incluída em 1950 numa aglomeração confinante à qual foi incorporada.

Os últimos anos não apresentaram modificações profundas nestes movimentos. Os progressos rápidos da industrialização do país contribuíram sobretudo para manter e reforçar as correntes de migração orientadas para as cidades. A sucessão de três anos de secas em várias zonas das regiões do Nordeste e do Leste estimulou o êxodo de seus habitantes para a região do Sul, que tem sido facilitado, além disso, pelo desenvolvimento das comunicações e dos meios de transporte. A valorização dos recursos de algumas zonas das regiões do Norte e do Centro-Oeste favoreceu a imigração de trabalhadores de outras partes do país; mas a importância destas correntes é ainda modesta em comparação com a das correntes dirigidas para o Sul e para as grandes cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

ORÊNCIO LONGINO DE ARRUDA GOMES

(Do Laboratório de Estatística)

ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA

Algumas considerações sobre a precisão dos censos demográficos e das estatísticas de movimento da população do Brasil

1. Esclarecimentos preliminares. — 2 Omissões e exageros ocorridos na contagem — 3 Erros verificados na distribuição por idade. — 4. Erros na declaração do estado conjugal. — 5 Erros na declaração da naturalidade — 6. Erros na declaração da cor — 7 As atividades econômicas e a divergência dos critérios adotados nos censos para a sua classificação — 8. As estatísticas do movimento da população no Brasil. — 9 A determinação do número de nascimentos. — 10 A determinação do número de óbitos.

1. O OBJETIVO da presente comunicação é apontar algumas lacunas e os principais erros verificados nos censos demográficos e nas estatísticas do movimento da população do Brasil, bem como expor alguns meios adotados para preencher tais lacunas e alguns métodos empregados para corrigir tais erros

2. EM relação à contagem, nos últimos censos demográficos realizados no Brasil, pôde-se pesquisar e avaliar as omissões ocorridas, mediante diversos inquéritos realizados, como também por intermédio de verificações do registro original por visitas ulteriores a domicílios censitários, ofertas de prêmios pelas informações sobre pessoas ou domicílios não recenseados e ainda por solicitações às autoridades judiciárias locais de todo o país, a fim de obter, de sua parte, impressões sobre a eficiência do registro nas respectivas jurisdições e informes sobre as eventuais omissões de seu conhecimento

No censo de 1940, por exemplo, estimulou-se, desse modo, uma omissão média na primeira contagem de cerca de 1,7% para o conjunto do país. A mais alta proporção de omissões, estimada em 2,4%, ocorreu num dos mais vastos Estados, de notável dispersão demográfica e com grandes dificuldades de transportes e comunicações. A mais baixa proporção, cerca de 0,1%, verificou-se num Estado de pequena área mas de elevada densidade demográfica onde foram aplicados em larga escala os processos citados de verificação das omissões. Uma omissão da ordem de 1% foi registrada em um Estado adiantado, do Sul do país, relativamente bem dotado de comunicações e transportes

Nos censos demográficos de 1940 e 1950, depois de realizada a primeira contagem, por intermédio das cadernetas dos agentes recenseadores, foram extraídos os documentos de coleta de partes de alguns Municípios, não podendo, portanto serem apurados os caracteres individuais da população correspondente. Tais lacunas, de cerca de 0,04% do total da população em 1940 e de 0,06% em 1950, foram preenchidas, para a realização de análises estatísticas, supondo-se que as distribuições proporcionais dos habitantes cujos caracteres individuais ficaram assim ignorados fôssem iguais às dos habitantes dos mesmos Municípios dos quais puderam ser apuradas as distribuições.

Por meio de análises comparativas dos resultados dos sucessivos censos demográficos, realizadas pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1940, conseguiu-se descobrir certos erros por excesso e outros por falta na contagem da população em alguns censos. Assim, verificou-se que houve um sensível erro por falta no resultado total do censo de 1900 e um notável erro por excesso no do censo de 1920. Em um Estado do Norte do país verificou-se um erro por excesso de cerca de 50% no censo de 1920 e outro por falta em torno de 15%, em 1890.

Por outro lado, mediante críticas dos questionários coletados, realizadas pelo referido Gabinete Técnico, foram descobertos exageros nas declarações do número de pessoas de algumas famílias, principalmente de crianças, exageros esses ocasionados por fraude de alguns agentes recenseadores.

3. A DISTRIBUIÇÃO por idade dos habitantes do Brasil, nos dois últimos censos demográficos, foi apurada separadamente para os habitantes que declararam a data do seu nascimento e para os que declararam a idade que presumiam ter.

Os erros observados na segunda distribuição (devidos à ignorância) são bem maiores do que os observados na primeira.

Entre esses erros discriminam-se nitidamente três tipos principais: erros de concentração, de rejuvenescimento e de envelhecimento.

A localização e a medição aproximada dos erros de concentração não apresentam dificuldades insuperáveis.

O processo usado para a determinação e correção de tais erros, consistiu no ajustamento por médias decenais, ou seja, pela média aritmética ponderada dos números dos vivos no ano de idade considerado, nos quatro precedentes e nos quatro seguintes, todos com ponderação 1, e dos números dos vivos no quinto ano precedente e no quinto seguinte, ambos com ponderação 0,5. Esse processo foi aplicado para determinar o número ajustado dos vivos nas idades de 5 a 80 anos. Não se aplicou, entretanto, o mesmo processo para os cinco primeiros anos de idade, em que, aliás, os erros predominantes são de outro tipo. Também para as idades além de 80 anos não se julgou conveniente a aplicação do referido processo, porque — mesmo independentemente dos erros de envelhecimento — os resultados obtidos seriam, em geral, errados por excesso, em virtude do rápido decréscimo do número de vivos com o crescer da idade. Para as idades até 5 anos realizou-se um ajustamento gráfico-numérico, deixando inalterado o total apurado dos vivos nesse grupo de idade. Para as idades além de 80 anos, tentou-se a correção da distribuição por idade, baseando-se no número dos nascidos e nas taxas de sobrevivência, bem como por meio de comparações internacionais.

As diferenças entre os números observados e os ajustados deram a medida aproximada dos erros dos primeiros.

Verificou-se, de acordo com a experiência internacional, que as declarações de idade tendem a concentrar-se máximamente nos números de anos com algarismos final 0, e secundariamente nas com 5 e 8 e, em alguns censos também com 2, ficando, conseqüentemente, pequeno o número das declarações de idade nos números terminados pelos outros algarismos.

A forte atração das idades múltiplas de 10 — onde os valores observados, entre as idades de 28 a 77 anos, no censo de 1950, excedem de 61% para o sexo masculino e de 77% para o feminino, os valores ajustados — deve ser atribuída a dois fatores: a) a escolha pelo declarante de uma idade múltipla de 10 para a declaração da idade presumida; b) a escolha pelo declarante de um ano múltiplo de 10 para a declaração do ano de nascimento (isto em virtude de terem sido realizados em anos múltiplos de 10 os últimos recenseamentos brasileiros).

A atração pelos outros números múltiplos de 5 ou de 2 exerce influências análogas, porém menos fortes.

Tais erros observados são quase sempre maiores para as mulheres do que para os homens e tendem a crescer com o subir da idade. O erro por excesso nas idades múltiplas de 10 alcança o máximo de 112,52% para o sexo masculino e o de 160,49% para o feminino na idade de 80 anos, em 1950 (para as duas formas de declaração de idade, em conjunto).

Com o objetivo de se verificar a influência da instrução sobre os erros de declaração da idade, foram realizados estudos comparativos entre as distribuições

por idade das populações dos diversos Estados de diferentes níveis de alfabetização. Encontraram-se, como se esperava, maiores erros nos Estados de mais baixos níveis de alfabetização.

Foram realizados também, estudos com o objetivo de se verificar os erros nas declarações de idade em relação a côr das pessoas recenseadas. Observou-se que os erros são muito menores entre os brancos do que entre os pardos, e nitidamente menores entre estes do que entre os pretos.

No conjunto das idades de 20 a 80 anos, para a população de um dos Estados do Brasil, os erros de concentração nas idades múltiplas de 10 foram, no censo de 1940 de 42,0%, entre os brancos, de 79,5% entre os pardos e de 91,3% entre os pretos, para o sexo masculino, e de 54,5%, 97,5% e 122,7%, respectivamente, para o feminino.

Outras pesquisas foram realizadas para se verificar a freqüência desses erros em relação ao estado conjugal. Observou-se que os erros relativos são muito maiores entre os solteiros que entre os casados. Na classe dos viúvos os erros são muito maiores do que na dos casados, entretanto, menores do que na classe dos solteiros.

Os erros de rejuvenescimento, ocorridos, na maioria dos casos, pelo propósito deliberado dos informantes declararem idades menores do que as efetivas, e não pela ignorância (fator preponderante nos erros de concentração), são muito mais freqüentes entre as mulheres do que entre os homens.

Por este motivo um dos métodos usados para a medição destes erros consistiu na retificação da distribuição por grupos de idade da população feminina com base na distribuição por grupos de idade da população masculina, tomando-se por hipótese que estes erros se verifiquem somente na população feminina e que a proporção entre os habitantes dos dois sexos varie regularmente em função da idade.

Desta maneira, verificou-se que os grupos de idade de 15 a 29 anos da população feminina natural do Brasil, em 1950, ganharam cerca de meio milhão de mulheres provenientes dos grupos de 30 a 69 anos. Os primeiros grupos apresentaram um erro por excesso de 7,3%, os últimos, um erro por falta de 6,9%.

Outra pesquisa foi realizada, comparando-se a distribuição por idade constante do censo de 1940 com os dados correspondentes calculados segundo determinadas hipóteses sobre o desenvolvimento da população, a taxa de natalidade e as taxas de mortalidade, observando-se assim que os resultados apurados excedem os estimados, nas idades de 10 a 19 e de 20 a 29 anos, nas proporções de 7,4% e 5,0%, respectivamente. Em parte preponderante, esse excedente pode ser atribuído aos erros de rejuvenescimento.

Não se pode considerar, entretanto, que tais proporções sejam medidas exatas de tais erros, mas elas indicam, pelo menos, a ordem de grandeza dos mesmos.

Quanto aos erros de envelhecimento, são constatados com elevada freqüência na população brasileira; entretanto, são difíceis de serem medidos, mesmo com larga aproximação.

Assim, por intermédio de comparações internacionais das proporções dos grupos de idades avançadas em relação aos demais grupos e também pela comparação das taxas de sobrevivência calculadas com base nos dados dos censos para a população brasileira com as taxas observadas em outros países mais adiantados chegou-se a conclusão que o número de centenários registrados nos censos brasileiros (7 889 em 1940 e 9 689 em 1950), é umas cem vezes superior ao real.

4. Não tendo sido exigida, nos censos demográficos, nenhuma documentação do estado conjugal, puderam declarar-se "casados" habitantes cujas uniões conjugais não receberam a sanção legal, nem mesmo a religiosa; como também, puderam declarar-se separados, desquitados, divorciados ou viúvos, habitantes que nunca estiveram casados, no sentido jurídico dessa qualificação.

Parece evidente ter ocorrido confusão nas declarações dos estados conjugais de "separado", "desquitado" e "divorciado". Além dos habitantes que efetivamente se acham nessas situações jurídicas outros cônjuges, apenas separados de fato, declararam-se às vezes, desquitados, e às vezes até divorciados, embora nesta situação possam achar-se apenas nacionais ou ex-nacionais de países estrangeiros, não sendo admitido o divórcio pela legislação brasileira.

No censo de 1940, declararam-se casados 391 habitantes do sexo masculino e 4 786 do feminino, e viúvos 20 do sexo masculino, e 103 do feminino, nas idades de 12 a 14 anos. Não sendo permitido, por via de regra, pela lei civil nem pela canônica, o casamento nessas idades, é certo ter havido engano na grande maioria das respectivas declarações, se não em tôdas. Provavelmente a maior parte dos que se declararam casados, estando efetivamente nessas idades, vivem em uniões livres. E, talvez, com referência a uniões livres já dissolvidas, alguns recenseados dessas idades se tenham declarado "viúvos", "separados", "desquitados", ou mesmo "divorciados". Pode-se, ainda, supor que a idade efetiva de parte desses casados, separados ou viúvos, aparentemente precoces, excedesse a declarada.

5. Por meio de comparações da população natural de determinada Unidade da Federação presente no Brasil nos últimos censos com os números de sobreviventes calculados pelas tábuas de sobrevivência dessa Unidade concluiu-se que parte dos brasileiros natos imigrados para uma Unidade da Federação diferente daquela onde nasceram são declarados, no censo, naturais da Unidade onde imigraram.

No caso do Distrito Federal, por exemplo, estimou-se em cerca de 6% a proporção destas declarações erradas, em relação ao número total dos imigrados de outras Unidades.

Parece provável, portanto, que os números de naturais de determinada Unidade presentes no Brasil, constantes dos censos demográficos, fiquem um pouco acima da realidade para as Unidades onde prevalece a imigração de outras Unidades e um pouco abaixo da realidade para as em que prevalece a emigração para outras Unidades.

6. TORNA-SE muito difícil a correção dos erros de declaração da côr na população brasileira, pela divergência de critérios de determinação da côr nos diversos censos demográficos.

Entretanto, comparando-se os resultados de censos sucessivos — apesar das divergências dos critérios de atribuição da côr — chegou-se as conclusões de que:

a quota aparente dos brancos provavelmente excede a que seria obtida por levantamento de côr feito conforme critérios objetivos, em virtude de terem sido declaradas brancas numerosas pessoas, que deveriam ser qualificadas pardas,

portanto, a quota aparente dos pretos (descendentes dos antigos escravos) e pardos (na maior parte mestiços), em conjunto, provavelmente fica inferior à que se obteria por um levantamento feito conforme critérios objetivos,

a discriminação entre pretos e pardos foi realizada de maneira arbitrária e variada, de modo que foram classificadas em cada um desses grupos pessoas que seriam mais apropriadamente classificadas no outro, em conjunto, essas trocas parecem ter operado em prejuízo da representação dos pardos, aumentando a quota aparente dos pretos,

a quota dos amarelos (japoneses e seus descendentes) parece corresponder com boa aproximação à realidade.

7. A DIFERENÇA dos critérios adotados nos dois últimos censos demográficos para o levantamento e a classificação das atividades não retribuídas exercidas no lar e para o lar, dificultou a comparação entre os respectivos dados desses censos como ocasionou erros nas respostas aos correspondentes quesitos.

Nas instruções anexas aos boletins do censo demográfico de 1940, fôra advertido, embora incidentalmente, que as mulheres ocupadas em atividades domésticas não remuneradas não seriam incluídas no cálculo da população ativa. Foi provavelmente em consequência dessa advertência que muitas mulheres assim ocupadas, não querendo figurar como inativas, declararam como principal outra ocupação, que na realidade era para elas apenas acessória.

Nas instruções anexas aos boletins do censo demográfico de 1950, pelo contrário, foi explicitamente reconhecido o caráter de "atividade" às ocupações domésticas, não sendo feita nenhuma alusão ao caráter econômico ou não econô-

mico delas; assim, diminuiu fortemente a proporção das mulheres que declararam ter uma ocupação principal diversa daquela, enquanto aumentou a proporção das mulheres que se declararam ocupadas em atividades domésticas. A influência da menção das ocupações domésticas com a dignidade de "atividades", nas instruções de 1950, não ficou limitada ao sexo feminino, ela influiu também para aumentar a proporção dos homens que se declararam assim ocupados.

A influência dessas divergências é, entretanto, especialmente forte nas apurações referentes ao sexo feminino. A aparente grande diminuição da proporção das mulheres ocupadas em atividades extra-domésticas, entre 1940 e 1950, não corresponde pois à realidade, não havendo motivo para se acreditar que tenha diminuído a participação feminina nos ramos em que o censo de 1940 a revelava maior.

8. O estudo do movimento da população no Brasil é grandemente dificultado pelas graves falhas existentes nas estatísticas do registro civil. Falhas estas em parte causadas pelas omissões de declaração ocasionadas pela ignorância e pela displicência da população e em parte pelas omissões na apuração. Com efeito, o registro dos nascimentos e dos óbitos no Brasil é incompleto, e as respectivas estatísticas são ainda mais incompletas, porque muitos cartórios não fornecem informações aos serviços estatísticos centrais ou as fornecem apenas parciais. Em 1950, por exemplo, apenas 1925 cartórios deram informações completas, enquanto 944 as deram incompletas e 2 852 não deram nenhuma informação.

9. Um dos critérios usados nas análises estatísticas para a determinação aproximativa do número dos nascimentos consistiu em se tomar por base os números de sobreviventes nas idades infantis constantes dos censos, completados conjeturalmente pelos números dos já falecidos. Na determinação conjetural dos óbitos levou-se em conta a mortalidade verificada na infância em algumas populações brasileiras onde o registro de óbitos é presumivelmente quase completo.

Dêse modo estimaram-se para o conjunto do país taxas de natalidade da ordem de 42 a 44 por 1 000 habitantes, e para as Unidades da Federação taxas variáveis entre os limites inferiores de 38 a 46 e os limites superiores de 45 a 55 por 1 000 habitantes (limites correspondentes a hipóteses diferentes acerca da mortalidade na infância).

Comparando-se as taxas estimadas com as calculadas conforme o registro civil, estimou-se a ordem de grandeza das lacunas existentes na estatística dos nascimentos baseadas no registro civil. Os deficits assim calculados para as diversas Unidades da Federação, em 1940, variam de 98,12% a 26,77% segundo os limites inferiores e de 98,45% a 39,39% segundo os limites superiores das estimativas.

Uma confirmação dos resultados assim obtidos pôde ser feita com base na estatística dos batizados nos cultos católico e protestantes, cujos adeptos constituem quase 98% da população do Brasil, embora sejam tais estatísticas também imperfeitas.

A deficiência dos dados registrados é relativamente maior para os grupos de cor pardo, preto e amarelo do que para o branco.

A proporção efetiva dos nascidos mortos fica inferior, em geral, à que resulta da estatística do registro civil, pois que em muitos casos são declarados como nascidos mortos os nascidos vivos falecidos pouco depois do nascimento, quando ainda não estavam registrados como nascidos vivos. De outro lado, é certo que muitos nascidos mortos não são registrados.

10. CONHECENDO-SE o número aproximado de nascimentos entre dois censos, bem como os números de emigrados e imigrados nesse período, tornou-se possível a determinação aproximada da taxa de mortalidade para o Brasil (18 a 22 por 1 000 habitantes) bem como a construção de uma tábua de sobrevivência mediante a comparação da população natural do Brasil existente nos dois últimos censos (1940 e 1950).

Do mesmo modo tornou-se possível a construção de tábuas de sobrevivência para as populações naturais de algumas Unidades da Federação.

Comparando-se as taxas estimadas com as calculadas conforme o registro civil, estimou-se aproximadamente a ordem de grandeza das lacunas existentes na estatística dos óbitos baseada no registro civil

Dêsse modo calculou-se para o Estado do Rio Grande do Sul, no período 1941-50, a taxa média anual de mortalidade de 13,2 por 1 000 habitantes, verificando-se um deficit de 24% dos óbitos registrados em relação aos estimados

A DURAÇÃO MÉDIA DA VIDA ECONÔMICAMENTE ATIVA

CONTRIBUIÇÃO DO LABORATÓRIO DO CONSELHO NACIONAL
DE ESTATÍSTICA

EM contribuição anterior¹ deste Laboratório para o estudo da relação entre a duração média da vida economicamente ativa e o nível da mortalidade, tomaram-se como limites do período da existência humana durante o qual a produção média individual ultrapassa o consumo médio individual a idade inicial de 15 anos e a idade final de 60 anos.

A análise comparativa das tábuas de sobrevivência calculadas de acordo com a mortalidade observada durante vários anos do período 1921-41 em 40 países de todos os continentes, e a análise retrospectiva das tábuas de sobrevivência de 7 países, abrangendo períodos sucessivos compreendidos entre 1750 e 1941, conduziram o autor daquela pesquisa às conclusões que reproduzimos abaixo

"I Correspondem à diminuição da mortalidade:

um aumento do número de sobreviventes na idade inicial do período economicamente ativo da existência; um aumento mais forte do número de sobreviventes no fim desse período;

uma diminuição da taxa de mortalidade do intervalo entre o nascimento e a idade inicial do período economicamente ativo; uma diminuição, em geral relativamente mais forte, da taxa de mortalidade entre a idade inicial e a idade final desse período;

um aumento do número de anos vividos por uma geração no período economicamente ativo de sua existência, aproximadamente proporcional ao aumento do número total dos anos vividos pela geração;

um aumento relativamente mais fraco do número de anos vividos por uma geração no primeiro período economicamente passivo de sua existência (infância e primeira adolescência) e um aumento relativamente mais forte do número de anos vividos no último período economicamente passivo (velhice); em conjunto, um aumento do número de anos vividos nos períodos economicamente passivos, aproximadamente proporcional ao aumento do número total de anos vividos pela geração;

um aumento da vida média economicamente ativa ao nascimento e um aumento, menos acentuado, da vida média economicamente ativa do sobrevivente na idade inicial do período ativo.

II. A razão entre a vida média economicamente ativa e a vida média total ao nascimento se mantém quase constante nos mais diversos níveis da mortalidade, oscilando o valor dessa razão entre limites muito próximos, em torno de seis décimos; é somente aproximativa esta constância, com a diminuição da mortalidade, a razão em questão parece tender ligeiramente a diminuir "

O PRIMEIRO objetivo que se propôs o Laboratório empreendendo novas pesquisas sobre a mesma questão, das quais a presente comunicação resume resultados, foi o de verificar se a análise das tábuas de sobrevivência mais recentes para alguns países que já tinham sido considerados nas pesquisas anteriores — tábuas que têm revelado novos máximos da duração média da vida — e de algumas tábuas de sobrevivência recentes para outros países confirmava ou alterava as conclusões lembradas acima.

¹ G. Mortara, *Durée de la vie économiquement active suivant la mortalité* (Comunicação à 27ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística), Rio de Janeiro, I B G E, 1951.

Os dados das tabelas I e II, paralelos aos do estudo anterior, confirmam inteiramente essas conclusões. Nessas tabelas estão dispostos os 30 países considerados, segundo a ordem decrescente da vida média,² que varia entre o máximo de 70,42 anos (Holanda, 1947-49) e o mínimo de 36,51 anos (Departamento de Guatemala, 1939-41)

TABELA I

Distribuição da vida média por grandes intervalos de idade

PAÍS	Período	ANOS VIVIDOS			
		Até 15 anos	De 15 a 60 anos	Além de 60 anos	Total
1 Holanda	1947-49	14,44	41,32	14,66	70,42
2 Noruega	1945-48	14,37	40,18	15,14	69,69
3 Dinamarca	1946-50	14,31	40,65	13,96	68,92
4 Inglaterra e Gales	1950	14,43	41,16	13,19	68,78
5 Suécia	1941-45	14,39	40,22	13,74	68,35
6 Austrália	1946-48	14,45	40,82	13,01	68,28
7 Estados Unidos	1948	14,45	40,33	12,42	67,20
8 Canadá	1947	14,15	39,72	13,19	67,06
9 Suíça	1939-44	14,18	39,09	11,49	64,76
10 Bélgica	1946-49	14,02	38,63	11,92	64,57
11 França	1946-49	13,87	38,57	12,13	64,57
12 Islândia	1931-40	14,06	36,89	12,23	63,18
13 Irlanda (Estado Livre)	1940-42	13,59	36,17	10,23	59,99
14 Polónia	1948	13,47	34,90	10,58	58,95
15 Japão	1948	13,58	34,34	9,52	57,44
16 Jamaica	1940-42	12,85	32,21	8,00	53,06
17 Distrito Federal (Brasil)	1949-51	12,83	32,27	7,71	52,81
18 Panamá	1941-43	12,76	31,47	7,73	51,96
19 Portugal	1939-42	11,97	30,56	8,11	50,64
20 Espanha	1930-31	12,21	30,70	7,38	50,29
21 Tailândia	1947-48	12,96	30,77	6,52	50,25
22 Grécia	1926-30	12,11	29,43	8,42	49,96
23 Havaí	1919-20	12,80	28,59	6,15	47,54
24 Venezuela	1941-42	12,15	28,21	6,37	46,73
25 São Paulo (Brasil)	1939-41	11,38	27,70	6,01	45,09
26 Formosa	1936-40	11,45	26,90	4,99	43,34
27 México	1940	10,56	23,66	4,61	38,83
28 Chile	1940	10,43	23,59	4,80	38,82
29 Egito	1936-38	10,00	22,94	5,54	38,48
30 Departamento de Guatemala	1939-41	10,28	22,42	3,81	36,51

A vida média economicamente ativa (número médio de anos vividos entre 15 e 60 anos correspondente a cada recém-nascido) varia entre o máximo de 41,32 anos e o mínimo de 22,42 anos

Grupando-se de um lado os primeiros 15 países dessas tabelas (para os quais a vida média ultrapassa 55 anos) e do outro lado os últimos 15 (para os quais a vida média não atinge 55 anos), obtêm-se as médias seguintes:

1º Grupo. vida média 65,48 anos; vida média economicamente ativa 38,87 anos,

2º Grupo vida média 46,29 anos, vida média economicamente ativa 28,09 anos

A média geral das proporções entre a vida economicamente ativa e a vida média total do recém-nascido é de 60,04%, encontra-se, assim, mais uma vez, o valor aproximado de seis décimos, obtido no estudo anterior. Também, como se tinha constatado nesse estudo, encontra-se um valor um pouco mais baixo dessa proporção nos países de baixa mortalidade (1º grupo, 59,37%) do que nos de alta mortalidade (2º grupo, 60,71%)

A vida média economicamente passiva (número médio de anos vividos até a idade de 15 anos e além da de 60 anos, que corresponde a cada recém-nascido) varia em estreita correlação com a vida média economicamente ativa (coeficiente de correlação 0,9870)

² Todos os dados expostos na presente comunicação se referem ao conjunto dos dois sexos. Para a maior parte dos países dispunha-se somente de tábuas de sobrevivência por sexo; calcularam-se os elementos da tábua de sobrevivência para o conjunto dos dois sexos supondo-se que fosse uniformemente de 106 para 100 a proporção, entre os nascidos-vivos, do sexo masculino em relação ao feminino.

TABELA II

Distribuição proporcional da vida média por grandes intervalos de idade

PAÍS	Período	ANOS VIVIDOS			
		Até 15 anos	De 15 a 60 anos	Além de 60 anos	Total
1 Holanda	1945-49	20,50	58,68	20,82	100,00
2 Noruega	1945-48	20,62	57,65	21,73	100,00
3 Dinamarca	1946-50	20,77	58,97	20,26	100,00
4 Inglaterra e Gales	1950	20,98	59,84	19,18	100,00
5 Suécia	1941-45	21,06	58,84	20,10	100,00
6 Austrália	1946-48	21,16	59,78	19,06	100,00
7 Estados Unidos	1948	21,50	60,02	18,48	100,00
8 Canadá	1947	21,11	59,23	19,66	100,00
9 Suíça	1939-44	21,90	60,36	17,74	100,00
10 Bélgica	1946-49	21,72	59,82	18,46	100,00
11. França	1946-49	21,48	59,73	18,79	100,00
12 Islândia	1931-40	22,25	58,40	19,35	100,00
13 Irlanda (Estado Livre)	1940-42	22,66	60,29	17,05	100,00
14 Polónia	1948	22,84	59,21	17,95	100,00
15 Japão	1948	23,63	59,79	16,58	100,00
16 Jamaica	1940-42	24,23	60,70	15,07	100,00
17 Distrito Federal (Brasil)	1949-51	24,28	61,11	14,61	100,00
18 Panamá	1941-43	24,56	60,57	14,87	100,00
19 Portugal	1939-42	23,64	60,35	16,01	100,00
20 Espanha	1930-31	24,29	61,03	14,68	100,00
21 Tailândia	1947-48	25,79	61,24	12,97	100,00
22 Grécia	1926-30	24,25	58,90	16,85	100,00
23 Havai	1919-20	26,92	60,13	12,95	100,00
24 Venezuela	1941-42	25,99	60,38	13,63	100,00
25 São Paulo (Brasil).	1939-41	25,23	61,43	13,34	100,00
26 Formosa	1936-40	26,42	62,07	11,51	100,00
27 México	1940	27,19	60,94	11,87	100,00
28 Chile	1940	26,88	60,76	12,36	100,00
29 Egito	1936-38	25,99	59,61	14,40	100,00
30 Departamento de Guatemala	1939-41	28,16	61,40	10,44	100,00

A média geral das proporções entre a vida média economicamente passiva e a vida média economicamente ativa é de 66,60%. Esta proporção é um pouco mais alta nos países de baixa mortalidade (1º grupo, 68,45%) do que nos de alta mortalidade (2º grupo, 64,74%)

É quase supérfluo acrescentar que as regularidades observadas na razão entre a vida média economicamente passiva e a vida média economicamente ativa representam somente uma outra forma de expressão das regularidades observadas na razão entre a vida média economicamente ativa e a vida média total, sendo evidente a conexão entre estas duas razões ³

Até aqui apenas marchamos sobre os passos da pesquisa anterior. Mas o próprio conteúdo das conclusões que encontraram confirmação nos encoraja a tentar um esforço para sair do quadro muito rígido que restringe as determinações da vida média economicamente ativa pela adoção de limites fixos de idade.

Tem-se afirmado,⁴ e jamais foi seriamente contestado, que o aumento da vida média do adulto que corresponde à diminuição da mortalidade é acompanhado por um prolongamento do período médio durante o qual ele permanece ainda capaz de exercer com eficiência e regularidade sua atividade econômica. Assim, o limite final de 60 anos atribuído ao período economicamente ativo da existência talvez já seja elevado demais para países como a Índia ou o Egito, onde é muito freqüente o envelhecimento precoce, embora, sem nenhuma dúvida, seja muito baixo para países como os Estados Unidos ou a Suécia, onde a maioria dos sexagenários ainda está apta para prosseguir eficazmente em seu trabalho durante vários anos.

³ Se a razão entre a vida média economicamente ativa e a vida média total é igual a k , a razão entre a vida média economicamente passiva e a vida média economicamente ativa é igual a $(1 - k) / k$ e seu inverso a $k / (1 - k)$

⁴ Ver, por exemplo, o estudo citado em a nota 1 (página 28)

Não se eliminaria este inconveniente pela adoção de um limite fixo de idade diferente do de 60 anos. Um limite mais baixo afastaria ainda mais a convenção da realidade para os países de baixa mortalidade, e um limite mais alto a afastaria fortemente da realidade para os países de alta mortalidade.

É claro que poderiam ser adotados limites diferentes para os diversos países: por exemplo, 55 anos para a Índia e 65 anos para os Estados Unidos; mas esse processo seria largamente arbitrário, por falta de informações suficientes sobre a variação da capacidade de trabalho em relação à idade nas diversas populações.

Um critério que nos parece preferível é o de considerar como "econômica-mente ativa" uma determinada fração (por exemplo, um terço ou um quarto) dos anos vividos por uma geração além da idade de 60 anos (ou mesmo de um limite um pouco mais baixo de idade). Dêsse modo, não se fixa limite final para o período da existência durante o qual a produção média individual ultrapassa o consumo médio individual, mas admite-se que continue esse excedente a se verificar mesmo durante uma parte das idades senis. Assim, substitui-se o critério rígido por um critério elástico, visando-se a obter uma descrição mais aproximada da realidade.

Poder-se-á discutir esse critério que estamos propondo; poder-se-á mesmo alterá-lo (por exemplo, considerando-se como economicamente ativa uma fração dos anos vividos além da idade de 60 anos, variável em função da vida média do sexagenário, em lugar de uma fração fixa). Poder-se-á também estendê-lo e melhorá-lo, supondo-se que a proporção dos anos economicamente ativos varie nos diversos intervalos de idade, ficando mesmo antes de 60 anos abaixo de 100% (o que, aliás, é o que se faz correntemente pela aplicação de "coeficientes de produção" variáveis em função da idade). Mas, em um primeiro ensaio de aplicação, limitamos nossas ambições à experimentação do processo mais simples, adotando o valor fixo de 4/10 para a fração economicamente ativa dos anos vividos além da idade de 60 anos. Este valor — inevitavelmente arbitrário — foi escolhido após exame das proporções, constatadas pelos censamentos, de habitantes de 60 anos e mais efetivamente ocupados nas atividades econômicas.

TABELA III

Vida média economicamente ativa (anos)

PAÍS	Período	DO RECÉM-NASCIDO		DO SOBREVIVENTE AOS 15 ANOS	
		Mor.	Lab.	Mor.	Lab.
1 Holanda	1947-49	41,32	47,19	43,24	49,38
2 Noruega	1945-48	40,18	46,23	42,35	48,74
3 Dinamarca	1946-50	40,65	46,23	42,90	48,79
4 Inglaterra e Gales	1950	41,16	46,43	42,90	48,40
5 Suécia	1941-45	40,22	45,71	42,87	48,00
6 Austrália	1946-48	40,82	46,03	42,64	48,07
7 Estados Unidos	1948	40,33	45,30	42,21	47,40
8 Canadá	1947	39,72	44,99	42,42	48,05
9 Suíça	1939-44	39,09	43,68	41,82	46,74
10 Bélgica	1946-49	38,63	43,40	41,80	46,97
11 França	1946-49	38,57	43,42	42,00	47,28
12 Islândia	1931-40	36,89	41,79	40,04	45,34
13 Irlanda (Estado Livre)	1940-42	36,17	40,26	40,51	45,09
14 Polónia	1948	34,90	39,13	41,10	46,09
15 Japão	1948	34,34	38,15	38,84	43,15
16 Jamaica	1940-42	32,21	35,41	38,54	42,37
17 Distrito Federal (Brasil)	1949-51	32,27	35,36	38,59	42,28
18 Panamá	1941-42	31,47	34,56	37,97	41,70
19 Portugal	1939-42	30,56	33,80	39,74	43,96
20 Espanha	1930-31	30,70	33,65	39,17	42,94
21 Tailândia	1947-48	30,77	33,38	37,36	40,52
22 Grécia	1926-30	29,43	32,80	38,30	42,69
23 Havai	1919-20	28,59	31,05	34,88	37,54
24 Venezuela	1941-42	28,21	30,76	36,51	39,81
25 São Paulo (Brasil)	1939-41	27,70	30,11	38,04	41,35
26 Formosa	1936-40	26,90	28,89	36,93	39,67
27 México	1940	23,66	25,51	35,56	38,33
28 Chile	1940	23,59	25,51	35,88	38,80
29 Egito	1936-38	22,94	25,16	37,71	41,35
30 Departamento de Guatemala	1939-41	22,42	23,94	35,06	38,08

As tabelas III e IV apresentam alguns resultados deste ensaio de aplicação do critério elástico proposto pelo Laboratório (colunas "Lab"), em comparação com os correspondentes dados obtidos pelo critério rígido aplicado acima (colunas "Mor.") .

A vida média economicamente ativa do recém-nascido, que variava entre 41,32 e 22,42 anos segundo o critério anterior, atinge valores mais elevados segundo o critério atual; seu máximo (Holanda, 1947-49) se eleva a 47,19 anos, seu mínimo (Departamento de Guatemala, 1939-41) a 23,94 anos. A média para os primeiros 15 países da tabela III passa de 38,87 anos, segundo o critério anterior, para 43,86 anos, segundo o critério atual, a média para os últimos 15 países passa de 28,09 para 30,66 anos.

TABELA IV

Razões entre a vida média economicamente ativa e a vida média total e entre a vida média economicamente passiva e a vida média economicamente ativa

PAÍS	Período	100 V.E.A./V.T.		100 V.E.P./V.E.A.	
		Mor.	Lab	Mor.	Lab.
1 Holanda	1947-49	58,68	67,01	70,41	49,23
2 Noruega	1945-48	57,65	66,34	73,47	50,74
3 Dinamarca	1946-50	58,97	67,08	69,56	49,08
4 Inglaterra e Gales	1950	59,84	67,51	67,12	48,13
5 Suécia	1941-45	58,84	66,88	69,95	49,52
6 Austrália	1946-48	59,78	67,40	67,27	48,36
7 Estados Unidos	1948	60,02	67,41	66,61	48,34
8 Canadá	1947	59,23	67,09	68,84	49,05
9 Suíça	1939-44	60,36	67,46	65,67	47,84
10 Bélgica	1946-49	59,82	67,20	67,17	48,73
11 França	1946-49	59,73	67,25	67,41	48,70
12 Islândia	1931-40	58,40	66,14	71,25	51,20
13 Irlanda (Estado Livre)	1940-42	60,29	67,11	65,87	49,01
14 Polónia	1948	59,21	66,39	68,90	50,63
15 Japão	1948	59,79	66,42	67,26	50,56
16 Jamaica	1940-42	60,70	66,73	64,74	49,86
17 Distrito Federal (Brasil)	1949-51	61,11	66,95	63,63	49,36
18 Panamá	1941-42	60,57	66,52	65,09	50,33
19 Portugal	1939-42	60,35	66,75	65,71	49,81
20 Espanha	1930-31	61,03	66,90	63,85	49,47
21 Tailândia	1947-48	61,24	66,43	63,29	50,54
22 Grécia	1926-30	58,90	65,64	69,78	52,35
23 Havai	1919-20	60,13	65,31	66,29	53,11
24 Venezuela	1941-42	60,38	65,83	65,62	51,90
25 São Paulo (Brasil)	1939-41	61,43	66,77	62,78	49,77
26 Formosa	1936-40	62,07	66,67	61,11	49,98
27 México	1940	60,94	65,69	64,09	52,23
28 Chile	1940	60,76	65,70	64,57	52,19
29 Egito	1936-38	59,61	65,37	67,75	52,97
30 Departamento de Guatemala	1939-41	61,40	65,58	62,87	52,50

A vida média economicamente ativa do sobrevivente aos 15 anos, que variava entre 43,24 e 34,88 anos, fica também aumentada; seu máximo (Holanda, 1947-49) atinge 49,38 anos, seu mínimo (Havai, 1919-20) 37,54 anos. A média para os primeiros 15 países da tabela III passa de 41,84 para 47,17 anos; e para os últimos 15, de 37,39 para 40,76 anos.

A inclusão numa parte dos anos vividos além da idade de 60 anos no período considerado como economicamente ativo determina aumentos da vida média economicamente ativa mais fortes — mesmo relativamente — nos países de baixa mortalidade do que nos de alta mortalidade. Para os 15 primeiros países da tabela III, o aumento médio é de 4,99 anos na vida média economicamente ativa do recém-nascido e de 5,33 anos na do sobrevivente aos 15 anos; para os 15 últimos, o aumento é, respectivamente, de 2,57 e de 3,37 anos.

A retificação da vida média economicamente ativa do recém-nascido se reflete sobre o valor da razão entre sua duração e a da vida média total, que passa de seis décimos (60,04%) para dois terços (66,58%) na média geral dos 30 países. A média dos valores desta razão atinge 66,98% para os primeiros 15

países da tabela IV e 66,19% para os 15 últimos. O máximo de 73,47% corresponde à Noruega (1945-48), o mínimo de 61,11% à Formosa (1936-40)

Enquanto segundo o critério anterior a razão entre a vida média economicamente ativa e a vida média total resultava ligeiramente mais baixa nos países de baixa mortalidade do que nos de alta mortalidade, segundo o critério atual essa razão resulta ligeiramente mais alta nos países de baixa mortalidade

O valor da razão entre a vida média economicamente passiva e a vida média economicamente ativa do recém-nascido, que estava próximo de dois terços (66,60%) segundo o critério anterior, desce para um meio (50,18%) segundo o critério atual. De acordo com este último critério, esta razão é mais baixa nos países de baixa mortalidade (49,27%, média dos primeiros 15 países) do que nos de alta mortalidade (51,09%, média dos últimos 15 países). O mínimo de 47,84% corresponde à Suíça (1939-44), o máximo de 53,11% ao Havai (1919-20)

RECAPITULANDO, podemos afirmar que as novas pesquisas confirmaram inteiramente as conclusões deduzidas das pesquisas anteriores sobre as relações entre a duração média da vida economicamente ativa — tal como fora delimitada nessas primeiras pesquisas — e o nível da mortalidade.

Entre as conclusões que encontraram confirmação, a mais importante é a que se refere à constância aproximada da razão entre a vida média economicamente ativa e a vida média total do recém-nascido, que se constata através de variações muito amplas da mortalidade. Segundo as pesquisas anteriores, em que se consideravam “economicamente ativos” os anos vividos por uma geração entre 15 e 60 anos, o valor dessa razão oscilava em torno de 60%, e aplicando-se nas novas pesquisas o mesmo critério encontrou-se este mesmo valor.

Mas uma rígida delimitação abstrata da vida economicamente ativa deixa de levar em conta o fato concreto do prolongamento da validade física que acompanha o aumento da vida média do adulto. Para levá-lo em consideração, ensaiamos a aplicação de uma delimitação elástica, incluindo entre os “economicamente ativos” uma fração determinada (40%) dos anos vividos por uma geração além de 60 anos.

Esta aplicação deu lugar ainda uma vez à constatação da constância aproximada, em um nível diferente, da razão entre a vida média economicamente ativa e a vida média total do recém-nascido; com efeito, segundo os cálculos realizados de acordo com a delimitação retificada da vida economicamente ativa, o valor desta razão oscila em torno de 67%.

Pode-se, portanto, afirmar, com base numa experiência bastante extensa no espaço e no tempo, que as variações, mesmo muito amplas, da mortalidade exercem uma influência quase desprezível sobre o valor da razão entre a vida média economicamente ativa e a vida média total.

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

(Professor da Universidade Católica)

EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA ASSIMILAÇÃO CULTURAL DOS IMIGRANTES NO BRASIL

1. Participação do imigrante no povoamento do sul do Brasil. Fatores de preferência pela região meridional.
2. Base lusitana da formação brasileira. Ausência de planos de imigração. Características do processo de relações de cultura. Aspectos históricos e geográficos desse processo. A origem do grupo imigrado e sua influência. Condições atuais dos contactos entre os grupos.
3. Estrangeiros presentes no Brasil. Ritmo da imigração nos últimos anos. Acordos de imigração e suas tendências. Perspectivas atuais para a imigração.

L. Ao fazer-se o estudo histórico da imigração no Brasil um aspecto, de expressiva significação, desde logo ressalta quanto ao sentido em que se processou a ocupação humana da região meridional: a participação de alemães e italianos, em parte a de poloneses, no povoamento do sul do país. O povoamento dos territórios do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina contou com a presença do imigrante. Largas áreas de terra destes desbravaram, cultivaram, desenvolveram e nelas criaram riquezas. Deram a estes pedaços do Brasil traços culturais por eles trazidos de suas pátrias de origem.

Dêste modo, do ponto de vista histórico, é evidente a importante participação do imigrante no processo de formação demográfica, social e cultural da região meridional do Brasil. Em certas áreas do Espírito Santo também o mesmo sucede. E se pode assinalar ainda em São Paulo com a colaboração de italianos, espanhóis e mais modernamente japoneses e sírios e libaneses no desenvolvimento das respectivas atividades econômicas, sobretudo quanto aos dois primeiros grupos, no sustentáculo da produção cafeeira quando se verificou a abolição da escravatura.

É justamente para a região meridional do país que têm ocorrido, em maior volume, as correntes imigratórias. Os quatro Estados aí compreendidos (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e mais o Distrito Federal detêm 967 606 dos estrangeiros recenseados em 1950, o que representa 89,3% do total do país.

Diversos fatores têm concorrido para essa preferência pela região meridional, e não somente o geralmente citado, de seu clima aproximar-se do clima europeu, o que facilita a permanência do imigrante. A este fator, talvez importante, mas não exclusivo, devem juntar-se outros. Um deles, a circunstância de tradicionalmente aí se terem localizado as colônias de imigrantes, com a concessão de lotes de terra para ocupação, de modo a torná-los proprietários. O crescimento destas primitivas colônias e sua transformação em cidades e vilas prósperas constituíram fatores de atração das novas correntes de imigração.

Outro fator a indicar é o que diz respeito à existência ainda de terras capazes de serem ocupadas e trabalhadas, ocupadas e trabalhadas sobretudo pelo homem como proprietário e não unicamente como trabalhador assalariado ou empregado. Pode-se lembrar também, como no caso de São Paulo e, em parte, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o desenvolvimento de um parque industrial de origem estrangeira — principalmente italiana em São Paulo, alemã e italiana no Rio Grande do Sul e alemã em Santa Catarina — o que contribuiu para atrair novos imigrantes.

2. DADA a base essencialmente lusitana com que se formou o Brasil, herdaram os brasileiros de seu ancestral português o mesmo espírito de tolerância, de contemporização, de simpatia, de confraternização, com os grupos estrangeiros, não se criando condições de reação ao imigrado ou de sua não integração ao nosso panorama social ou político. Tanto isso é verdade que descendentes de imigrantes — é certo que hoje já integralmente brasileiros — têm ocupado e ocupam posições de relêvo nos quadros sociais ou políticos dos respectivos Estados ou fora deles: bispos, ministros de Estado, governadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, vereadores.

Isto é um índice de que, pelo menos em relação aos grupos europeus, como o italiano ou o alemão, sem referir o português ou o espanhol de semelhanças culturais e identidade psico-social, não se formaram estereótipos ou tendências a atitudes menos cordiais. Ao contrário: o que se sente é a existência de um quadro humano de relações harmônicas, o desenvolvimento de um processo de assimilação e de relações culturais, em que as influências se interpenetram.

Na verdade tal fato resulta menos de preceitos ou normas vigentes em planos de imigração do que mesmo das próprias tendências da população brasileira. O que tem contribuído, sem dúvida, para facilitar o grau de integração das populações estrangeiras no Brasil. Daí o crescimento do número de alienígenas naturalizados brasileiros. Em 1872 eram tão só 1 288; em 1920 representaram-se por 52 326, aumentando em 1940 para 122 735 e em 1950 para 128 897. Este último número traduz-se por 10,61% do total de estrangeiros presentes no Brasil, quando o referente a 1920 equivalia a apenas 3,34% e o de 1940 a 8,73%.

Não se pode dizer que tenha havido no Brasil planos de imigração num sentido de planejamento científico ou racional, através dos quais o processo de assimilação fôsse previsto. Somente na década 1930-40, começaram a surgir no Brasil estudos sobre este aspecto das relações culturais dos grupos imigrados com as populações brasileiras. Foi quando então se fizeram ressaltar os aspectos políticos da colonização dos grupos estrangeiros, sobretudo no sul, aparecendo então o problema da nacionalização desses grupos.

Vale assinalar que, de certo modo, a palavra nacionalização se tornou, entre nós, sinônimo de assimilação. O que na realidade se desejava, com a chamada nacionalização dos grupos estrangeiros, era a incorporação do alienígena aos valores culturais brasileiros; visava-se, pois, à execução de um processo segundo o qual os estrangeiros aceitavam, ou aceitariam, os elementos de cultura nacional, rejeitando os seus. Um processo mais de absorção, e assim unilateral, o que *grosso modo* fugia às condições em que se têm desenvolvido as relações de cultura dos grupos estrangeiros entre nós.

No caso do Brasil, país novo, de origem portuguesa, embora com características próprias decorrentes de condições ecológicas e igualmente culturais, oriundas de outros grupos com os quais sua população tem tido contacto, o processo das relações de cultura entre as populações brasileiras e as imigradas terá de colocar-se sob outros aspectos. Em primeiro lugar, nunca se apresenta unilateral. Ao contrário: tem sido bilateral e, às vezes, polilateral. Dêle participam grupos diversos, isto é, não apresenta a influência única de um grupo sobre outro, mas a permuta de elementos culturais entre grupos. O que, aliás, tem sucedido desde o período colonial.

Acresce considerar que o período de tempo de imigração no Brasil, ao contrário do que sucede na Europa, é relativamente curto para um balanço mais aprofundado das respectivas condições de contacto entre os diversos grupos. Num sentido amplo, não vai a 150 anos, se o iniciarmos com a abertura dos portos; praticamente, porém, de 1808 até cerca de 1870 o movimento imigratório foi pequeno. Somente abolida a escravidão foi que se intensificou a imigração, aumentada um pouco, é certo, nos anos que precedem o 13 de maio. Desta maneira não temos ainda uma vasta tradição imigratória a considerar. E alguns grupos mesmo, como os japoneses, não têm ainda 50 anos de imigração contínua, e outros, como os sírios e libaneses, vão a pouco mais disto.

Ao lado deste aspecto, outro não deve ser desprezado no estudo desse processo: o da localização geográfica do imigrante. Realmente, este é outro ângulo pelo qual se devem colocar os observadores em relação ao processo de maior ou menor assimilação do grupo imigrado. A localização do imigrante exerceu, e exerce, ponderável influência nos resultados do processo de relações de cultura: primeiro, de um ponto de vista estritamente geográfico quanto às áreas por êle ocupadas; e segundo, de um ponto de vista mais largo, quanto à maneira como foi distribuído o imigrante.

A forma como foi localizado o imigrante, o que poderíamos chamar "type of settlement", influenciou para a maior ou menor rapidez com que se desenvolveram as relações de cultura. Quando os imigrados foram isolados em colônias,

tal como sucedeu no Rio Grande do Sul, no vale do Itajaí, em parte da região serrana do Espírito Santo, o processo foi lento, retardado, decorreu moroso. O imigrado resistiu mais demoradamente à assimilação, o que somente se atenuou de uns trinta a quarenta anos para cá.

Quando, porém, os imigrados foram distribuídos em fazendas de café em São Paulo, ou em áreas urbanas, como na capital de São Paulo e no Distrito Federal, o processo de assimilação se verificou mais rápido, acelerou-se e ativou-se. O contacto imediato, constante, quotidiano, com o elemento brasileiro ou entre elementos de etnias diversas, facilitou a assimilação de traços culturais, permutando-se mais rapidamente os valores de que cada grupo era portador.

Maior ou menor rapidez se observa ainda na inter-relação cultural em face da origem do grupo imigrado. De fato, o alemão ou o italiano, por exemplo, embora a unidade cultural exterior com que se apresentam, têm peculiaridades próprias, de hábitos ou de sentimentos, conforme sejam do norte ou do sul, do centro ou do oeste. Este fato teve oportunidade de verificar em meus estudos em relação ao italiano. Mesmo entre imigrantes do norte da Itália, Vêneto ou da Lombardia, o processo de assimilação tem marcha diferente. E esta diferença se acentua conforme o imigrante seja do norte ou do sul. Acredito que o mesmo se dê em relação ao alemão, e, possivelmente, em relação a outros grupos.

Há sempre no imigrante um sentimento psicológico que não pode ser esquecido. O que é individualmente procura — e com êle, sua família — é uma melhoria de sua condição social, um novo ambiente de bem-estar, que lhe proporcione melhor situação que a desfrutada no país de origem. Daí vir o imigrante animado do desejo de ser proprietário, de lavrar uma terra própria, ou de tornar-se dono de pequena empresa industrial ou comercial.

Dêste modo, quando o contacto com a nova terra não lhe proporciona logo este ideal, ou não lhe dá perspectivas para tanto, o imigrante sente-se como que frustrado. Tal fato, aliás, se vem verificando em correntes imigratórias mais recentes. Surge então o problema da inadaptação, que é o aspecto exterior de sua frustração, e em consequência o de retorno à terra de origem.

A possibilidade de o imigrante tornar-se proprietário, com aquela mesma facilidade verificada nos primeiros tempos da imigração no Brasil, tem decrescido, em primeiro lugar, pela existência em menor quantidade de terras a ocupar na região meridional, e, em segundo lugar, porque o imigrante não traz mais aquele espírito pioneiro, do século XIX, capaz de enfrentar terras virgens, ainda a desbravar e povoar, em outras áreas do Brasil.

Por outro lado o desenvolvimento industrial do Distrito Federal e de São Paulo e, em parte, o do Rio Grande do Sul vêm necessitando de mão-de-obra assalariada, também, reclamada pelas lavouras. Mas esta mão-de-obra não tem um salário compensador, em face da própria situação econômica das indústrias e ainda da concorrência do trabalhador nacional emigrado de outros pontos do país para o Distrito Federal, São Paulo, Paraná. A influência da migração interna tem sido bastante grande, para atender às necessidades da mão-de-obra, e igualmente para a existência de baixos salários.

O imigrante, pois, vai ser operário industrial ou então trabalhador rural, surge o desgosto, a inadaptação e em consequência o desejo de retornar. É certo que a quota de retorno é ainda pequena diante do número dos que se fixam. Mas há outro aspecto do problema que é o de ficar no país, mas não se fixar numa atividade; torna-se o imigrado, de certo modo, instável no trabalho. Estes que ficam são geralmente trabalhadores qualificados, possuidores de certos conhecimentos técnicos. Infelizmente não dispomos de estatísticas atualizadas sobre as profissões dos que ficam e dos que retornam para um estudo comparativo mais aprofundado.

3. O RECENTEAMENTO de 1950 acusou a presença, no Brasil, de 1 214 184 estrangeiros, dos quais 128 897 já naturalizados brasileiros. Temos, pois, um total de 1 085 287 estrangeiros que mantêm, em nosso país, sua nacionalidade de origem. Este número se apresenta inferior ao recenseado em 1940, quando se somaram 1 283 833 estrangeiros. Foi no censo de 1920 que se alcançou o mais alto número de estrangeiros presentes no Brasil, num levantamento censitário, ou sejam 1 513 635.

Era natural que isto tivesse ocorrido. O período entre 1890 e 1910 se apresentou como o de maior volume de entrada de imigrantes em nosso país. Do primeiro Recenseamento Geral em 1872, quando havia então 382 041 estrangeiros, ao último — o de 1950 — verifica-se expressiva ascensão até 1920 para, a partir de então, apresentar nível de declínio. Entre 1910 e 1920 se constata o período da I Grande Guerra, em decorrência do que caiu a entrada de imigran-

tes, entre 1940 e 50 tivemos igualmente um período de guerra, registrando-se pequena entrada de imigrantes, sobretudo de 1940 a 45

A imigração começou a retomar seu ritmo de crescimento nos três anos de 1949 a 1951. De 1948 a 1951 entraram 142 651 imigrantes, sendo de notar que o volume numérico referente a este último ano se apresenta mais alto do que todos os vinte anos anteriores (1931-50). Foram 62 548 imigrantes entrados, dos quais 28 977 portugueses, 9 482 espanhóis, 8 290 italianos, 2 829 alemães, que juntos perfazem quase 80% da imigração naquele ano; as demais nacionalidades se apresentam com pequenos contingentes, portanto sem maior expressão

Vieram tais grupos contribuir para o incremento da população estrangeira no Brasil, ora dispersando-se em núcleos urbanos e às vezes por estabelecimentos de exploração agrícola, ora concentrando-se em núcleos coloniais onde já existem naturais dessas e de outras naturalidades. Infelizmente ainda não divulgou o censo de 1950 a distribuição dos estrangeiros, segundo as nacionalidades, pelos diversos Estados, conhecendo-se tão só os dados referentes a São Paulo e ao Paraná

Em 1950 o Brasil assinou dois acordos de imigração — um, com a Itália, exclusivamente de imigração, outro com os Países Baixos, de imigração e colonização. Entre o término da guerra e aquele ano, predominava a imigração espontânea, não havendo planos bem orientados e capazes de contribuir para a fixação do imigrante. O que o trazia era a iniciativa individual, quase sempre atraído por parentes ou amigos que aqui já se encontravam

Os dois acordos acima referidos visaram justamente a dar diretrizes a essa imigração, planejando-a em condições convenientes aos interesses recíprocos. Os dados estatísticos ainda não revelam a influência exata do planejamento previsto. Em 1951 entraram 8 290 italianos, contra 7 363 em 1950 e 6 352 em 1949, não houve, pois, diferença fundamental. Quanto aos holandeses entraram 464 em 1951 contra 660 em 1950 e 485 em 1949. A imigração, no primeiro ano após o acôrdo, foi inferior à verificada nos dois anos anteriores

Vale registrar que, no acôrdo com os Países Baixos, ficou estabelecido que a imigração neerlandesa será nitidamente dirigida, abrangendo a imigração colonizadora e a cooperação científica, intelectual e técnica. É reconhecida também a imigração espontânea, quer individual, quer em famílias ou grupos de famílias, submetida ao regime legal ordinário vigente em cada país ou regulada especialmente por troca de notas. No acôrdo com a Itália permitem-se as duas formas — a espontânea, baseada em carta de chamada familiar ou em oferta de trabalho, e a dirigida, baseada em listas acordadas para cada leva pelos representantes dos dois governos

É fora de dúvida que se abrem, no Brasil, perspectivas amplas ao desenvolvimento da imigração. Desde que se estabeleçam planos capazes de assegurar ao imigrante as adequadas condições de estabelecimento e de fixação no país, não há negar que se pode proporcionar ao estrangeiro um nível de vida conveniente. Basta para tanto que, ao lado das primeiras relações com as populações brasileiras, através das quais se facilite a assimilação inicial do imigrante ao ambiente rural brasileiro, se criem os meios que capacitem ao imigrado sua futura fixação como proprietário, tornando-o apto a adquirir, em condições favoráveis, a pequena propriedade. É o princípio da imigração colonizadora, de que o Brasil carece, e que abre largas e fecundas perspectivas aos estrangeiros que nos procuram como imigrantes.

BIBLIOGRAFIA

Para melhor esclarecimento da exposição anterior, fazemos anexar uma bibliografia sumária, destacando as principais obras ou estudos referentes aos problemas de assimilação cultural dos grupos estrangeiros no Brasil

- 1889 Eduardo Prado, "Immigration", in *Le Brésil en 1889*. Paris Librairie Charles Delagrave
- 1910 Delgado de Carvalho *Le Brésil Méridional Étude économique sur les États du Sud* Rio de Janeiro
- 1919 Joaquim da Silva Rocha *História da Colonização do Brasil* 2 volumes. Imprensa Nacional Rio de Janeiro
- 1922 A Tavares de Lira, "Imigração e Colonização", in *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* Volume I Rio de Janeiro
- 1922. Oliveira Viana, "O povo brasileiro e sua evolução", in *Recenseamento Geral do Brasil* Volume I Introdução Rio de Janeiro

- 1925 Bulhões Carvalho. *Progresso da imigração italiana no Brasil*. Diretoria-Geral de Estatística Rio de Janeiro
1932. Oliveira Viana. *Raça e Assimilação* Coleção "Brasiliiana", vol. IV Companhia Editora Nacional São Paulo
- 1940 Emilio Willems. *Assimilação e Populações Marginais* Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes Coleção "Brasiliiana", vol 186 Companhia Editora Nacional São Paulo.
- 1944 Artur Hehl Neiva, "O problema imigratório brasileiro", in *Revista de Imigração e Colonização* Rio de Janeiro, ano V, n.º 3
- 1944 Artur Hehl Neiva, "Estudo sobre a imigração semita no Brasil", in *Revista de Imigração e Colonização* Rio de Janeiro, ano V, n.º 2.
- 1945 Emilio Willems, "Problemas de aculturação no Brasil Meridional", in *Acta Americana, México*, vol III, n.º 3
- 1945 Emilio Willems *El problema rural brasileño desde el punto de vista antropológico*. Jornadas — 33 El Colegio de México
- 1946 Emilio Willems. *A aculturação dos alemães no Brasil* Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes Coleção "Brasiliiana", vol 250 Companhia Editora Nacional. São Paulo
- 1947 Gilberto Freyre *Interpretação do Brasil* Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas Coleção "Documentos Brasileiros", vol 56. Livraria José Olímpio Editora Rio de Janeiro.
- 1947 Arthur Ramos *Introdução à Antropologia Brasileira* Vol 2 Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro
- 1947 Giorgio Mortara, "Contribuição para o estudo da assimilação matrimonial e reprodutiva dos principais grupos estrangeiros na população do Brasil", in *Estudos Brasileiros de Demografia. Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro
- 1948 Fernando Carneiro, "História da imigração no Brasil — uma interpretação", in *Boletim Geográfico* Dezembro Rio de Janeiro
- 1948 Emilio Willems *Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo* Boletim LXXXII, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo Série Antropologia, n.º 3 São Paulo
- 1948 Gilberto Freyre *Inglêses no Brasil* Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil Coleção "Documentos Brasileiros", vol. 58 Livraria José Olímpio Editora Rio de Janeiro
1949. Ernst Wagemann *A colonização alemã no Espírito Santo* Tradução de Reginaldo Sant'Ana Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Rio de Janeiro
- 1949 Artur Hehl Neiva, "A imigração na política brasileira de povoamento", in *Revista Brasileira dos Municípios*, ano II, n.º 6, abril-junho
1950. Giorgio Mortara. *Quelques observations sur l'assimilation linguistique des immigrants au Brésil et de leurs descendants* Institut National d'Études Démographiques. Paris.
- 1950 *Centenário de Blumenau*. 1850 — 2 de setembro — 1950. Edição da Comissão de Festejos (Coletânea de artigos sobre a colonização do vale do Itajaí em seus vários aspectos)
1950. J Fernando Carneiro *Imigração e colonização no Brasil* Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil Cadeira de Geografia do Brasil Publicação avulsa n.º 2 Rio de Janeiro.
- 1950 Giorgio Mortara, "A imigração italiana no Brasil e algumas características do grupo italiano em São Paulo", in *Revista Brasileira de Estatística*, ano XI, n.º 42.
- 1950 *Album comemorativo do 75.º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul* Publicação da Livraria do Globo. Porto Alegre (Coletânea de vários artigos sobre os municípios de colonização italiana e aspectos culturais do grupo italiano no Rio Grande do Sul).
- 1950 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *Estudos sobre as línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil* Rio de Janeiro.
- 1951 Manuel Diégues Júnior. *Etnias e Culturas no Brasil* Coleção "Cadernos de Cultura", Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This work is divided into three parts. The first part studies the rôle played by immigrants in southern region peopling, where, for the reasons which are then mentioned, by preference, they ran

The second part examines the assimilation of immigrants, pointing out Portuguese foundation of Brazil's cultural casting. Since the nineteenth century appeared among the immigrants people of high cultural value, foremost in the southern region of the country. No immigratory plans exist, specially with reference to the process of assimilation. This process shows itself with peculiar characteristics. Historical aspects, so as localization of immigrants, act upon its development. When the immigrants dispose themselves in compact groups assimilation will last long but, on the contrary, if they are separated and find themselves in daily contact with Brazilians this assimilation will be shortened. The origins of immigratory groups, that is to say, the country where they were born, the place from where they started, their profession, religion and social conditions, also influences the process of assimilation. Cultural relations maintained between immigrants and Brazilian people cannot be faced on a single point of view, for the present two, and sometimes even several aspects, including mutual influence beared by the different immigratory groups, which exchange one another their cultural elements.

The third part refers the number of foreign people contained in the census of 1950, showing immigratory rhythm in these last years. The two late agreements about immigration are also studied, ressalting the present prospects referring to the problem of immigration in Brazil, which people, due to its traditional character, is always ready to receive immigratory flows.

GIORGIO MORTARA
(Do Laboratório de Estatística)

MÉTODOS PARA A ESTIMATIVA DA FECUNDIDADE DE POPULAÇÕES SEM REGISTRO OU COM REGISTRO INCOMPLETO DOS NASCIMENTOS

1. A razão entre o número das crianças e o das mulheres em idade fecunda. Estudo da relação entre essa razão e a taxa de fecundidade feminina — 2. Ensaio de aplicação ao Brasil. — 3. Considerações sobre os dados necessários para a passagem da razão crianças/mulheres à taxa de fecundidade. — 4. Ensaios tirados de um ensaio de aplicação à Suécia. — 5. Cálculo da taxa de natalidade Aplicação ao Brasil. — 6. Aproveitamento das declarações das mulheres sobre o número dos filhos tidos até a data do censo para a determinação das taxas de fecundidade e de natalidade. — 7. Considerações finais.

1. O MÍNIMO de informação necessário a fim de que se torne possível reparar a falta dos elementos estatísticos necessários para o cálculo da taxa de fecundidade feminina (que são o número anual dos nascimentos e o número médio, no ano, das mulheres em idade fecunda) é fornecido pela distribuição da população segundo o sexo e a idade, obtida por meio de um censo ou de uma estimativa fidedigna.

A razão entre o número das crianças e o das mulheres em idade fecunda, que designarei, por brevidade, como “razão crianças/mulheres”, é um índice da fecundidade feminina. Em geral, são tomados como termos dessa razão o número das crianças de 0 a 4 ou de 0 a 9 anos e o das mulheres de 15 a 44 ou de 15 a 49 anos. Para simplificar a exposição, vou supor que os números aproveitados sejam os das crianças de 0 a 9 anos (E) e das mulheres de 15 a 49 anos (F').

A razão E/F' é, como disse acima, *um índice* da fecundidade feminina, ou seja, varia em correlação com a medida dessa fecundidade, mas não coincide com ela, nem mesmo varia proporcionalmente a ela, porque depende também de outras variáveis, como vou mostrar.

Se supusermos, para simplificar o problema, que o país considerado não tenha tido trocas de população com o exterior durante os dez últimos anos anteriores à data do censo, representando por N o número total dos nascidos vivos neste período, por D o número dos, entre eles, que faleceram antes da data do censo, e por E o número dos sobreviventes nesta data, teremos:

$$E = N - D. \quad (1)$$

As razões

$$D/N = q \quad (2) \quad E/N = p = 1 - q \quad (3)$$

dão, respectivamente, o quociente de mortalidade q e o quociente de sobrevivência p , até a data do censo, dos nascidos vivos nos dez anos anteriores.

A taxa média f de fecundidade feminina nesse período decenal é dada pela razão

$$f = 0,1 N/F, \quad (4)$$

onde F representa o número médio das mulheres de 15 a 49 anos durante o período referido.

O número F' das mulheres dessas idades, que conhecemos pelo censo, em geral não coincide com F , numa população "progressiva" é maior e numa população "regressiva" é menor do que é. Portanto, representando por k um coeficiente (superior, igual ou inferior à unidade), poderemos escrever:

$$F' = k F \quad (5)$$

Mercê das relações (3), (4) e (5), estamos agora habilitados para estabelecer a relação seguinte entre a razão crianças/mulheres e a taxa de fecundidade feminina

$$f = 0,1 N/F = 0,1(E/F') (k/p) \quad (6)$$

Vê-se por esta relação que a taxa de fecundidade varia em função não somente da razão crianças/mulheres verificada no censo, mas também da variação do número das mulheres em idade fecunda no período decenal anterior ao censo, da qual depende k (somente se esse número ficasse constante ou se houvesse compensação perfeita entre as variações para mais ou para menos, ter-se-ia $k = 1$), e da mortalidade das crianças nesse período, da qual depende p (somente se não houvesse óbitos, ter-se-ia $p = 1$)

É claro, portanto, que a razão crianças/mulheres não fornece a *medida* da fecundidade feminina, e que deve ser usada apenas, e com prudência, como índice dessa fecundidade, pois que seu valor depende também de outras circunstâncias

Se fôr possível determinar valores suficientemente aproximados dos coeficientes p e k , pode-se passar do índice da fecundidade obtido pela razão crianças/mulheres para a sua medida. Acêrca da determinação desses coeficientes, exporei alguns esclarecimentos nos parágrafos seguintes

2. DAREI, agora, um exemplo de aplicação ao Brasil do processo descrito acima. Neste país, a estatística dos nascimentos é incompleta, mas dispomos de dois censos fidedignos, os de 1940 e de 1950

A condição da falta de trocas de população com o exterior no período decenal anterior à data do censo de 1950 fica quase satisfeita, tendo sido relativamente desprezíveis os movimentos migratórios nesse período. Aliás, o censo classifica os habitantes segundo o país de nascimento, de modo que se pode tomar como valor de E o número das crianças de 0 a 9 anos naturais do Brasil, com uma pequena correção para levar em conta o número estimado das sobreviventes no exterior, isto é:

$$E = 15\,377\,477 + 4\,695 = 15\,382\,172$$

O número das mulheres de 15 a 49 anos, segundo o mesmo censo, é de 12 833 813 = F'

A razão crianças/mulheres é, portanto, igual a 1,198 2, se fôr calculada de acôrdo com o dado do censo, ou a 1,198 6, se fôr retificado o numerador para levar em conta os emigrados

Pelos dados dos censos de 1940 e de 1950 pode-se estimar que a proporção média das mulheres de 15 a 49 anos na população do Brasil durante o período decenal anterior à data do último censo tenha sido de 24,539%. Sendo calculada em 46 319 848 habitantes a população média desse período, podemos obter diretamente o número médio das mulheres de 15 a 49 anos:

$$F = 0,245\,39 \quad 46\,319\,848 = 11\,366\,428$$

Não é preciso, portanto, calcular k , mas é claro que esse coeficiente é igual à razão

$$F'/F = 12\,833\,813 / 11\,366\,428 = 1,129\,098 = k$$

O quociente de sobrevivência p não consta diretamente, não tendo sido ainda calculada uma tábua de mortalidade completa para o conjunto do Brasil no período em estudo. Mas uma estimativa desse quociente pode ser baseada na tábua de mortalidade para o Estado de São Paulo, referente ao período 1939-41. Levando em conta a taxa de crescimento da população do Brasil no período decenal considerado, e supondo a taxa de natalidade constante e as taxas de mortalidade nos primeiros dez anos de idade iguais às de São Paulo, calcula-se que de 1 000 nascidos vivos num período decenal 771 sobreviveriam no fim desse período. A mortalidade na infância para o conjunto da população do Brasil no período decenal anterior ao censo de 1950 parece ter sido um pouco maior do que a verificada no Estado de São Paulo em 1939-41, por isso, convém reduzir

a 765 a proporção dos sobreviventes, isto é, estimar $p = 0,765$. De acôrdo com esta estimativa, pela razão

$$E/p = 15\,382\,172 / 0,765 = 20\,107\,414 = N,$$

obtemos o número dos nascidos vivos no período decenal

Estamos agora habilitados para calcular a taxa de fecundidade,

$$f = 0,1 N / F = 2\,010\,741 / 11\,366\,428 = 0,176\,90,$$

isto é, 176,90 nascidos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos, em média anual. É quase supérfluo acrescentar que a aplicação da fórmula (6) leva ao mesmo resultado

$$f = 0,1 (15\,382\,172 / 12\,833\,813) (1,129\,098 / 0,765) = \\ = 0,1 \quad 1,198\,566 \quad 1,475\,945 = 0,176\,9$$

A comparação desta taxa de fecundidade com as calculadas pelo processo normal para outros países (por exemplo, 59 nascidos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos na República Federal Alemã em 1950, 69 na Itália em 1951, 83 na França em 1950, 92 nos Estados Unidos em 1950, 95 na Argentina em 1947 e 110 no Japão em 1950) mostra que a fecundidade feminina no Brasil é muito elevada. Mas ela não é excepcional na América Latina: por exemplo, no México em 1950 foram registrados 182 nascidos vivos por 1 000 mulheres de 15 a 49 anos.

3. Vimos que o conhecimento da distribuição da população segundo o sexo e a idade permite obter um índice da fecundidade pela razão crianças/mulheres. Mas vimos também que, querendo-se passar dêste índice para a medida da fecundidade, é necessário conhecer, ainda, a variação da população feminina em idade fecunda durante os dez (ou os cinco) anos anteriores à data do censo, como também a mortalidade na infância no mesmo período.

Estas condições criam dificuldades para a aplicação do processo descrito acima.

Pode-se-ia quase eliminar a dificuldade dependente da primeira condição e diminuir a dependente da segunda, se fôsse lícito considerar apenas as crianças nascidas no último período anual anterior à data do censo. Mas, em países atrasados, como os a que se aplica o processo em exame, não se pode ter muita confiança na precisão das declarações de idade das crianças, e convém atenuar a influência dos erros destas declarações tomando-se um período poli-anual, para o Brasil foi até verificada a insuficiência do intervalo quinquenal e a conveniência de se tomar um intervalo decenal. Cumpre, ainda, lembrar que a limitação do intervalo a um só ano daria excessivo relêvo às oscilações ocasionais da fecundidade.

O coeficiente k , que depende da variação de número das mulheres em idade fecunda, pode ser determinado sem dificuldade, na maior parte dos casos, sendo conhecido em geral com aproximação suficiente o desenvolvimento da população no período anterior ao censo e deduzindo-se dos censos a proporção das mulheres em idade fecunda na população total.

É mais difícil estimar o quociente de sobrevivência p . Para calculá-lo exatamente, seria preciso conhecer, além do número E dos sobreviventes na data do censo, o número N dos nascidos vivos dos quais êles procedem, mas é justamente êste N a incógnita que estamos procurando determinar. Todavia, como vimos pelo ensaio de aplicação ao Brasil, torna-se amiúde possível girar o obstáculo, adotando-se um valor estimado de p .

Aliás, o erro eventual da estimativa da mortalidade na infância atenua-se fortemente no cálculo dos nascidos vivos e da taxa de fecundidade, como se pode verificar pelo exemplo seguinte.

Para o Brasil, supusemos um quociente de sobrevivência de 0,765, a que corresponde um quociente de mortalidade de 0,235. Se supusermos um quociente de mortalidade superior ou inferior de 10%, isto é, de 0,2585 ou de 0,2115, o valor correspondente do quociente de sobrevivência ficará de 0,7415 ou de 0,7885, e o número calculado dos nascidos vivos, respectivamente, de 20 744 669 ou de 19 508 145. Ora, êstes números diferem apenas de 3% para mais (o primeiro) ou para menos (o segundo) daquele que foi calculado no § 2.º, e esta diferença relativa mantém-se inalterada no cálculo da taxa de fecundidade. Um erro de 10% no quociente de mortalidade repercute num erro de apenas 3% na taxa de fecundidade.

Os obstáculos especificados no início dêste parágrafo são, portanto, muito menos graves do que êles podiam parecer à primeira vista. Em muitos casos êles não impedirão um demógrafo perito na sua arte de chegar a uma determi-

nação suficientemente aproximada da taxa de fecundidade por meio da razão crianças/mulheres

Cumpra acrescentar que outra dificuldade, dependente da existência de movimentos migratórios — que no § 2º foram supostos inexistentes —, pode ser facilmente superada mediante processos familiares ao demógrafo

4. A EXPRESSÃO da razão crianças/mulheres em função da taxa de fecundidade, que pode ser deduzida da fórmula (6),

$$E/F' = 10 f (p/k), \quad (7)$$

põe em evidência a impropriedade do emprêgo dessa razão como medida da fecundidade. Um exemplo ilustrará melhor os erros de apreciação que tal emprêgo pode causar

Para a Suécia, a razão crianças/mulheres, calculada pelos dados do censo de 1950, é igual a 0,677 7, em comparação com 1,198 6 para o Brasil. Segundo este índice, a fecundidade da mulher sueca corresponderia a 56,54% daquela da mulher brasileira

De acôrdo com a tábua de mortalidade sueca de 1941-45, supondo-se constante, no tempo, o número dos nascimentos, calcula-se $p = 0,963\ 73$ e $q = 0,036\ 27$. No conjunto do decênio anterior à data do censo (anos 1941-50), a mortalidade na infância foi inferior de 12% à média de 1941-45; reduzindo o quociente de mortalidade nessa proporção, obtemos os valores retificados de $q = 0,031\ 92$ e $p = 0,968\ 08$.

O número E das crianças de 0 a 9 anos sendo de 1 188 158, segundo o censo de 1950, o quociente dêste número pelo valor de p calculado acima dá 1 227 335 como número estimado dos nascidos vivos no decênio (no caso, sendo conhecido o número efetivo dos nascidos vivos, 1 234 190, podemos verificar que o número estimado difere dêle apenas de 0,56% para menos).

Tomando como número médio F das mulheres de 15 a 49 anos o de 1 751 399 dado pelo censo de 1945, efetuado na data central do decênio (em comparação com 1 753 143 no fim dêsse período, donde: $k = 0,999$), podemos agora calcular a taxa de fecundidade para a Suécia, assim como fizemos para o Brasil:

$$f = 122\ 734 / 1\ 751\ 399 = 0,070\ 08$$

A comparação entre esta taxa de fecundidade de 70,08 por 1 000 e a de 176,90 calculada para o Brasil mostra que a fecundidade da mulher sueca corresponde apenas a 39,62% daquela da mulher brasileira, e não a 56,24% como se podia concluir por uma interpretação apressada e incorreta da razão crianças/mulheres

Basta comparar os valores da razão entre p e k (0,969 0 para a Suécia e 0,677 5 para o Brasil) para avaliar a influência que podem exercer essas duas variáveis, e sobretudo a primeira, na determinação do valor da razão crianças/mulheres.

5. O CONHECIMENTO do número médio das mulheres em idade fecunda no decênio anterior ao censo está baseado, em geral, no conhecimento da população média P dêsse período

Pelo número N dos nascimentos, estimado por meio da razão entre E e p , pode-se calcular a taxa de natalidade

$$n = 0,1 N/P. \quad (8)$$

Na aplicação ao Brasil, pelos dados do § 2.º, obtém-se:

$$n = 2\ 010\ 741 / 46\ 319\ 848 = 0,043\ 41,$$

isto é, a taxa de natalidade de 43,41 por 1 000 habitantes.

6. PODEM ser obtidas pelos censos outras informações que, em determinadas condições, permitem o cálculo da taxa de fecundidade. Entre estas informações, salientam-se as concernentes ao número dos filhos tidos até a data do censo pelas mulheres adultas.

Suponhamos conhecer a distribuição das mulheres por anos de idade, como também o número total dos filhos tidos pelas mulheres de cada grupo anual de idade. Então estaremos habilitados para calcular o número médio dos filhos

tidos pelas mulheres que se acham no $(x + 1)^{\text{mo}}$ ano de idade, isto é, entre o x^{mo} aniversário e o $(x + 1)^{\text{mo}}$. Uma interpolação operada sobre a sucessão desses dados permitirá obter, sem dificuldade, o número médio m_x dos filhos tidos pelas mulheres até a idade exata de x anos, isto é, até o x^{mo} aniversário.

Numa população cujas características demográficas se mantivessem rigorosamente constantes através do tempo, os números m_x manter-se-iam, também, constantes, e a diferença $(m_{x+1} - m_x)$ poderia ser tomada — embora, sob algumas reservas — como a medida do incremento, entre o x^{mo} aniversário e o $(x + 1)^{\text{mo}}$, do número médio dos filhos tidos pelas mulheres sobreviventes tanto no primeiro como no segundo destes aniversários. Mas este incremento é igual à taxa de fecundidade f_x desse grupo de mulheres no seu $(x + 1)^{\text{mo}}$ ano de idade. Em fórmula:

$$f_x = m_{x+1} - m_x \quad (9)$$

Após têmos calculado por esta fórmula as taxas de fecundidade por anos de idade, poderemos aplicá-las à população feminina das idades correspondentes, constante do censo. Somando os números assim calculados para as diferentes idades, obteremos o número total anual dos nascidos vivos e poderemos facilmente determinar a taxa de fecundidade para o conjunto das mulheres em idade fecunda e a taxa de natalidade.

É difícil que fiquem rigorosamente satisfeitas na realidade as condições às quais está subordinada a aplicação desse processo. Mas para o Brasil elas ficam satisfeitas com aproximação suficiente para tornar admissível esta aplicação.

Da tabela seguinte constam os valores ajustados de m_x , calculados segundo os dados do censo de 1940 sobre o número dos filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres até a data do censo, e os valores de f_x obtidos pela fórmula (9).

x	m_x	f_x	x	m_x	f_x
14	—	0,6	33	409,1	26,0
15	0,6	1,2	34	435,1	24,8
16	1,8	3,5	35	459,9	23,5
17	5,3	7,4	36	483,4	22,1
18	12,7	12,8	37	505,5	20,6
19	25,5	16,9	38	526,1	19,1
20	42,4	20,5	39	545,2	17,5
21	62,9	23,6	40	562,7	15,9
22	86,5	26,2	41	578,6	14,3
23	112,7	28,3	42	592,9	12,6
24	141,0	29,9	43	605,5	10,9
25	170,9	31,0	44	616,4	9,2
26	201,9	31,5	45	625,6	7,5
27	233,5	31,1	46	633,1	5,7
28	264,6	30,5	47	638,8	3,9
29	295,1	29,8	48	642,7	2,1
30	324,9	29,0	49	644,8	0,3
31	353,9	28,1	50	645,1	—
32	382,0	27,1			

A aplicação das taxas f_x da tabela aos números das mulheres existentes em cada grupo anual de idade na data do censo de 1940 dá o número total de 1 966 457 nascidos vivos, que se reduz a 1 963 465 excluindo-se os tidos pelas mulheres de 14 anos.

A razão entre este último número e o das mulheres de 15 a 49 anos existentes em 1940 (10 123 503) dá a taxa de fecundidade feminina de 193,95 por 1 000, e a razão entre o mesmo número e a população total (41 236 315) dá a taxa de natalidade de 47,61 por 1 000 habitantes.

Estas taxas são sensivelmente superiores às calculadas, por outro processo, no § 2.º, mas é preciso lembrar que elas foram deduzidas da experiência de um período diferente, anterior ao censo de 1940, durante o qual a natalidade provavelmente foi mais elevada do que no último decênio anterior ao censo de 1950.

7. PODEM ser obtidas pelo censo outras informações apropriadas para facilitar o cálculo das taxas de fecundidade e de natalidade, como as sôbre a idade da mulher na data do nascimento do primeiro filho, sôbre a distribuição das mulheres de cada idade segundo o número dos filhos tidos, sôbre o número dos filhos sobreviventes na data do censo, etc. Os limites impostos à presente comunicação não permitem uma discussão acêrca do aproveitamento desses dados. Aliás, já examinei acima os casos mais difíceis, isto é, os em que se dispõe apenas do mínimo de dados necessários para o cálculo da taxa de fecundidade.

Concluindo, permito-me chamar a atenção dos demógrafos sôbre o caráter de *índice* (às vêzes, bem grosseiro), e não de *medida*, da fecundidade, que deve ser atribuído à razão crianças/mulheres. Permito-me, ainda, insistir sôbre a necessidade de que a aplicação dos métodos expostos e exemplificados na presente comunicação seja precedida pela cuidadosa verificação da subsistência das condições que devem ser satisfeitas a fim de que essa aplicação se torne admissível.

Uma exposição precisa dessas condições, que eu pude aqui especificar apenas de maneira sumária e incompleta, acha-se nas publicações citadas sob A,2 e B,1,2 na bibliografia anexa.

BIBLIOGRAFIA

A Sôbre o método exposto e ilustrado nos §§ 2º a 5º, veja-se

- 1 *Outros elementos censitários para o estudo comparativo da fecundidade nos diversos grupos de côr*, nota complementar da seção V dos "Estudos sôbre a natalidade e a mortalidade no Brasil" (Rio, I B G E, 1952),
- 2 *A proporção entre crianças e mulheres como índice da fecundidade feminina. A proporção entre crianças e mulheres nas populações urbanas, suburbanas e rurais do Brasil*, seções I e II das "Pesquisas sôbre a natalidade no Brasil, 2ª série" (Rio, I B G E, 1954)

B Sôbre o método exposto e ilustrado no § 5º, veja-se

- 1 *Análise comparativa de diversos critérios aplicáveis no estudo biométrico do desenvolvimento de caracteres coletivamente típicos em função da idade* (Rio, I B G E, 1948),
- 2 "Estudos sôbre a fecundidade e a prolificidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de côr" (Rio, I B G E, 1949), seções I e II, uma tradução da seção I, sob o título *Fertility and Reproduction Rates*, foi publicada pelas Nações Unidas ("Population Studies", Nº 7, Lake Success, 1949),
- 3 *Sur les méthodes appliquées pour la reconstitution du mouvement de la population du Brésil à l'aide des données des recensements* ("Bulletin de l'Institut International de Statistique", Tome XXXII, 2ª Livraison, Berne, 1950),
- 4 "Estudos sôbre a natalidade e a mortalidade no Brasil", *cit*, seção V, § 15

RIQUEZA E POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

SE há quem atribua a liderança econômica a São Paulo, cabe ao Rio de Janeiro o primeiro lugar entre as cidades brasileiras mais populosas. Com cerca de dois milhões e meio de habitantes, o Rio coloca-se entre as treze maiores cidades do mundo, as seis maiores das Américas, as duas maiores da América do Sul (a outra é Buenos Aires). No Brasil, a Capital Federal, com seus 360 mil moradores naturais do Estado do Rio e 55 mil do Espírito Santo, é a maior cidade de fluminenses e também de capichabas. Há mais mineiros no Distrito Federal do que em Juiz de Fora, que é a segunda cidade do Estado de Minas Gerais. Depois de Salvador, é ainda o Rio a cidade de maior população baiana do país. E os pernambucanos radicados em terra carioca superam os de Olinda, a cidade mais populosa de Pernambuco, depois do Recife.

ESSES dados, colhidos pelo Recenseamento Geral de 1950, dão a medida da importância demográfica do Distrito Federal, onde se aglomera uma população que influi decisivamente na produção do país. A expansão industrial da cidade manifesta-se tanto no volume da produção fabril como na pronunciada diversificação de suas indústrias. O Distrito Federal é a maior potência manufatureira do país, depois do Estado de São Paulo. Suas 5 681 fábricas recenseadas em 1950 produziram utilidades avaliadas em 17,5 bilhões de cruzeiros, ou um sexto do valor da produção industrial de todo o país. Cento e sessenta e seis mil operários movimentaram esse robusto parque industrial, cujas instalações, maquinaria e outros bens ligados à produção foram estimados em aproximadamente 5,6 bilhões de cruzeiros.

As indústrias de produtos alimentares são as que mais contribuem para o valor da produção industrial carioca. Contavam-se no Distrito Federal 890 fábricas de artigos tais como doces, conservas, féculas e farinhas, pão e produtos de pastelaria, bombons e similares, etc. Cada uma delas obteve, em média, uma produção orçada em 3,8 bilhões de cruzeiros, durante o ano de 1949. No seu conjunto, a fabricação de produtos alimentares foi avaliada em 3,4 bilhões de cruzeiros, a quinta parte do valor da produção total. Outro setor industrial fortemente representado no parque fabril do Distrito Federal é o das indústrias de produtos químicos e farmacêuticos, com 520 fábricas em funcionamento, no ano do último inquérito censitário. O valor dos produtos por elas

industrializados atingia aproximadamente 2,2 bilhões de cruzeiros. O setor têxtil, representado por 94 estabelecimentos, ocupa o terceiro lugar em valor da produção entre as indústrias de transformação do Distrito Federal, mas está na vanguarda pelo efetivo de pessoal, representado por 27 401 operários no ano de 1950. Nenhuma outra indústria manufatureira empregava tão vultosa mão-de-obra. Apenas a construção civil levava a palma à indústria têxtil, com seus 31 mil operários ocupados.

ENTREPOSTO mercantil de âmbito nacional, o Rio denota vigoroso dinamismo comercial, parecendo a muitos ser o comércio a sua principal atividade econômica. Quinze mil casas de negócio foram recenseadas, em 1950, e isto somente no comércio varejista. Os estabelecimentos que operavam, predominantemente, no comércio por atacado somaram 4 326. Entretanto, como era de esperar, o volume das vendas em grosso excede muitas vezes o das vendas a varejo. Atente-se, a propósito, para o valor das vendas realizadas, que no comércio varejista alcançou 8,6 bilhões de cruzeiros e, no atacadista, a 31,3 bilhões, durante o ano de 1949. O valor das mercadorias que circularam no Distrito Federal, naquele ano, eleva-se assim a 40 bilhões de cruzeiros, mais duas vezes o valor da produção industrial. Parte apreciável desses produtos desviou-se para o estrangeiro, dado o intenso movimento portuário do Rio. Assim, as firmas atacadistas do comércio carioca declararam ter vendido para o Exterior nada menos de 3,3 bilhões de cruzeiros, em 1949. Igualmente expressiva é a quantidade de mercadorias que toma o destino dos Estados limítrofes, como Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo, dos quais o Distrito Federal se tornou um dos principais centros abastecedores.

Seria difícil determinar a quota exata que, nas vendas realizadas pelo comércio do Distrito Federal, corresponde aos moradores locais. Se admitirmos, porém, que todas as vendas declaradas "a consumidores" se destinaram aos habitantes da Capital da República, alcançaremos o valor de 18,3 bilhões de cruzeiros, para o ano de 1949. Dêsse modo, cada habitante teria comprado 7 701 cruzeiros de mercadoria de consumo. Ora, a média nacional, calculada pelo mesmo processo, cifra-se em 1 643 cruzeiros. Por conseguinte, o poder de compra da população carioca seria quase cinco vezes mais elevado do que o da população brasileira em

conjunto É claro que se deve apreciar com reserva as cifras enunciadas, uma vez que o Distrito Federal é a fonte abastecedora de numerosas entidades públicas de âmbito nacional, tem como de navios, de grande parte das Forças Armadas, etc Do movimento global das vendas a consumidores realizadas no Distrito Federal — em que ainda se incluem os consumidores industriais — não se pode deduzir, com segurança, a capacidade aquisitiva do povo carioca

DE qualquer forma, está fora de dúvida que a população da Capital da República desfruta de um nível de vida bastante superior à média brasileira Não é por acaso que o capital privado tem distinguido o Distrito Federal, justificando-se sua atração por um mercado de tão considerável poder de compra Viu-se, por exemplo, o valor *per capita* das vendas a consumidores, quase cinco vezes mais elevada na Capital Federal do que no conjunto do país

Outro indicio talvez mais veemente do fenômeno situa-se na quantidade de casas de diversões que servem ao carioca Somaram 128 os cinemas e teatros localizados no Rio em 1º de janeiro de 1950 Enumerava-se, portanto, um estabelecimento para cada grupo de 18 573 habitantes No Brasil, a relação era de 26 791 habitantes por estabelecimento

Assim é o Distrito Federal, a maior cidade brasileira, num rápido retrato estatístico fornecido pelo Recenseamento Geral de 1950 Cidade de contrastes caprichosos, se no conjunto da população denota acentuada superioridade econômica sobre a população do Brasil, abriga nos próprios limites urbanos um dos grupos demográficos de mais precárias condições de vida do país, os moradores das favelas, que compreendiam 169 mil pessoas em 1950 As favelas cariocas equivalem, pois, à 14ª cidade brasileira, em população, o que ressalta a relevância do problema social que encerram

ECONOMIA DA AMAZÔNIA

A MAIS importante atividade econômica da Amazônia — extração vegetal — nutre-se da floresta, dominante na paisagem física regional De fato, agropecuária e indústrias extrativas em geral teriam contribuído, em 1950, com 1 270 milhões de cruzeiros para a Renda Nacional na Região Norte do país, segundo a estimativa elaborada pela Fundação Getúlio Vargas Nesse resultado, a participação da extração vegetal seria de 672 milhões, aproximadamente 53% do total Levantamentos procedidos pelo Serviço de Estatística da Produção revelam, por outro lado, que o sustentáculo dessa atividade extrativa ainda é a seingueira Sômente com a produção da borracha a Amazônia obteve mais de 370 milhões de cruzeiros, em 1950 A castanha-do-Pará, outro produto natural de apreciável contribuição na receita regional, surgiu com cerca de 100 milhões de cruzeiros de produção, colocando-se em segundo lugar entre os produtos da floresta

ESSENCIALMENTE primária a economia amazônica repousa na exploração da riqueza natural, de que o homem se aproveita quase que sem nenhum esforço para sua restauração A apanha dos produtos da natureza constitui, portanto, a principal atividade registrada pelos levantamentos econômicos e demográficos Efectivamente, trabalhavam nas indústrias de extração mais de 163 mil pessoas, segundo o Censo de 1950 Esta cifra refere-se às pessoas de 10 anos e mais de idade com ocupação remunerada, as quais totalizavam 581 mil habitantes da Região Norte Em 10 trabalhadores da Amazônia, 3 ocupam-se nas indústrias de extração, ao passo que, no Brasil em geral, a proporção é dez vezes inferior: cerca de 3, em 100 trabalhadores

Pode-se dizer, por conseguinte, que as atividades extrativas encontram na Região Norte o ambiente mais favorável, de todo o país Aliás, a terça parte dos brasileiros nelas ocupados habitam aquela região, que reúne apenas 3,5% da população do Brasil A alta frequência das ocupações extrativas entre os trabalhadores da Amazônia acentua-se no Território do Acre, onde 60% das pessoas economicamente ativas nelas se enquadram No Guaporé, a proporção também é majoritária; 46% Reduz-se, no Estado do Amazonas, para 37%, e, sempre em progressão descendente, para 26% no Amapá; 20% no Pará, e, finalmente, 17% no Território do Rio Branco

DE modo geral, quanto mais baixo o contingente de trabalhadores nas indústrias extrativas, tanto mais alto o referente à agropecuária que, na Região Norte, ocupa 4, em 10 habitantes economicamente ativos Parece, portanto, que a evolução da agricultura e da criação se processa em pura perda das indústrias de extração, que lhes cedem lugar sempre que as condições locais o permitem No Guaporé e no Acre, por exemplo, o cultivo da terra e a pecuária mobilizam escassa mão-de-obra: cerca da quinta parte das pessoas economicamente ativas No Rio Branco e no Pará, já constituem a principal ocupação remunerada, abrangendo respectivamente 56 e 47% da população economicamente ativa

Entretanto, em quase toda a Região Norte mostra-se nitidamente inferior à nacional a quota dos trabalhadores nas indústrias de transformação, que davam trabalho a perto de 37 mil de seus habitantes, na época do último Recenseamento Apenas o Amapá foge à regra,

graças à florescente indústria de mineração local Naquele Território Federal, 11% da população ativa ocupava-se na indústria manufatureira (no conjunto do país, a quota correspondente fixou-se em pouco mais de 10%). No Pará, essa proporção expressava-se em menos de 7%, caindo nas demais Unidades da Região, até o mínimo de 4%, relativo ao Território do Acre

MEDE-SE, dessa maneira, a contribuição pouco representativa das atividades manufatureiras na economia da Região Norte, fato confirmado pelos resultados do Censo Industrial mais recente Há setores industriais da mais alta importância que não contavam, na Amazônia, uma única fábrica em funcionamento As indústrias mecânicas, as de construção de material elétrico, as de construção de material de transporte podem citar-se como exemplos, que sem exagero seriam acrescidos das indústrias do papel, da borracha, têxtil, etc, de representação modestíssima em todo o Norte do país

Progridem, entretanto, as manufaturas mais diretamente ligadas às atividades rurais — extrativas e agropecuárias Os produtos alimentares, dentre elas, contribuem com maior peso, tanto no valor da produção como na mão-de-obra empregada, no número de estabelecimentos, no capital invertido Registraram-se, em 1950, 441 estabelecimentos desse ramo fabril na Região Amazônica, os quais produziam cerca de 162 milhões de cruzeiros em 1949 Esta cifra representa mais de 27% do total da produção manufatureira regional (590 milhões de cruzeiros) Na ordem decrescente do valor da produção anual, as indústrias de maior proje-

ção regional sucediam-se desta maneira: produtos químicos e farmacêuticos, com 86 milhões de cruzeiros (perto de 15% da produção global); couros e peles, com 66 milhões (11,2% do total); madeiras, com 65 milhões (11%) Das restantes, nenhuma alcançou sequer 40 milhões de cruzeiros de produção

HÁ, na Amazônia, dois grandes entrepostos comerciais, as cidades de Belém e Manaus As duas capitais controlam três quartas partes do comércio atacadista regional, constituindo, ao mesmo tempo, únicos centros exportadores dos produtos regionais e principais abastecedores da rede varejista do interior O notável movimento de suas organizações atacadistas constitui, dessarte, fenômeno justificável, sem mais graves reflexos de natureza econômico-social De acôrdo com o Censo Comercial de 1950, as vendas por atacado realizadas nas duas cidades subiram acima de 1,31 bilhões de cruzeiros, 74,4% do total regional, da ordem de 1,76 bilhões

Não se dirá o mesmo, porém do predomínio das referidas metrópoles também no campo do comércio a varejo Das vendas varejistas operadas na Região Norte, 56% realizaram-se em Belém ou Manaus, que juntas abrigavam somente um quinto da população amazônica Este fato, que o Recenseamento tornou evidente, permite concluir que a capacidade aquisitiva da população, é quatro vezes mais baixa no Interior do que nas capitais Entretanto, muito mais que das atividades urbanas, é do trabalho das populações do Interior que dependem, principalmente, a riqueza e o progresso da imensa Baía Amazônica

EXPORTAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL PELAS VIAS INTERNAS

A EXPORTAÇÃO do Distrito Federal para as demais Unidades da Federação, pelas vias internas, ou seja, com exclusão do comércio de cabotagem, foi de 303 188,7 toneladas e Cr\$ 4 697 milhões, no primeiro trimestre de 1953 Isso é o que se verifica pelos dados ora divulgados pela Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

Os Estados de Minas, Rio de Janeiro, e São Paulo absorveram 95% das mercadorias exportadas pelo Distrito Federal, cabendo a cada um deles, respectivamente, 30,2, 46,5 e 18,0% da tonelagem exportada no trimestre de janeiro a março Dos demais Estados importadores destacam-se apenas, quanto à quantidade recebida, o Rio Grande do Sul (0,7%), Paraná (0,6%), Bahia e Goiás (0,4%), Mato Grosso e Pernambuco (0,2%) e Santa Catarina (0,1%)

Coube ao mês de março o maior movimento da exportação, com 110 083 toneladas, contra 98 895 e 94 209, exportadas em janeiro e fevereiro

No que respeita ao valor, a importação dos Estados de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo não ultrapassou os 80% da exportação total, com 22,1, 27,3 e 30,9% Destacam-se, a seguir, o Rio Grande do Sul, com 4,8%, o Paraná, com 2,3%, a Bahia com 2,2% e Pernambuco, com 1,7%.

Embora seja o Distrito Federal um grande centro consumidor, 44,8% do volume da sua exportação pelas vias internas se compõem de gêneros alimentícios e bebidas. Quanto ao restante, destacam-se as matérias-primas (18,0%) e os produtos químicos e farmacêuticos (10,6%) Foram exportadas 135 mil toneladas de gêneros

alimentícios e bebidas, 54 mil de matérias-primas e 32 mil de produtos químicos e farmacêuticos

Os produtos químicos e farmacêuticos exportados representam 18,6% do valor da exportação, seguindo-se gêneros alimentícios e bebidas, com 14,8%, e máquinas, veículos e seus pertences, com 15,0%

Das mercadorias exportadas pelo Distrito Federal para as demais Unidades da Federação, pelas vias internas, 78,5% e 81,9%, respectivamente, quanto à quantidade e ao valor, saíram

por estradas de rodagem. A ferrovia, que já constituiu o principal meio de escoamento, passou a ocupar posição secundária, no comércio interestadual. A quantidade exportada por esta via foi igual a 12,2% do volume total, representando o valor apenas 5,9% da exportação.

Apenas 11,3% da quantidade e 21,0% do valor das mercadorias saídas do Distrito Federal eram estrangeiras, cabendo a maior parte, tanto no que diz respeito à quantidade (54,4%) como no que se relaciona com o valor (44,6%), às mercadorias de origem regional.

Bibliografia

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA —
Serviço Nacional de Recenseamento — *Seleção dos Principais Dados do Censo Demográfico do Estado do Paraná* — 1953

O Serviço Nacional de Recenseamento reuniu, em volume comemorativo do Centenário da elevação do Paraná à categoria de Província, os resultados definitivos do Recenseamento Geral de 1950 naquele Estado. Abrange essa publicação as principais tabulações resultantes da apuração dos cinco inquéritos censitários promovidos em 1950, pelas quais se pode aferir o grau de desenvolvimento demográfico e econômico do Paraná.

Os resultados censitários ora divulgados confirmam a ascendente projeção do Paraná no panorama nacional, e demonstram que, do ponto de vista demográfico como do agrícola, é sem dúvida a Unidade brasileira de mais vivo desenvolvimento nos últimos tempos. Sua população presente, por exemplo, ascendia a mais de 2,1 milhões de habitantes, que representavam 4,1% da população brasileira em conjunto. Ora, quando se realizou o primeiro Recenseamento do Brasil, em 1872, o Paraná contava menos de 127 milhares de habitantes, ou o correspondente apenas a 1,2% do conjunto da população brasileira. No intervalo de 78 anos, a população estadual multiplicou-se cerca de dezessete vezes, ao passo que a população brasileira, em geral, multiplicou-se aproximadamente cinco vezes. Isto quer dizer que, a cada novo habitante contado para o País em geral, correspondiam mais de três para o Paraná em particular. Esse ritmo excepcional indica que, ao lado do natural crescimento vegetativo, deve ter ocorrido ponderável crescimento de origem migratória, o que, como é notório e os dados censitários comprovam, corresponde à realidade.

De fato, a atração das "terras novas", reconhecida como o móvel econômico das migrações para o Paraná, fez afluírem para o Estado levadas e levadas de imigrantes, oriundos em forte maioria de outras regiões brasileiras. A imigração estrangeira teve sua época, e concorreu, inegavelmente, para o adensamento da população. Nos últimos anos do século passado, fase em que as migrações estrangeiras para o Brasil alcançaram níveis mais altos, o Estado do Paraná beneficiou-se largamente com o fenômeno. Tanto que, como revelou o Censo de 1900, se contavam em sua população presente nada menos de 12% de estrangeiros e brasileiros naturalizados, enquanto que, no Censo de 1890, a quota correspondente ia pouco além dos 2%. A partir de 1900, a quota de estrangeiros começa a regredir, até um mínimo de 3,6% encontrado em 1950. O gradativo recrudescimento das correntes de migração interna contrapôs-se a esse declínio, que se interpreta, necessariamente, como decorrente da redução das correntes de origem estrangeira. De forma que, hoje em dia, o grande elemento colonizador do Estado provém do próprio País e se constitui, sobretudo, de paulistas, mineiros, gaúchos, catarinenses e baianos. No Paraná o número de naturais de outras unidades é cada vez maior, tanto absoluta como relativamente. Passou, em 78 anos, de 5,4% sobre o total da população (Censo de 1872) para nada menos de 32,6% (Censo de 1950). Vale dizer, portanto, que nos dias atuais uma terça parte dos moradores do Estado é constituída de brasileiros provenientes de outras paragens.

Ao surto demográfico justapõe-se o agrícola. O Paraná é tido, no presente como um dos Estados brasileiros de maiores possibilidades

agrícolas, e sua produção de origem rural alcança índices equiparáveis aos dos grandes centros tradicionais da lavoura e pecuária. O Censo Agrícola de 1940, em comparação com o de 1920, já demonstrava um crescimento apreciável da lavoura paranaense, pois o número de estabelecimentos rurais crescera, no curso dos vinte anos, mais de cem por cento, ao mesmo tempo que a área coberta pelos mesmos sofreu uma expansão de ordem de 18%. Foi, no entanto, nos dez anos que antecederam o Censo de 1950 que este crescimento se acentuou. O número de estabelecimentos passou de 64 397 para 89 461, com o acréscimo de 39%; e a área abrangida, passando de 6,2 milhões para 8,0 milhões de hectares, cresceu de 28,5%, medida que corresponde à ampliação absoluta de quase 1,8 milhões de hectares. Dessa maneira, pode-se dizer que, em cada ano transcorrido entre 1940/50, as atividades rurais do Paraná incorporaram em média 180 mil hectares de terras novas.

Essa ampliação da área abrangida pelas explorações agropecuárias é devida, em grande parte, à lavoura do café. Parece ocioso falar do extraordinário progresso da cafeicultura no Paraná. Os dados do Censo, apresentados na edição comemorativa, contribuem com informações valiosas e, até certo ponto, inéditas, para a apreciação do admirável fenômeno econômico-social. Assim, os cafezais paranaenses contavam em 1950, mais de 278 milhões de pés, o que equivale ao aumento de 203 milhões (quase três vezes), em relação a 1940. Mas ainda não se alcançara o ponto mais alto da progressão. Tanto assim que, em 1950, uma parcela ponderável dessas plantações (correspondente a mais de 42% do total de pés), era formada por pés novos. Desses elementos segue-se uma conclusão necessária: a de que a lavoura do café continua a crescer, a conquistar novas áreas, a se expandir na "terra roxa" do noroeste do Estado, onde as condições mesológicas — dizem os técnicos — são tão boas, ou melhores, do que as das melhores zonas cafezeiras de São Paulo.

A expansão da agricultura, e particularmente o impressionante incremento da lavoura do café, definem o Paraná dos nossos dias. Mas, até como consequência necessária desse enriquecimento rural, outras atividades econômicas encontram, no Estado, terreno propício para prosperar, como também revelam os resultados do Recenseamento. As indústrias, em primeiro lugar, têm evoluído com notável celebridade. Entre 1940 e 1950, o número de fábricas aumentou de 78%; a mão-de-obra industrial praticamente duplicou; o valor da produção multiplicou-se nove vezes, alcançando mais de 3,7 bilhões de cruzeiros neste último ano. O movimento comercial também se desenvolveu com intensidade, como não podia deixar de acontecer. De forma que o montante das vendas realizadas pelo comércio varejista e pelo atacadista excedeu de dez vezes em 1950, a quantia registrada em 1940; o número de estabelecimentos comerciais era, em 1950, 86% maior do que em 1940; o pessoal ocupado pelas casas comerciais experimentou, no decênio, o incremento de 112%. O outro aspecto da vida econômica do Estado que o Recenseamento de 1950 investigou — a prestação de serviços — segue, de um modo geral, os índices de crescimento verificados na indústria e no comércio. Considerados no conjunto, os estabelecimentos de prestação de serviços aumentaram de 39%, o pessoal por eles ocupado cresceu de 90%, e a receita multiplicou-se onze vezes.

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Serviço de Estatística Econômica e Financeira — *Estatística do Comércio Exterior* — Dezembro e janeiro a dezembro de 1953-1954

Foram reunidos em volume, para uso e consulta dos interessados, os números relativos à importação e exportação do país em 1953. Esse volume, que se intitula "Estatística do Comércio Exterior" — título, aliás, da série —, foi organizado sob a responsabilidade direta do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, ór-

gão do Ministério da Fazenda, e está sendo distribuído pelo Conselho Nacional de Estatística.

São os mais completos e revestem-se da maior atualização possível os dados que essa publicação contém. Aí se encontram os elementos numéricos concernentes ao nosso intercâmbio comercial no ano passado, com o máximo de pormenorização. Temos, assim, a importação do país segundo as grandes classes, os países de procedência, os portos de destino e as mercadorias por países de procedência; e a exportação segundo as grandes classes, os países de destino, os portos de procedência e as mercadorias por países de destino.

RESOLUÇÕES DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Resolução n° 439, de 9 de abril de 1954

Aprova modelos de questionários e de listas de produtos, normas para seleção dos estabelecimentos informantes e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a Resolução n° 525, de 10 de julho de 1952, da Assembléia-Geral do C N E, autorizou a Secretaria-Geral a proceder aos estudos relativos à reforma dos Inquéritos Econômicos;

considerando que os resultados dos referidos estudos foram submetidos à apreciação da Junta Executiva Central, que constituiu uma Comissão especial para examinar o assunto e emitiu parecer a respeito;

considerando que a referida Comissão reconheceu a conveniência de ser mantida a periodicidade mensal para as indagações dessa natureza;

considerando, de outro lado, que só agora ficou ultimada a elaboração dos novos modelos de questionários e das listas de artigos cujas quantidades de produção e estoques mensais deverão ser levantadas, segundo o parecer da Comissão;

considerando, ainda, que a impressão dos novos modelos e outros trabalhos preparatórios

impedem a implantação imediata do inquérito em seus moldes novos;

considerando, finalmente, que deve haver continuidade nos levantamentos referentes aos Inquéritos Econômicos,

RESOLVE:

Art 1° — Ficam aprovados os modelos de questionários e as listas de produtos constantes do anexo, bem como as normas estabelecidas para a seleção dos estabelecimentos informantes e recomendadas pela Comissão

Art 2° — A Secretaria-Geral do C N E substituirá pelos questionários mencionados no artigo 1° os atualmente em uso, a partir de julho de 1954

Parágrafo único — Questionários especiais, como os que indaguem somente os estoques de artigos relevantes para o consumo da população, serão aplicados quando o órgão responsável pelo abastecimento, ou outros setores especializados da administração, o solicitarem

Rio de Janeiro, em 9 de abril de 1954, ano 18° do Instituto — Conferido e numerado (a) *Oswaldo Almeida Fischer* — Secretário-Assistente Visto e rubricado (a) *Maurício Fichtner* — Secretário-Geral do Conselho Publico-se (a) *Florêncio de Abreu* — Presidente do Instituto e do Conselho

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho Nacional de Estatística — I B G E

Firma.....

Endereço.....

INQUÉRITOS
ECONÔMICOS

Questionário Industrial
Índices Econômicos

Tel.....

Informações relativas ao mês de.....

- | | | | | |
|---|--|--|--|--|
| 1 | Valor total da produção (declarar como valor o de venda na fábrica, exclusive o imposto de consumo) | | | |
| 2 | Valor dos serviços industriais prestados a terceiros | | | |
| 3 | Valor total das vendas (e transferências) de produtos elaborados pelo estabelecimento | | | |
| 4 | Valor total dos estoques, no último dia do mês, de produtos elaborados pelo estabelecimento | | | |
| 5 | Valor das matérias-primas consumidas | | | |
| 6 | Valor dos combustíveis consumidos | | | |
| 7 | Valor da energia consumida | | | |
| 8 | Salários (inclusive comissões e bonificações) pagos aos operários ocupados na atividade industrial (vide item 9) | | | |

Cruzeiros

- | | | | | | |
|---|---|---------|----------|-------|--|
| 9 | Número de operários diretamente ocupados na atividade industrial do estabelecimento, existente no último dia do mês (inclusive mestres, contramestres e operários com função de chefia) | Majores | Homens | ----- | |
| | | | Mulheres | ----- | |
| | | Menores | Homens | ----- | |
| | | | Mulheres | ----- | |
| | | | TOTAL | ----- | |

- 10 Número de operários-hora

Ano Mês Unidade da Federação

Município

Classe: XV

Se o estabelecimento, durante o mês, produziu um ou mais dos artigos abaixo especificados, informar a quantidade dessa produção, valendo-se da unidade indicada:

Vigas, vigotes, pranchões e tábuas de pinho	m ³
Idem, de madeiras de lei	m ³
Madeira compensada	m ³
Esquadrias de madeira	m ²

Se o estabelecimento tinha em estoque, no fim do mês, um ou mais dos produtos abaixo especificados (elaborados ou não pelo estabelecimento), informar a quantidade desses estoques, valendo-se da unidade indicada:

Pregas, rebites e parafusos, de ferro ou aço	kg.....
Vigas, vigotes, pranchões e tábuas de pinho	m ³
Idem, de madeira de lei	m ³
Solas	kg.....
Soda cáustica	kg.....
Tecidos de algodão	
até 80 cm de largura	m.....
de mais de 80 cm de largura	m.....

INQUÉRITOS ECONÔMICOS

Lista de artigos cuja quantidade de estoque deverá ser informada pelos estabelecimentos mensalmente

- Ferro gusa
- Aço bruto
- Veigalhões de aço
- Perfilados
- Pregos, rebites e parafusos, de ferro e aço
- Vigas, vigotes, pranchões e tábuas de pinho
- Idem, de madeiras de lei
- Solas
- Soda cáustica
- Ácido sulfúrico
- Fios de algodão
- Tecidos de algodão
- Sal refinado, para fins culinários
- Açúcar
- Banha
- Chaique
- Carne de vacum, frigorificada

LISTA DE ARTIGOS CUJA QUANTIDADE DE PRODUÇÃO DEVE SER INFORMADA MENSALMENTE

Extração de Produtos Minerais

- Caivão de pedra — t
- Minérios de ferro — t
- Minérios de manganês — t
- Ouro — kg

Transformação de Minérios não Metálicos

- Tijolos — milheiros
- Telhas — milheiros
- Azulejos — t
- Cimento — kg
- Garrifas — kg

Indústria Metalúrgica

- Ferro gusa em bruto (blocos) — t
- Tubos de ferro — t
- Aço bruto em (bloco) — t
- Veigalhões de aço — t
- Perfilados — t
- Pregos, rebites e parafusos, de ferro e aço — kg
- Cadeados, fechaduras, dobradiças, ferrolhos e guarnições — kg

Indústria de Material Elétrico e Material de Comunicações

- Motores elétricos — n° e potência em c v
- Cabos e fios para conduzir eletricidade — kg
- Lâmpadas elétricas — n°
- Aparelhos rádio-receptores — n°

Indústria de Material de Transporte

- Construção e montagem de automóveis para passageiros — n°
- Construção e montagem de caminhões — n°
- Construção e montagem de tratores — n°

Indústria de Madeira

- Vigas, vigotes, pranchões e tábuas de pinho — m3
- Outras madeiras serradas (vigas, vigotes, pranchões e tábuas — m3)
- Madeira compensada — m3
- Esquadrias de madeira — m2

Indústria do Papel

- Pasta de madeira — t
- Papel para impressão — t
- Papel para embalagem — t

Indústria da Borracha

- Pneumáticos — n° e peso em toneladas para caminhões, ônibus e tratores para automóveis para passageiros

Indústria de Couros

- Couros de bovino curtidos, excl solas — kg
- Solas — kg
- Sapatos de couro para homens — pares
- Sapato para senhoras — pares

Indústria Química

- Gasolina — l
- Óleo Diesel — kg
- Óleo combustível — "fuel-Oil" — kg
- Óleo de caroço de algodão — t
- Óleo de mamona — kg
- Óleo de babaçu — kg
- Soda cáustica — kg
- Ácido sulfúrico — l
- Ácido acético — l
- Ácido nítrico — l
- Ácido muriático — l
- Ácido clorídrico — l
- Carbonato de sódio — kg
- Sulfato de sódio — kg
- Materiais plásticos — kg
- Resinas sintéticas — kg
- Farinha de osso — kg
- Aubos compostos — kg
- Tintas à base de água — l
- Tintas à base de óleo, vernizes e esmaltes — kg
- Corantes — kg
- Desinfetantes e inseticidas — kg
- Sabão — kg
- Sabonete — kg
- Perfumes — l
- Fósforos — cx

Indústria Têxtil Incl Produção de Fios Artificiais (1)

- Algodão beneficiado — t
- Fiação e tecelagem de algodão (incl mescla com predominância de algodão)
- Fios — kg
- Tecidos — m
 - até 80 cm de largura
 - de mais de 80 cm de largura
- Fiação e tecelagem de lã (incl mescla com predominância de lã)
- Fios — kg
- Tecidos — m
 - até 80 cm de largura
 - de mais de 80 cm de largura
- Fiação e tecelagem de seda artificial (incl mescla com predominância de fios artificiais)
- Fios — kg
- Tecidos — m
 - até 80 cm de largura
 - de mais de 80 cm de largura
- Barbantes, cordoalha — kg
- Sacos de juta — n

(1) Quanto aos fios e tecidos, as instruções devem ter todo o cuidado, para se evitar duplas contagens, por exemplo, de tecidos crus, alvejados, tintos, etc

Indústria do Vestuário

- Camisas para homem — n
- Ternos para homem — n
- Blusões para homem — n
- Vestidos para senhoras — n
- Meias de seda, natural ou artificial, para senhoras — pares
- Chapéus de feltro para homens — n

Indústria de Produtos Alimentares

- Sal refinado para fins culinários — t
- Café torrado — kg
- Mate beneficiado — kg
- Farinha de trigo — t
- Massas e biscoitos — k
- Reses bovinos abatidos — n

Resolução n.º 440, de 23 de abril de 1954

Altera a gratificação de presença a que se refere a Resolução n.º 190, de 18 de agosto de 1944

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a sua Resolução n.º 190, de 18 de agosto de 1944, concedeu aos membros das "Comissões Revisoras de Estatística Municipal" (C R E M.), criadas pelo citado diploma, a gratificação de presença de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros), por sessão, até o limite de oito quotas por mês;

considerando que em virtude das atuais condições do custo-de-vida, se tornou insuficiente aquela vantagem, já que fôra instituída com o propósito de indenizar os membros dos referidos órgãos de prováveis despesas de representação;

considerando, por outro lado, que os crescentes encargos técnicos, decorrentes da execução dos "Convênios Nacionais de Estatística Municipal", vêm exigindo dos membros das Comissões Revisoras de Estatística Municipal atento e constante contacto com a matéria que lhes é submetida a exame e estudo,

RESOLVE:

Artigo único — Fica elevada a Cr 120,00 (cento e vinte cruzeiros), a partir de maio do corrente ano, a gratificação de presença a que se refere a Resolução n.º 190, de 18 de agosto de 1944, correndo a respectiva despesa por conta da verba própria do orçamento vigente do Conselho Nacional de Estatística, suplementada oportunamente com a abertura do necessário crédito adicional

Resolução n.º 441, de 30 de abril de 1954

Abre crédito especial para pagamento de despesas do exercício findo

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que se encontram dependendo de processamento várias contas referentes a despesas efetuadas no exercício de 1953, no montante de cento e cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 158 965,00);

considerando que tais despesas não puderam ser processadas antes do encerramento do exercício a que se acham vinculadas;

considerando que, por se referirem a encargos pertinentes ao ano findo, os gastos em causa não devem correr à conta das dotações orçamentárias do atual exercício,

RESOLVE:

Art 1.º — É aberto no Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística o crédito especial de cento e cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 158 965,00)

Art 2.º — Os recursos necessários ao crédito mencionado no artigo anterior serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Resolução n.º 443, de 18 de junho de 1954

Abre crédito especial para construção de garagem e oficinas de reparos destinadas às viaturas do Conselho Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que pela Resolução n.º 429, de 20 de novembro de 1953, foram aprovados os projetos de especificações relativos a cons-

trução de garagem e oficinas de reparos destinadas à guarda e conservação dos veículos da Presidência do Instituto e da Secretaria-Geral deste Conselho;

considerando que, de conformidade com o art 2.º da citada Resolução, as obras e instalações a que se referem os projetos aprovados seriam executadas a juízo do Presidente do Instituto, mediante concorrência pública ou por tomada de preços entre firmas construtoras idôneas;

considerando que, em sessão realizada a 15 de janeiro deste ano, segundo consta da ata de sua centésima trigésima terceira sessão extraordinária, a Junta aprovou tomada de preços realizada e autorizou a Secretaria-Geral a firmar contrato com o firma que se propôs a executar as obras por menor preço;

Considerando que, de acordo com o artigo 4.º da Resolução 429, as despesas com a execução das obras deveriam correr à conta dos recursos disponíveis da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, tomando-se por base a estimativa de orçamento então formulada;

considerando que, na ausência de fixação do custo exato das obras em causa, deixou de ser consignada, no atual orçamento da Secretaria-Geral, a necessária verba para custeio das mesmas;

considerando que, nos termos da cláusula 3.ª do contrato celebrado com a firma construtora, as obras em causa montam a um milhão, cento e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 1 180 000,00);

considerando, finalmente, que tal despesa não poderá correr à conta das dotações normais do atual orçamento da Secretaria-Geral,

RESOLVE:

Art 1.º — É aberto, no Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o crédito especial de um milhão, cento e oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 1 180 000,00).

Art 2.º — O precitado crédito destina-se ao custeio das obras de construção da garagem e oficinas deste Conselho, à Avenida Francisco Bicalho n.º 101, cujas despesas serão atendidas de acordo com o estipulado na cláusula terceira do contrato celebrado entre a firma construtora e o Instituto

Art. 3.º — Os recursos necessários ao crédito referido no artigo 1.º serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Resolução n.º 444, de 18 de junho de 1954

Fixa contribuição para o fundo de instituição e custeio de bolsas de estudos da Fundação do Ensino Secundário e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, com o fim de dar cumprimento ao disposto no art 20 da Lei básica do Instituto (Decreto n.º 24 609), o qual dispõe sobre o assunto, foi criada e está em função nos cursos mantidos pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas;

considerando, por isso mesmo, que serão de interesse para o Instituto os fins a que se propõe a Fundação do Ensino Secundário, de proporcionar bolsas de estudos de nível secundário a estudantes pobres, já que vêm possibilitar, inclusive a servidores do Conselho, a aquisição de qualidade indispensável à matrícula nos cursos mantidos pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas;

considerando que, nos termos de sua Lei básica, compete ainda ao Instituto colaborar, "com a intensidade que os seus recursos permitirem", na obra de educação popular, de preferência com as instituições docentes;

considerando, finalmente, a solicitação formulada pela Fundação em causa,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística autorizada a conceder à Fundação do Ensino Secundário, a ti-

tulo de contribuição, a importância de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5 000,00), para fundo de instituição e, bem assim, a importância de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30 000,00) destinada a financiamento de três bolsas de estudos de ensino secundário

§ 1º — As bolsas de estudos serão respectivamente de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5 000,00), dez mil cruzeiros (Cr\$ 10 000,00) e quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15 000,00)

§ 2º — Destinam-se as bolsas referidas no parágrafo anterior a alunos do Distrito Federal ou dos Territórios, dos Estados e dos Municípios, respectivamente

Art 2º — Fica aberto no Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística o crédito especial de trinta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 35 000,00), para atender aos encargos decorrentes da presente Resolução.

Art 3º — Os recursos necessários ao crédito mencionado no artigo anterior serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Art 4º — O Presidente do Instituto baixará as instruções necessárias para a execução do disposto nesta Resolução

Resolução n.º 445, de 25 de junho de 1954

Dispõe sobre o pagamento de ajuda-de-custo, diária e indenização de despesas de representação aos Delegados à Assembléia-Geral

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que compete a esta Junta, no interregno das Sessões da Assembléia-Geral, nos termos do art 11 do Decreto n.º 1 200, de 17 de novembro de 1936, deliberar, *ad referendum* da mesma Assembléia, sobre assuntos de interesse do Conselho, sempre que o exijam a continuidade e a boa ordem dos seus serviços; considerando, ainda, o disposto na Resolução n.º 582, de 11 de julho de 1953, da Assembléia-Geral, bem assim o que determina a Convenção Nacional de Estatística, em seu Capítulo I, Cláusula Primeira, Item XVI, sobre o pagamento de ajuda-de-custo e de indenização de despesas de representação aos membros da Assembléia-Geral;

considerando, finalmente, que, em sua última Sessão, a Assembléia-Geral do Conselho não fixou, na conformidade do que dispõem os artigos 13 e 14 do Anexo à citada Resolução n.º 582, a gratificação de representação a que fazem jus os Delegados Regionais que participam de sua XIV Sessão Ordinária,

RESOLVE:

Art 1º — Os membros do Conselho Nacional de Estatística, além da ajuda-de-custo que lhes é estabelecida na legislação do Instituto, receberão, pelo comparecimento, na qualidade de Delegados das Unidades Federadas, às sessões da Assembléia-Geral, importância correspondente à indenização de despesas de representação.

Parágrafo Único — A indenização de despesas de representação referida neste artigo será de Cr\$ 9 000,00 (nove mil cruzeiros)

Art 2º — Aos Delegados federais que integrarem a Comissão de Tomada de Contas, de acordo com o disposto no artigo 19, § 1.º, do Regimento aprovado pela Resolução n.º 582, da Assembléia-Geral, será atribuída, a título de ajuda-de-custo, a importância de Cr\$ 3 000,00 (três mil cruzeiros)

Art 3º — Os Delegados regionais que integrarem a Comissão de Tomadas de Contas farão jus, segundo o disposto no artigo 3º e seu parágrafo, da Resolução n.º 391, da Junta Executiva Central, a diária de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), a partir da data da instalação dos trabalhos da Comissão até o dia em que tiverem início as reuniões ordinárias da Assembléia-Geral.

Art 4º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão pela verba própria do orçamento da Secretaria-Geral do Conselho

Art 5º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário

Resolução n.º 446, de 25 de junho de 1954

Define as atribuições dos Inspectores Técnicos e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o Regimento da Secretaria-Geral, aprovado pela Resolução n.º 430, de 11 de dezembro de 1953, deixou de definir as atribuições dos Inspectores Técnicos;

considerando a necessidade de preencher essa omissão, emendando o aludido Regimento,

RESOLVE:

Art 1.º — No Título II, capítulo I do Regimento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, aprovado pela Resolução n.º 430, de 11 de dezembro de 1953, ficará aditado o seguinte:

Integrarão o Gabinete do Secretário-Geral os Inspectores Técnicos, com as seguintes atribuições:

I — realizar inspeções periódicas nas Inspetorias Regionais e, na medida do possível, nas Agências Municipais de Estatística, com objetivo de aperfeiçoar e uniformizar os processos de trabalhos das mesmas;

II — prestar assistência técnica ao Secretário-Geral do Conselho em assuntos relativos aos órgãos estatísticos regional e municipal;

III — elaborar estudos e planos visando ao constante aperfeiçoamento da organização e dos métodos de trabalho das Inspetorias e Agências;

IV — acompanhar, na Secretaria-Geral, os assuntos de peculiar interesse das Inspetorias, prestando assistência aos diversos órgãos no estudo desses assuntos;

V — opinar nos assuntos relativos aos interesses comuns às Inspetorias ou às Agências;

VI — desempenhar missões especiais que lhes sejam atribuídas pelos Serviços Federais de Estatística junto às Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística

IMPÕE-SE A CRIAÇÃO DE UM ÓRGÃO CENSITÁRIO PERMANENTE

SOB o título acima, o "Diário de Notícias", do Rio em sua edição de 16 de maio, publicou uma reportagem sobre o andamento dos trabalhos do Serviço Nacional de Recenseamento, com declarações do Sr Ovidio de Andrade Júnior, diretor da Divisão Técnica do referido órgão do C N E A reportagem é a seguinte:

"Bastante adiantados se acham os serviços de apuração e divulgação do censo de 1950. Realizados no primeiro dia de julho daquele ano, já antes de terminar o mês tinham início os trabalhos de apuração, que atualmente estão em fase final, porquanto, publicados os volumes de dados circunstanciados referentes a São Paulo e ao Paraná, edições comemorativas dos respectivos centenários, seguir-se-ão os dos demais Estados

CENSO DE 1950

Para coleta dos inquéritos censitários, respondidos naquela data, foram necessárias 50 000 pessoas, passando-se tecnicamente à fase da crítica e apuração, cuja fase máxima ocorreu em dezembro de 1951, ocupando cerca de 1 700 funcionários

No processo se utilizou a apuração elétrica, por meio de máquinas "Hollerith". O Serviço Nacional de Recenseamento chegou a ocupar 230 máquinas perfuradoras, trabalhando 12 horas por dia, em duas turmas, e no serviço de apuração mecânica trabalhavam cerca de 704 funcionários

O Censo de 1950, cujos resultados são a mais preciosa fonte de informação com que podem contar os estudiosos do nosso desenvolvimento econômico, consumiu 130 milhões de cartões "Hollerith", 70 milhões no Demográfico, 25 milhões no Agrícola, 2 milhões no Industrial, 3 milhões no Comercial, 1,5 milhões no censo de Serviços, e o restante nos mais variados fins, desde o registro da produção de cada tarefeiro, até o aprendizado de perfuradoras, em número de 460, escolhidas entre 3 000 candidatas

Até 31-12-53 tinham sido gastos cerca de 260 milhões de cruzeiros, dos quais 215 milhões em pessoal e o restante em material, serviços de terceiros, encargos diversos e eventuais. Nesses serviços de terceiros se incluem os alugueres das máquinas do I B M , que atingiu, na fase máxima, a importância de Cr\$ 300 000,00 mensais, estando agora reduzido a Cr\$ 200 000,00

CINCO INQUÉRITOS CENSITÁRIOS

Informados de que os resultados até agora publicados poderiam já estar circulando há mais tempo se não fossem determinados contratempos decorrentes da situação cambial e implícita adaptação do equipamento eletrônico fornecido pelo I.B.M procuramos ouvir o sr Ovidio de Andrade Jr, diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional do Recenseamento, e pedir-lhe para nos esclarecer não somente neste particular, como também sobre o andamento dos serviços do censo de 1950. Disse-nos o dr

Ovidio de Andrade Júnior: — O Recenseamento de 1950 não foi apenas um balanço do potencial humano do país. Foi também uma tomada de contas das suas atividades econômicas fundamentais. Realizamos, como é sabido, cinco inquéritos censitários distintos — os Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços —, além de levantamentos complementares sobre transportes e comunicações. Para possibilitar a execução de tão ampla pesquisa, o território nacional foi dividido em aproximadamente 45 000 "setores censitários", em que trabalharam outros tantos Recenseadores

NO PRAZO LEGAL

O preparo de 45 000 mapas, o levantamento predial-domiciliar dos centros urbanos, a compilação de cadastros econômicos, o planejamento dos formulários e sua distribuição no território nacional são algumas das difíceis tarefas que procedem a execução do Censo. Apesar de sua grande complexidade, os trabalhos censitários tiveram andamento normal. Tanto que, nos prazos estipulados por lei, foram dados a público os resultados preliminares e gerais dos vários levantamentos, embora em alguns casos a coleta de informações se tivesse prolongado muito além do previsto

A pronta publicação dos dados preliminares seguiu-se, meses depois, a divulgação dos principais resultados definitivos, com a série de "Seleção dos principais dados do Censo Demográfico", que compreende 23 volumes. As informações divulgadas nessas publicações fornecem elementos essenciais para o estudo das condições demográficas do país, indicando não somente o número de habitantes mas também a composição da população por sexo, idade, nacionalidade, religião, estado civil, alfabetização, ramo de atividade, etc. As publicações censitárias da série final (já circularam, em edições comemorativas, as relativas aos Estados do Paraná e São Paulo) acrescentarão, a esses, outros informes demográficos circunstanciados, que hão de permitir a elaboração de estudos e análises mais aprofundados

CENSOS ECONÔMICOS

Um censo, entretanto, não é feito apenas para se saber o número de habitantes de um país, quantos brancos, pretos, morenos, quantos casados e quantos solteiros. Importância capital têm os dados econômicos. Pedimos ao diretor da Divisão Técnica do S N R., que nos falasse sobre os censos econômicos. Disse-nos: — No que respeita aos Censos Econômicos, o trabalho de apuração é necessariamente mais laborioso. Nesses casos, a coleta de informações dilatou-se por mais tempo, de forma que a publicação dos seus resultados definitivos está menos adiantada do que a do Censo Demográfico. Os dados preliminares dos Censos Industrial, Comercial e dos Serviços são conhecidos desde 30 de junho de 1952. Por esses elementos divulgados a tempo de proceder a estudos e elaborações de grande utilidade, ficamos sa-

bendo que havia 89 086 estabelecimentos industriais em atividade no país, sendo 5 519 nas indústrias extrativas, 78 434 nas de transformação, 2 141 nos serviços industriais de utilidade pública e 2 992 na construção civil. O valor global da produção industrial brasileira atingia 117 bilhões de cruzeiros, cabendo a maior parcela (90%) às indústrias manufatureiras, dentre as quais as classes "produtos alimentares" e "textil", ocupavam os primeiros lugares. Revelou ainda o Censo Industrial de 1950 que a mão-de-obra empregada pelas indústrias nacionais se elevava a 1 297 000 operários, além das pessoas ocupadas nos serviços de direção e administração. Os dados da apuração preliminar do Censo Industrial referem-se ainda ao potencial de força motriz instalada; ao montante e distribuição das despesas de produção; ao valor da transformação manufatureira, e outros elementos da mais alta valia, que têm sido largamente aproveitados pelos estudiosos de economia, por entidades especializadas públicas e privadas e pelos próprios industriais e suas associações representativas. Como exemplo, podemos citar a utilização dos dados do Censo para o cálculo da Renda Nacional.

MOVIMENTO DE VENDAS COMERCIAIS

As publicações do Censo Comercial de 1950 — prosseguiu o dr Ovidio — informaram que, no comércio de mercadorias, funcionavam 274 117 estabelecimentos, em todo o Brasil, sendo 26 609 atacadistas e 247 568 varejistas. O montante das vendas a varejo realizada em território nacional — (note-se que o Censo apenas inquiriu o comércio regularmente estabelecido) — ascendeu a mais de 63 bilhões de cruzeiros, enquanto as vendas por atacado perfizeram cerca de 112 bilhões. Esses dados, como os outros incluídos no plano de apuração preliminar — (pessoal, salários, distribuição das vendas segundo o destinatário, tipo de estabelecimento, constituição jurídica, etc) — encontram-se desdobrados, segundo classes e gêneros de comércio. O maior volume de vendas, no varejo, foi realizado pelo comércio de produtos alimentares, bebidas e estimulantes e pelo comércio de tecidos e artigos de vestuário, etc. No comércio atacadista, os produtos agropecuários e as matérias-primas ocupavam o primeiro lugar nas vendas. A apuração definitiva do Censo Comercial estará concluída dentro de breve prazo.

No Censo dos Serviços foram compreendidos os hotéis, restaurantes, barbearias, oficinas, cinemas, teatros e outros estabelecimentos congêneres. A apuração preliminar já deu a conhecer a receita de cada uma dessas categorias, o pessoal ocupado, as despesas realizadas e outras informações fundamentais.

DIFICULDADES NO CENSO AGRÍCOLA

Imaginando não ter sido nada fácil a obtenção dos dados dos censos demográficos, industrial, comercial e de serviços, pedimos ao dr Ovidio que nos informasse como fôra possível superar as dificuldades naturais decorrentes de um censo agrícola, cujos estabelecimentos nem sempre oferecem fácil acesso. Esclareceu-nos, dizendo: — A apuração preliminar do Censo Agrícola limitou-se à contagem dos estabelecimentos agropecuários recenseados no país. Qualquer outra elaboração de caráter provisório pareceu arriscada, visto como as informações registradas necessitavam de rigorosa crítica, obrigando muitas vezes o Serviço Nacional de Recenseamento a recorrer aos informantes, para maiores esclarecimentos. Compreende-se que seja assim, tratando-se de um levantamento procedido em condições muitas vezes precárias, num meio deficiente em transportes e comunicações, e em que o nível educacional da maioria dos informantes não é muito bom.

Eis porque, no Censo Agrícola, não houve apuração prévia dos resultados, os quais somente vêm sendo apresentados em caráter definitivo. O S. N. R. dispõe, por exemplo, dos dados completos relativos às atividades agropecuárias recenseadas nos Estados de Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e parte do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Esses dados têm sido divulgados amplamente, através de notas e comunicados.

DIFICULDADES SUPERADAS

Perguntamos, então, ao nosso ilustre entrevistado, porque ainda não tinham sido divulgados os resultados gerais, ou se podia ele prever quando ficariam prontos. Respondeu-nos:

— É sempre difícil fixar prazos, quando se depende, como na apuração do Recenseamento, de uma série de fatores em que o imprevisível contribui, na maioria das vezes, para dificultar o andamento satisfatório dos trabalhos. Temos um plano de publicação dos resultados definitivos e completos do Recenseamento de 1950. Este ano, por exemplo, deverão circular pelo menos os volumes relativos aos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. No próximo, esperamos concluir a série regional com a edição dos volumes referentes às demais Unidades federadas. Mas isto será possível se não sobrevierem anormalidades no programa de trabalho do setor de apuração mecânica, sobre o qual repousa todo o recenseamento, na fase atual dos serviços. Ora, justamente nesse setor de trabalho, as alterações e os imprevistos têm contribuído mais fortemente para retardar o ritmo dos serviços, embora o nosso equipamento mecânico, dos mais modernos, tenha facultado uma apuração em condições muito melhores do que em 1940. Com esse equipamento, entretanto, não se obteve todo o rendimento previsto.

Frequentes interrupções têm obstruído a boa marcha dos trabalhos, ora pela paralização das máquinas, ora pela superveniência de erros de apuração. O equipamento eletrônico, sobretudo, não correspondeu a todas as nossas expectativas. Por outro lado, as restrições à importação e a crise de energia elétrica, constituíram outros fatores negativos na execução dos trabalhos censitários. Cabe, no entanto, esclarecer que a direção do S. N. R. tem tomado as medidas necessárias para anular esses contratemplos, como, por exemplo, a instalação de reguladores de voltagem, a montagem de um grupo gerador, etc. Por tudo isso é fácil fazer idéia das dificuldades que entravam a marcha regular dos serviços censitários.

ÓRGÃO CENSITÁRIO PERMANENTE

Finalizando suas declarações, salientou o dr Ovidio de Andrade Jr: — O Recenseamento de 1950, deve muito à experiência dos censos anteriores particularmente aos inquiridos de 1920 e 1940. A experiência de outros países, onde a técnica censitária atingiu estágio mais adiantado, também nos tem sido muito útil grandemente. Nesse sentido, foi realizada uma proveitosa troca de conhecimentos através de reuniões internacionais patrocinadas pelo Comitê das Américas de 1950. Para que se alcance no Brasil o aprimoramento dos trabalhos censitários, a exemplo do que acontece em outros países, impõe-se a criação, em caráter permanente, de um órgão exclusivamente dedicado ao estudo dos problemas do Recenseamento. As tarefas de planejamento, de coleta, de apuração, de apresentação dos resultados e tantas outras, precisam apoiar-se numa organização estável, abandonando-se de vez a improvisação dos serviços censitários. Outros países compreenderam, de há muito, a necessidade de constituir um órgão permanente com a missão de programar e executar os recenseamentos, e isto só lhes tem sido proveitoso.



No dia do aniversário da fundação do IBGE, o Presidente, Desembargador Florêncio de Abreu, visitou as obras do Serviço Gráfico, em companhia do respectivo Superintendente, Sr Renato Pacheco Americano, e de vários altos funcionários dos órgãos do sistema estatístico-geográfico brasileiro

SERVIÇO PÚBLICO OPERANDO EM REGIME DE INDÚSTRIA PRIVADA

EM sua edição de 6 de junho, o "Diário de Notícias", do Rio, divulgou uma reportagem, sob o título acima, sobre a organização e o funcionamento do Serviço Gráfico do IBGE. Dado o interesse de que se reveste essa reportagem, transcrevemo-la, data vênica, a seguir, na íntegra:

"Representam as estatísticas, quando atualizadas, elementos valiosos e indispensáveis à realização de qualquer estudo. A alinhamento de dados possibilita melhor exame dos fenômenos, permitindo soluções mais aproximadas da realidade.

Entre nós, embora distante de uma situação ideal, os serviços estatísticos vêm melhorando gradativamente, bastando, a título de exemplo, comparar o tempo gasto na apuração do Censo de 1940 e o de 1950. Se naquele somente cinco anos depois foram conhecidos os dados gerais, neste último já se conhecem até dados circunstanciados de alguns Estados da União, porquanto, praticamente concluída a apuração, está-se na fase de publicação da série final.

SERVIÇOS GRÁFICOS DO IBGE

A atualidade dos dados estatísticos, todavia, não somente depende de uma série de fatores, como também sofre todas as inconveniências de uma administração eminentemente burocrática como a nossa, inconveniências essas que a criação de determinados órgãos,

pelo seu regime administrativo, de relativa independência, vem superando com reais vantagens.

É o que se verifica com o Serviço Gráfico do IBGE, graças ao qual podemos compulsar publicações que se recomendam pela superior qualidade da apresentação gráfica e se impõem pela precisão dos dados computados, como se poderá observar no "Anuário Estatístico" que, por dever de ofício, constantemente consultamos.

Foi precisamente a qualidade do trabalho que nos levou ao Serviço Gráfico do IBGE para verificar "in loco", como uma repartição do governo, fugindo à regra geral, pôde firmar-se no conceito público, mercê das suas próprias qualidades.

BOAS INSTALAÇÕES

Situado no centro de uma grande área perto da estação Parada de Lucas, à margem da estrada Presidente Dutra, o Serviço Gráfico do IBGE ocupa um prédio de construção recente, em estilo moderno, construído inicialmente para uma fábrica, e adaptado para as instalações gráficas daquele Serviço, depois de adquirido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A parte anterior do edifício, ocupada pela administração, com a Superintendência, a Secretaria, as seções de contabilidade, do pessoal e do material, está separada por um largo corredor dos vastos pavilhões onde estão as diversas oficinas que constituem a Divisão Gráfica.

OFICINA COMPLETA

Para atender as diferentes qualidades de serviços a Divisão Gráfica compõe-se de várias seções, correspondentes às diversas etapas do serviço de impressão, desde a preparação de originais e revisão de provas até o Serviço de encadernação e acondicionamento. Para satisfazer os diversos tipos de composição tipográfica, tem as seções de monotipos, de linotipos, de paginação e chapas e de estereotipia. A parte de clichêria é resolvida pelas seções de desenhos e montagem, de fotocópias e de fotoglavuras.

Preparada a matéria para a impressão, passa para a respectiva oficina, onde, de acordo com sua natureza, será encaminhada à seção tipográfica de máquinas planas, de máquinas Mineira, de timbagem, de máquinas "off-set." O papel para impressão é convenientemente preparado para ser trabalhado na temperatura local, por meio de uma aparelhagem especial.

Complementando o serviço de impressão, há a oficina de acabamento e remate, com as seções de dobtagem, brochura, cartonagem, encadernação e acondicionamento.

REGIME DE TRABALHO

Depois de ter percorrido todas as instalações do Serviço Gráfico do IBGE, em companhia do seu superintendente, sr Renato Pacheco Americano, que lá explicando, minuciosamente, as várias fases do serviço e as finalidades de cada uma daquelas inúmeras máquinas, algumas tão nossas conhecidas como as linotipos, voltamos à sala da superintendência para esclarecimentos de alguns pontos que nos pareciam duvidosos.

Assim, perguntamos-lhe inicialmente qual era o regime de trabalho adotado, pois nos parecia que, sendo o IBGE um serviço público, apresentava aspectos de indústria privada. Respondeu-nos o sr Renato Pacheco Americano:

— Dentro da órbita do Instituto o estabelecimento gráfico é subordinado, para efeito de relações administrativas, ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Seu regime de trabalho, porém, é idêntico ao das entidades privadas, com as mesmas obrigações sociais comuns aos particulares, inclusive submetendo-se "in totum" à legislação trabalhista para efeito de relações mútuas com seus empregados.

O horário é de indústria, com o total de 48 horas semanais de trabalho, conforme a lei em vigor.

A seleção de pessoal processa-se exclusivamente em função das qualidades profissionais do operário e após sindicâncias e testes, estes feitos pelo próprio Superintendente, para efeito de avaliação da competência técnica do candidato. Este critério possibilita alcançar-se um nível técnico elevado e manter o estabelecimento em perfeita coordenação de trabalho, sem influências ou injunções de qualquer espécie.

SALÁRIO DO PESSOAL

Os salários pagos ao pessoal se orientam pela lei da oferta e procura, em nada diferindo do critério adotado pelas firmas particulares. Os níveis, em geral, são quase os mesmos, excetuando-se certas especialidades, principalmente no setor "off-set", onde grandes organizações particulares monopolizam, a bem dizer, os melhores elementos, pagando-lhes salários impossíveis de serem acompanhados por uma organização semi-pública, que não deve sacrificar a natureza e o valor do que imprime, aceitando toda e qualquer encomenda que lhe aparea, para poder competir no mercado da mão-de-obra com grandes oficinas, como Gráfica Bloch, Bartel, Ferreira Pinto, etc, para citar as mais importantes. Entretanto, as vantagens oferecidas aos operários pelo estabelecimento compensam plenamente qualquer diferença que porventura venha a existir.

MOVIMENTAÇÃO DE VERBAS

Sabedores das dificuldades para se obter qualquer pagamento de repartições públicas, indagamos ao sr Renato Pacheco Americano como se processava o movimento de verbas para pagamento do pessoal e aquisição de material, tendo ele nos esclarecido que o "Serviço Gráfico" é financiado pela Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística por adiantamentos de numerário destinado às folhas de pessoal e pelo pagamento das faturas dos fornecedores de matéria-prima e outros materiais.

A produção é faturada diretamente aos encomendantes. A cobrança das faturas é realizada pela Secretaria Geral do CNE para reembolso dos adiantamentos por ela feitos e para crédito do estabelecimento.

TRABALHOS PRINCIPAIS

Pedimos então ao superintendente do Serviço Gráfico do IBGE para nos dizer que espécie de serviços aceitava, uma vez que, na oficina de impressão vimos ainda por recortar muitas capas, em cor, de revistas de história em quadrinhos. Disse-nos:

— Além de imprimir todas as publicações periódicas ou avulsas do IBGE, entre elas o Anuário Estatístico, Revista de Estatística, Boletim Estatístico, Revista de Geografia, Boletim Geográfico, Revista dos Municípios, Mapas e outras, o Serviço Gráfico ainda colabora com várias instituições científicas que o procuram pela qualidade de seu trabalho. Entre elas podemos citar o Instituto Oswaldo Cruz, Serviço Nacional de Malária, Academia Brasileira de Ciências, Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, etc.

Estas são as obras de caráter científico, mas o estabelecimento executa também os Anais da Câmara dos Deputados e inúmeras, variadas e selecionadas obras didáticas, educativas e comerciais, em belas cópias, dentro de uma seleção conveniente aos interesses do IBGE, e de acordo com a possibilidade ocasional das oficinas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tendo o sr Renato Pacheco Americano feito referências a "vantagens oferecidas aos operários pelo estabelecimento", pedimos para nos esclarecer que vantagens eram essas que a seu ver compensavam a diferença, a menor, entre os salários do Serviço Gráfico e das firmas particulares. Respondeu-nos: — São as vantagens da assistência social que o Serviço oferece. O Serviço mantém um conjunto residencial para os seus empregados, cobrando alugueres proporcionais aos salários.

Há, atualmente, 50 casas, de dois e três quartos, alugadas na base de 10 e 13,5% dos salários do morador, que tem de ser funcionário do Serviço. Nas oficinas é mantido, também, um restaurante que fornece almôço pelo mesmo critério de pagamento proporcional ao salário.

O Serviço Gráfico mantém também um gabinete médico que atende aos operários e suas respectivas famílias, diariamente. É feita uma medicina preventiva, como exames periódicos do pulmão, através de radiografias e de sangue. Muitos têm sido os operários recuperados neste modesto serviço médico agora em vias de ser ampliado com a perspectiva de instalação de um gabinete odontológico. O número de consultas em 1953, entre empregados e suas famílias atingiu a 1 704.

LIMPEZA ABSOLUTA

Entretanto, o que nos impressionou no Serviço Gráfico do IBGE, onde verificamos haver organização e trabalho, foi a limpeza. Tudo tão limpo que, sendo uma oficina gráfica, não vimos sequer uma papa de papel no chão.

O 18.º ANIVERSÁRIO DO IBGE

No dia 29 de maio foi assinalada em todo o país, com as comemorações que se tornaram tradicionais, o décimo-oitavo aniversário da fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Na Capital da República, o programa de comemorações teve início às 8 e meia horas com a celebração de missa votiva, na Igreja Nossa Senhora do Carmo, durante a qual se verificou a páscoa de geógrafos e estatísticos. Em seguida, foi servido um lanche no bar-restaurant da Secretaria Geral do CNE. As 10 horas, por iniciativa do Clube dos Ibegeanos, realizou-se no auditório do CNE uma sessão solene, sob a presidência do Desembargador Florêncio de Abreu, Presidente do IBGE. Fizeram-se ouvir nessa oportunidade, sobre o significado da data, os srs Maurício Gonçalves, Tenente-Coronel De Paranhos Antunes e Prof Maurício Filchtner, na qualidade, respectivamente, de Presidente do Clube dos Ibegeanos, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia e Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística. Os oradores ressaltaram a importância da obra que o IBGE conseguiu realizar, no campo da estatística e da geografia, em apenas 18 anos de atividades, referindo particularmente a cooperação assegurada aos seus trabalhos pelos servidores da entidade, espalhados por todo o país. À tarde, foi levado a efeito, no campo de esportes do Serviço Gráfico, um torneio de futebol, de equipes formadas por servidores dos vários órgãos da instituição, sendo disputada a Taça 29 de Maio. Em seguida, na sede da associação recreativa fundada pelo operariado do Serviço Gráfico, verificou-se, sob a presidência do Desembargador Florêncio de Abreu, a cerimônia da inauguração de um retrato do Prof Maurício Filchtner. Fizeram uso da palavra, nesta oportu-

nidade, o sr Benjamin Bossi e a Srta Marlene Carvalho de Araújo, que, em nome da comunidade ibegeana de Lucas, exaltaram o 29 de maio e prestaram homenagem ao Secretário-Geral do CNE. O Sr Renato Pacheco Americano, Superintendente do Serviço Gráfico, em rápido improviso, salientou o alcance das atividades desenvolvidas naquele setor, agradecendo o apoio que lhe tem sido dispensado pela direção do IBGE. Especialmente convidada, a Sra Maria Filchtner, sob palmas, descerrou a bandeira que cobria o retrato do Secretário-Geral do CNE. Em rápidas palavras, o Prof Maurício Filchtner traduziu o seu reconhecimento pela homenagem que lhe prestava a corporação gráfica. Encerrando a cerimônia, o Desembargador Florêncio de Abreu declarou associar-se àquela festiva manifestação de apreço. Acrescentou que a Presidência do IBGE acompanha com o mais vivo interesse as atividades do Serviço Gráfico, manifestando o seu empenho por assegurar-lhe as melhores condições de trabalho e de eficiência. A seguir, foram servidos aos presentes uma mesa de doces e salgados e um copo de cerveja. A festa prosseguiu com a realização de um "show", de que participaram, além de amadores do Serviço Gráfico, vários artistas de emissoras cariocas.

★ Em São Paulo alguns atos comemorativos contaram com a presença do governador Lucas Garcez e de outras altas autoridades. Às 8 e meia horas foi inaugurado pelo Chefe do governo paulista, na Inspeção Regional de Estatística Municipal, o Gabinete Dentário destinado ao seu funcionalismo. Em seguida, na sede do Departamento Estadual de Estatística, realizou-se uma sessão solene, em que se fizeram ouvir os Srs Djalma Foijaz, diretor

No auditório do Conselho Nacional de Estatística, realizou-se, por iniciativa do Clube dos Ibegeanos, uma sessão comemorativa, sob a presidência do Desembargador Florêncio de Abreu, Presidente do IBGE





No Serviço Gráfico foi prestada uma homenagem especial ao Secretário-Geral do CNE, Prof Maurício Filchtiner, que vemos na foto acima agradecendo a manifestação de apreço do operariado

do mesmo Departamento, Afonso P de Toledo Piza e Waldemar Lafévie Os oradores exaltaram os trabalhos levados a efeito pelo sistema estatístico e geográfico brasileiro, não só no âmbito nacional, como, particularmente, na órbita regional Por último, o governador Lucas Garcez pronunciou breve oração, em que afirmou considerar da maior importância a obra que vem sendo realizada pelos técnicos brasileiros, no campo da estatística e da geografia, obra essa a que o governo do Estado sempre assegurou apoio As 10 horas, foi celebrada missa votiva, com a presença de estatísticos e geógrafos As 11 e meia horas, verificou-se uma sessão especial, na Inspeção Regional de Estatística, para entrega de certificados aos funcionários que concluíram o Curso de Estatística, ministrado na mesma Inspeção durante o ano de 1953 Proferiu o discurso oficial, nessa cerimônia, o prof Lourival Câmara, diretor da Escola Brasileira de Estatística, que salientou o papel reservado às novas gerações no desenvolvimento dos trabalhos do IBGE, em proveito da organização nacional As 13 horas realizou-se um almoço de confraternização de funcionários dos órgãos do sistema estatístico-geográfico regional

★ Em Minas Gerais o programa de comemorações teve início com uma missa votiva, durante a qual se realizou a Páscoa de estatísticos e geógrafos As 10 horas, a Junta Executiva Regional de Estatística e o Diretor

Dois aspectos da reunião festiva no Serviço Gráfico: ao alto, o Desembargador Florêncio de Abreu, quando dizia da sua satisfação pelo desenvolvimento que vêm tendo os trabalhos da oficina de Lucas; em baixo, a oradora oficial Sta Marlene Carvalho de Araujo fazendo a sua saudação ao Prof Maurício Filchtiner

Regional de Geografia levaram a efeito uma sessão conjunta, no auditório do Departamento Geográfico, sob a presidência do sr Waldemar Lobato Fizeram uso da palavra, para



exaltar o significado da efeméride ibgeana, os Srs Jacinto Paulino de Sá, pela Inspetoria Regional de Estatística, Arlindo Chaves, pelo Departamento Estadual de Estatística, e Alysson Pereira Guimarães, pelo Diretório Regional de Geografia. Com algumas palavras alusivas à data, o Sr Waldemar Lobato encerrou a sessão. Em seguida, os estatísticos e geógrafos mineiros visitaram, incorporados, o governador Juscelino Kubitschek, que foi saudado nessa oportunidade pelo Sr Bento Gonçalves Filho. Falou também, prestando particular homenagem à Sra Sara Kubitschek, e sítia Hilarina Dias da Silva. As 13 horas, realizou-se um almoço de confraternização no Minas Tennis Clube.

★ Pelos estatísticos e geógrafos de Pernambuco foram promovidos vários atos comemorativos de 29 de maio no Recife. Pela manhã foi celebrada missa votiva no Convento de São Francisco, seguindo-se a páscoa dos funcionários. Na sede da Inspetoria Regional de Estatística Municipal, o prof Paulo Pimentel, diretor do Departamento Estadual de Estatística, proferiu uma palestra sobre a organização e o funcionamento do sistema estatístico-geográfico brasileiro, salientando o alcance e a responsabilidade dos trabalhos a cargo do IBGE.

★ Atos comemorativos semelhantes foram levados a efeito em várias outras capitais, por iniciativa dos órgãos estatísticos regionais.

ATIVIDADES DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

★ 2 de abril, *Reunião Censitária* — O sr Ovídio de Andrade Júnior fez distribuir o quadro relativo ao equipamento mecânico em uso nas propriedades agrícolas do país e o relatório das atividades da Divisão Técnica, relativo a 1953. Tratou, em seguida, da deficiência do equipamento eletrônico do SNR, declarando que isso vem determinando atraso na apuração do Censo Demográfico. O sr José Ruben Mantovani apresentou o relatório de 1953, da Divisão Administrativa do SNR, sobre o qual discorreu

★ *Reunião Ordinária* — Foi lida carta do sr Contra-Almirante Manuel Pinto Ribeiro Espíndola, encaminhando recorte de comentários sobre o último Recenseamento do Brasil, publicado no "Jornal do Comércio", de Lisboa. O Desembargador Florêncio de Abreu agradeceu ao sr Moacir Malheiros havê-lo substituído na presidência, durante suas férias. Os srs Afonso Almira e Maurício Filchtiner louvaram a atuação do sr Moacir Malheiros e expressaram o regozijo da Casa pelo retorno do sr Presidente às suas funções. O sr Secretário-Geral relatou sua viagem a Vitória, onde assistiu à instalação do Curso de Estatística, mantido pelo Conselho, e cuja aula inaugural foi pronunciada pelo Professor Lourival Câmara, diretor da Escola Brasileira de Estatística. Disse ter verificado que os serviços do DEE e da IR estão perfeitamente atualizados; retransmitiu os agradecimentos do Governador do Estado e do sr Prefeito de Vitória ao sr Presidente do IBGE por se ter feito representar Propós, sendo aprovado, um voto de congratulações com aquelas autoridades, e com o diretor do DEE, pela inauguração do curso, e de agradecimentos pela colaboração que vêm prestando à Estatística.

O sr Secretário-Geral fez distribuir *plaquetes* com resultados da produção industrial do Ceará, Distrito Federal e Alagoas, apuração realizada pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos; assinalou o aparecimento dos seguintes trabalhos: *Estatística da Produção de*

Artefatos de Barro e Trigo, elaborados pelo SEP; *Mensário Estatístico*, do SEEF, de janeiro de 1954; e *Primeiros Resultados de um Inquérito Sobre os Abortos no Distrito Federal*, do Laboratório de Estatística.

A Junta aprovou a prestação das contas de 1953 da Secretaria-Geral e homologou as Resoluções 144, da JER do Ceará, n.º 125, da JER do Rio Grande do Norte, e 112, da JER de Minas Gerais.

O sr Raul Lima, aludindo à viagem que fizera a São Paulo, informou que, a partir do próximo ano, passarão as Agências-Modelo a realizar a crítica e apuração de estatísticas agrícolas, em caráter experimental. Comunicou que o Dulce Meurer, chefe de Seção do SEP, estivera em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, para entendimentos com os DEE sobre estatística agrícola.

O sr Secretário-Geral convidou o sr Rubens Pôrto a ir a São Paulo, em nome do Conselho, a fim de encaminhar entendimentos para a solução de problemas relacionados com a estatística demográfica.

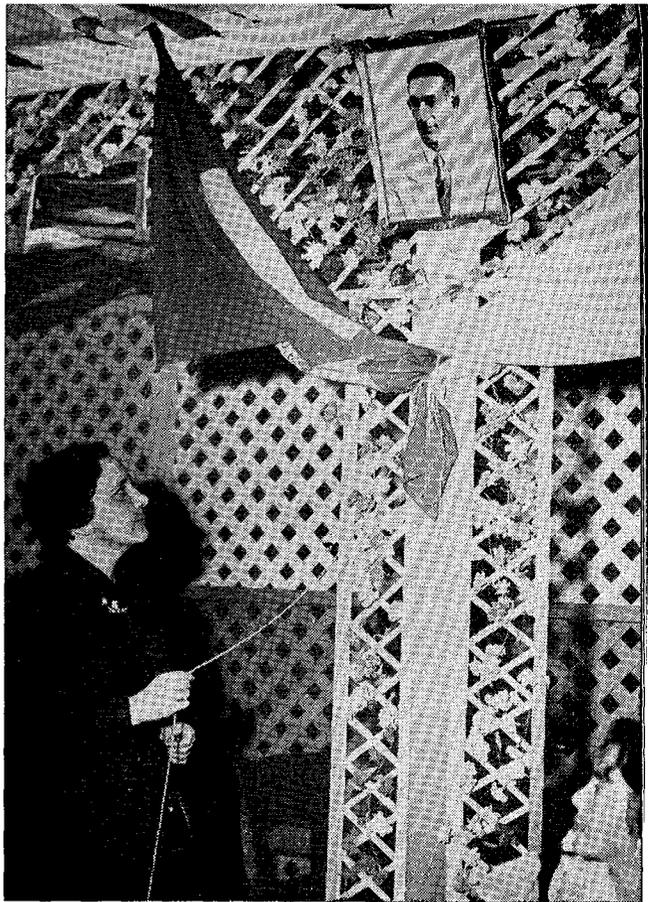
★ 9 de abril, *Reunião Censitária* — O sr Ovídio de Andrade Júnior fez distribuir a apuração especial sobre Viação Férrea, solicitada pela Junta, que deliberou fosse dada divulgação aos dados apurados, como contribuição do Conselho às comemorações do centenário da introdução da estrada de ferro no Brasil.

O sr José Mantovani informou que a instalação do grupo gerador do SNR deveria estar concluída dentro de 10 dias.

O sr Tenente-Coronel Nelson Mesquita de Miranda discorreu sobre conceituação de população urbana, suburbana e rural adotada pela ONU e pelo SNR. Falaram sobre o assunto vários conselheiros.

★ *Reunião Extraordinária* — Foi aprovado um voto de regozijo pela publicação da tese de doutoramento, sobre o problema agrário, da

29 DE MAIO NO SERVIÇO GRÁFICO — A Sra Maria Filchtiner, quando, a convite do operariado do Serviço Gráfico, descerrava a bandeira que cobria o retrato do Secretário-Geral do CNE Em baixo, o Sr. Renato Pacheco Americano, Superintendente do Serviço Gráfico, ao agradecer a presença do Desembargador Florêncio de Abreu e assegurar a sua solidariedade à homenagem ao Prof. Maurício Filchtiner



autoria de Heloísa Leite Costa, do Instituto Social da Universidade Católica

O sr Presidente comunicou ter designado o procurador, sr Alvacy Louzada, para representar a presidência do Instituto na Comissão de Planejamento da participação do Governo Federal nos Festejos do IV Centenário de São Paulo

Foi aprovado o destaque de uma verba especial para a manutenção de um "stand" do Conselho na Feira que o Governo Federal realizará naquele Estado O sr Tolstói Cladercino Klein lembrou a conveniência de os questionários do Inquérito Industrial serem previamente criticados nas fontes O sr Secretário-Geral esclareceu que as Inspetorias Regionais não têm autorização para fazer a crítica formal, mas que se o SEPT o solicitasse oficialmente, a Secretaria-Geral criticaria os aludidos questionários A solicitação foi feita imediatamente Em seguida, foi aprovada a Resolução n° 439, que "aprova modelos de questionários e de listas de produtos, normas para a seleção dos estabelecimentos informantes e dá outras providências" A Casa aprovou ainda: a) um voto de congratulações com o "Jornal do Brasil", por mais um aniversário de fundação; e b) pareceres do Conselheiro-Relator do mês, sobre multas a firmas comerciais, por infração ao disposto na lei sobre inquéritos econômicos O sr Presidente congratulou-se com o sr Rubens Pôrto pela sua reeleição para o Conselho Fiscal da Companhia Siderúrgica Nacional



★ *23 de abril, Reunião Censitária* — O sr Ovidio de Andrade Júnior convidou os presentes a assistir à inauguração oficial do gerador elétrico do SNR, a realizar-se no dia imediato Foi distribuído *O Recenseamento de 1940 do Ponto de Vista da Técnica Censitária*, da coleção *Documentos Censitários* O Sr José Ruben Mantovani submeteu à Casa a prestação de contas do SNR, que foi encaminhada ao sr Afonso Almira

★ *Reunião Ordinária* — Foi aprovada a Resolução n° 440, que aumenta a gratificação de presença atribuída aos membros das Comissões Revisoras de Estatística Municipal

O Sr Rubens Pôrto relatou os resultados de sua viagem a São Paulo O sr Secretário-Geral transmitiu as impressões que colheu na visita que fizera aos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde se desenvolvem normalmente as respectivas atividades Estatísticas Em seguida, ofereceu exemplares da série "Produção Industrial de 1952", correspondentes a Santa Catarina e ao Território do Acre, divulgados diretamente pela Secretaria-Geral Em vista de uma comunicação do Sr Raul Lima, ficou assentado que o CNE prepararia trabalhos especiais para divulgar durante o próximo Congresso Eucarístico Inter-

nacional, a realizar-se no Rio O Sr Secretário-Geral informou que, segundo informações contidas em carta particular do sr M A Teixeira de Freitas, a próxima sessão do Instituto Internacional de Estatística, em junho de 1955, será levada a efeito no Rio Em seguida, a Junta aprovou pareceres do sr Alberto Martins, relativos a multas aplicadas a várias firmas por infração à lei dos inquéritos econômicos Foi homologada a Resolução n° 97, da J E R de Pernambuco O Sr Presidente comunicou que viajaria em breve para o Rio Grande do Sul, a fim de participar do Congresso de Geografia Atendendo ao convite formulado pelo Sr Desembargador Florêncio de

Abreu, a Junta designou o Sr Alberto Martins para representá-la naquele Congresso

★ *30 de abril, Reunião Censitária* — O Sr Secretário-Geral comunicou que o S N R se associara às comemorações do centenário da estrada de ferro do Brasil, divulgando resultados censitários sobre o assunto. O Sr Ovídio de Andrade Júnior informou que esses resultados confirmavam as estatísticas do Departamento Nacional de Estrada de Ferro, órgão do Ministério da Viação e Obras Públicas. O Sr Ovídio de Andrade Júnior comentou os resultados da apuração especial de aspectos do censo agrícola, feita a pedido do Conselho Nacional de Economia. Informou ainda: a) que estavam em fase de revisão os quadros definitivos dos Censos dos Serviços e prontos para impressão os quadros do Censo Comercial; e b) que recebera incumbência de apresentar trabalho à Conferência Mundial de População, a realizar-se em setembro em Roma, sobre estado conjugal, para o qual tivera de utilizar apurações inéditas dos Censos de 1940 e 1950, relativas às formas de casamento no Brasil.

★ *Reunião Extraordinária* — O Sr Secretário-Geral fez uma comunicação sobre a XVII Campanha Estatística. O Sr Alberto Martins formulou voto de louvor à Secretaria-Geral e particularmente à Diretoria de Levantamentos Estatísticos, às Inspetorias Regionais e às Agências Municipais de Estatística, pelo esforço desenvolvido para a conclusão da coleta. O Sr Secretário-Geral propôs dois votos de congratulações, por motivo do centenário da introdução da estrada de ferro no Brasil: a) com o Sr Moacir Malheiros, presidente, em exercício, e representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, e b) com o Sr Ministro da Viação e Obras Públicas. A requerimento do Sr Moacir Malheiros, as congratulações foram extensivas ao Sr Presidente da República. A Junta decidiu ainda manifestar aos Srs Ministros da Viação e da Educação e Cultura o seu regozijo cívico pelo tombamento, para o Patrimônio Histórico, de trecho de estrada de ferro construída pelo Barão de Mauá. O Sr Rubens Pôrto referiu-se a artigo do Sr Vivaldo Coaracy, elogiando o *Anuário Estatístico do Brasil*. O Sr Raul Lima mencionou dificuldades na implantação do questionário B do Registro Industrial e o Sr Secretário-Geral informou que ia promover contato entre a Diretoria de Levantamentos Estatísticos e o SEP, para resolver o problema. A seguir, a Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou a aplicação de multas a várias firmas, por infração à lei dos Inquéritos Econômicos; b) baixou a Resolução n.º 441, que abre crédito especial para despesas de exercício findo; c) aprovou a prestação de contas do DEE de São Paulo concernente ao auxílio de 1953; d) homologou as Resoluções números 92, da JER de Mato Grosso, 101 da JER de Goiás e 163 da JER de Sergipe. Foram distribuídos os seguintes trabalhos: *Plano Nacional de Salário Mínimo*, do SEPT, e *A Fecundidade Feminina no Estado de São Paulo, Segundo os Censos de 1940 e 1950*, do Laboratório de Estatística.

★ *7 de maio, Reunião Censitária* — O Sr Rubens Pôrto comunicou à Casa que tomara conhecimento do trabalho do Sr Ovídio de Andrade Júnior, no qual eram utilizados dados dos censos demográficos de 1940 e 1950, sobre formas de casamento no Brasil. Leu excertos das instruções baixadas pela Conferência Nacional de Bispos, relativas ao casamento religioso com efeitos civis. Debateram o assunto os Srs Brigadeiro Antônio Azevedo de Castro Lima, Secretário-Geral e Moacir Malheiros. Em seguida, a Junta autorizou uma alteração no plano de divulgação dos Inquéritos Especiais, que passarão a constituir volume especial. Aprovou, ainda, as contas do SNR, relativas ao primeiro trimestre de 1954. O Sr Afonso Almiro comunicou que técnicos do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas desejavam proporcionar ao Professor Leonties, que vem ao Brasil realizar curso sobre apuração de contas no cálculo da renda nacional, uma visita ao SNR. A Junta atribuiu ao Sr Afonso Almiro a incumbência de manter os entendimentos com a Fundação Getúlio Vargas para aquela visita e para a recepção, por parte da Junta, do Professor Leonties.

★ *Reunião Ordinária* — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) designou os Srs Afonso Almiro, Raul Lima e Mário Maia para representá-la no III Congresso Nacional dos Municípios; b) aprovou voto de êxito, a ser dirigido ao Sr Desembargador Florêncio de Abreu, para os trabalhos do Congresso Brasileiro de Geografia; c) aprovou voto de felicitações ao General Cândido Rondon, pelo seu 80.º aniversário natalício; d) aprovou votos de pesar, a serem dirigidos ao comandante Álvaro Alberto, pelo falecimento de seu filho, e aos Srs Ministro da Viação e Obras Públicas e Comandante do Corpo de Bombeiros, por motivo da Catástrofe da Ilha do Braço Forte. O Sr Secretário-Geral fez distribuir dados sobre a exportação do Distrito Federal, por vias internas, no primeiro trimestre de 1953. O Sr Rubens Pôrto referiu-se à presteza com que a Secretaria-Geral lhe fornecera cópias do mapa com a divisão eclesiástica do país, para efeito de atualização. Referiu-se ao êxito dos contactos pessoais que mantivera no DEE, de São Paulo. Leu trechos de uma carta do Sr Silva Júnior, técnico em problemas de trânsito, lamentando a ausência de publicações estatísticas oficiais sobre acidentes de trânsito. O assunto foi debatido, tendo o Sr Secretário-Geral sugerido que o Sr Rubens Pôrto examinasse a conveniência de elaborar um projeto de resolução para ser submetido à próxima Assembléia-Geral, regulando a matéria. O Sr Afonso Almiro comunicou que o Sr Tolstói Claderciano Klein visitara o SEEF para assistir aos trabalhos da Comissão Especial que estuda a atualização da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias. A convite seu, o SEPT far-se-á representar naquela Comissão pelo próprio Sr Tolstói Claderciano Klein. Congratulou-se com a Secretaria-Geral pelo lançamento da apuração da exportação do Distrito Federal e comentou o uso da expressão "pequena cabotagem", naquela apuração. O assunto foi discutido por todos os presentes. Ainda o Sr Afonso Almiro informou que, em função de acordo entre o SEEF e a Superintendência

29 DE MAIO EM S. PAULO — **Flagrante da solenidade de inauguração, pelo governador Lucas Garcez, do gabinete dentário da Inspeção Regional de São Paulo, em comemoração ao 18º aniversário do IBGE.**

da Moeda e do Crédito, estão sendo apurados dados relativos aos ágios dos leilões de câmbio; reportou-se a negociações mantidas para atualizar a divulgação dos dados do comércio exterior O Sr Secretário-Geral prometeu examinar o assunto e tomar providências cabíveis para que tais estatísticas sejam divulgadas dentro de prazos hábeis O Sr Raul Lima fez distribuir tabelas de produção da Companhia Siderúrgica Nacional, período 1948/53 O Sr Comandante Paulo de Oliveira fez considerações sobre o salário mínimo A Junta homologou a Resolução n° 95, da JER de Pernambuco

★ *14 de maio, Reunião Censitária* — A Junta aprovou, com uma salva de palmas, um voto de agradecimento ao Sr Moacir Malheiros pela sua atuação no IBGE e de congratulações pelo seu aniversário, ocorrido no dia anterior O Sr Moacir Malheiros agradeceu, em breves palavras O Sr Ovídio de Andrade Júnior comunicou: a) ter sido iniciada a transcrição dos quadros definitivos do Censo Comercial; b) que estavam sendo concluídas as apurações dos últimos quadros do Censo Demográfico do Estado de Minas Gerais; c) que a apuração do Distrito Federal se encontrava em fase de tabulação; d) que estava concluída a redação da introdução do Censo Agrícola; e) que na próxima semana seria discutida a nota prévia dos Censos Industrial, Comercial e dos Serviços Finalmente, discorreu sobre o quadro de estrangeiros segundo a nacionalidade, presentes nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, distribuído durante a sessão

★ *Reunião Extraordinária* — O Sr Secretário-Geral teceu comentários sobre a inclusão das chefias de secção dos serviços federais de estatística na categoria de funções técnicas O Sr Raul Lima transmitiu os agradecimentos dos Chefes de Secção do SEP pelo interesse da Secretaria-Geral, junto ao DASP, pela melhoria de sua situação O Sr Alberto Martins comunicou que, cumprindo mandato da Junta, participara da instalação do Congresso Brasileiro de Geografia, em Porto Alegre Referiu-se a providências tomadas junto aos Governos dos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, no sentido de atualizar as estatísticas educacionais, informando que pretende viajar com destino ao Norte, para tratar do mesmo assunto Propôs, e a Casa aprovou, voto de agradecimento aos Srs Cândido Ulhoa, Secretário da Educação de Minas Gerais, e Professor Ribeiro Costa, chefe do Serviço de Estatística Educacional do Estado, pela colaboração que têm prestado ao seu Serviço Foi aprovado também um voto de congratulações com a imprensa pela passagem do Dia da Imprensa O Sr Mário Maia distribuiu exemplares do Relatório Anual de 1953 do SEPT O Sr Secretário-Geral congratulou-se, por esse motivo, com o diretor daquele Serviço O Sr Secretário-Geral comunicou que, chefiada



dos pelo Sr Presidente substituto, ele e os Srs Diretores da Secretaria-Geral compareceram à instalação do Serviço de Estatística Agrícola, pelo processo de amostragem, do Estado do Rio de Janeiro; declarou que o Sr Secretário da Agricultura daquele Estado fizera as melhores referências aos srs Aldemar Alegria e Francisco Steele, respectivamente diretor do DEE e Inspetor Regional Propôs, e a Casa aprovou, voto de agradecimento aos srs Governador do Estado e Secretário da Agricultura, pelo apoio que vêm dando às atividades estatísticas O Sr Secretário-Geral comunicou ainda que foram entregues aos Srs Diretores dos Serviços Federais de Estatística 51,2% dos questionários da XVIII Campanha Estatística, afirmando que, graças aos esforços dos Agentes de Estatística, Inspetores Regionais e da Diretoria de Levantamentos Estatísticos, eram conseguidos pela primeira vez resultados tão auspiciosos; manifestou sua certeza de que, com a colaboração dos Diretores dos Serviços Federais de Estatística, os resultados da 18ª Campanha poderão ser incluídos no "Anuário Estatístico do Brasil — 1954", a ser distribuído ainda este ano Solicitou aos membros da Junta, que comparecerão ao III Congresso dos Municípios, que representem a Presidência do Instituto e a Secretaria-Geral do CNE, naquela reunião Em seguida, a Junta tomou as seguintes deliberações: a) homologou a Resolução n° 122, da JER do Rio Grande do Sul; b) aprovou as contas do DEE de São Paulo, relativas a auxílio especial concedido em 1953; c) aprovou muitas a várias firmas, por infração à lei dos Inquéritos Econômicos



29 DE MAIO EM SERGIPE — Na sede do DEE de Sergipe realizou-se uma sessão comemorativa do aniversário do IBGE. Falou, entre outros, o Sr. Luiz Otávio de Aragão, representante do Governador do Estado.

★ *21 de maio, Reunião Censitária* — O Sr. Ovídio de Andrade Júnior comunicou que diretores do IBM, firma locadora do equipamento mecânico do SNR, fizeram uma visita ao Serviço, tendo ventilado as questões da assistência técnica e aumento das máquinas. Fêz, ainda, as seguintes comunicações: a) que estavam em fase de conclusão as notas prévias dos Censos Econômicos; b) que serão divulgados antecipadamente dados sobre diversos aspectos parciais do Censo Industrial, face à sua importância; c) que foram recebidas as últimas provas de alguns quadros do Censo dos Serviços. Finalmente, teceu considerações sobre *A População Economicamente Ativa, Segundo o Censo Demográfico de 1950*, trabalho elaborado pelo Laboratório de Estatística e distribuído durante a sessão. A Junta autorizou que a Secretaria-Geral, a título de adiantamento, ocorra às despesas com publicações censitárias programadas, por se ter esgotado a verba a elas destinada.

★ *Reunião ordinária* — A Junta aprovou voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Raja Gabaglia, membro do Conselho Nacional de Geografia e catedrático do Colégio Pedro II. O Sr. Alberto Martins discorreu sobre o trabalho *Estatística Hospitalar de 1951*, distribuído durante a sessão, esclarecendo ser a última publicação sobre estatística da saúde que sai sob a responsabilidade do SEEC. O Secretário-Geral informou já terem sido distribuídos 56,83% dos questionários da XVIII Campanha Estatística aos órgãos centrais de estatística. O Sr. Alberto Martins considerou auspicioso tal fato, informando ter determinado providências para que os dados de estatística educacional sejam apurados a tempo de figurarem no *Anuário de 1954*. Informou que seguiria para o Norte, a fim de se entender com os Governos Estaduais no sentido de atualizar as estatísticas a cargo do seu Serviço. A Junta tomou as seguintes deliberações: a) homologou as Resoluções números 22, da JER do Amapá, e 151, da JER da Paraíba; b) aprovou a prestação de contas do Serviço de Geografia e Estatística do Guaporé, relativa

a auxílio concedido em 1953; c) impôs multas a várias firmas, por infração à lei dos inquéritos econômicos. O Sr. Secretário-Geral deu conhecimento à Casa de anteprojeto elaborado pelo SEFM, relativo ao registro de veículos rodoviários, o qual seria distribuído para receber sugestões e posteriormente submetido à Assembléia-Geral. A Junta concedeu autorização ao Sr. Secretário-Geral para realizar as despesas relativas à comemoração do aniversário do Instituto, no dia 29 do corrente.

★ *28 de maio, Reunião Censitária* — O Sr. Ovídio de Andrade Júnior fêz distribuir o volume de dados definitivos do Censo Demográfico do Estado de São Paulo, fazendo, a respeito, alguns comentários. Em seguida, a Junta recebeu a visita do sr. Prof. Leontrieff, da Universidade de Harvard, que veio ao Brasil a convite da Fundação Getúlio Vargas, a fim de realizar um curso sobre planificação econômica. O visitante foi saudado pelos srs. Afonso Almiro e Jorge Kingston. O sr. Moacir Malheiros, presidente em exercício, agradeceu a visita, em nome da Casa.

★ *Reunião Extraordinária* — O sr. Desembargador Florêncio de Abreu, reassumindo a presidência do Instituto, de volta do Congresso Brasileiro de Geografia, agradeceu a colaboração do Sr. Moacir Malheiros, que o substituiu.

O sr. Raul Lima referiu-se à participação da delegação da Junta no III Congresso de Municípios, salientando que na Carta então elaborada o sistema estatístico brasileiro foi citado como exemplo de colaboração interadministrativa. O sr. Rubens Pôrto propôs a inserção, em ata, dos agradecimentos da Junta aos srs. Raul Lima, Afonso Almiro e Mário Maia, pelo brilho com que a representaram naquele Congresso. O sr. Afonso Almiro informou que a equipe designada pelo sr. Secretário-Geral para prestar assistência técnica ao Congresso se mostrara à altura da incumbência, participando ativamente dos trabalhos.

Referindo-se à situação dos servidores que desempenham e desempenham funções estatísticas, classificados como escreventes-datilógrafos nos estudos de reclassificação de carreiras, feitos pelo DASP, o sr. Raul Lima pediu o apoio da Junta e a ação pessoal do sr. Secretário-Geral em favor da pretensão daqueles servidores, no sentido de reverterem à função de estatísticos-auxiliares. A seguir, fêz distribuir as primeiras previsões de safra de alguns produtos, para este ano, e exemplares do trabalho *Produção Extrativa Mineral*.

O sr. Secretário-Geral submeteu à Casa estimativas da população das Unidades da Federação, referentes a 1º de janeiro de 1954, feitas pelo Laboratório de Estatística e ratificadas pelo sr. Rubens Pôrto.

A Casa aprovou: a) uma proposta no sentido de que corresse à conta da Secretaria-Geral a despesa de Cr\$ 161.535,00, referente a trabalhos contratados no Serviço Gráfico pelo

SEDMP; b) a Resolução n.º 442, transformando a Escola Brasileira de Estatística em Escola Nacional de Ciências Estatísticas e aprovando seu Regimento, conformado à legislação do ensino superior

O sr Secretário-Geral, em comemoração ao 18.º aniversário do IBGE, fez entrega aos srs Diretores dos Serviços Federais de Estatística, das primeiras apurações da 18.ª Campanha Estatística, realizada pelas DEE e coordenada pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos. Foram aprovados, por este motivo, votos de congratulações com os srs Maurício Filchtiner e Desembargador Florêncio de Abreu

O sr Secretário-Geral congratulou-se com o Diretor e os funcionários do SEP pela divulgação, às vésperas do aniversário do Instituto, de estimativas de safra para o ano corrente. Assinalou ainda o aparecimento do volume dos resultados do Censo Demográfico do Estado de São Paulo. Congratulou-se com o sr Afonso Almiro pelo fato de estarem as estatísticas do SEEF bastante atualizadas

Em seguida, a Junta homologou as Resoluções ns 167, da JER da Bahia, e 186, da JER do Espírito Santo, e aprovou a prestação de contas do Serviço de Geografia e Estatística do Amapá, relativa ao auxílio de 1953. Deliberou também sobre a aplicação de multas a várias firmas, por infração à lei sobre inquéritos econômicos

Foram distribuídos exemplares dos seguintes trabalhos: *Números Índices da Quantidade e dos Preços do Produtor de Onze Produtos da Indústria Extrativa Vegetal, nos anos de 1940 a 1952*, elaborado pelo Laboratório de Estatística; *Produção Industrial — 1952*, elaborado pela Secretaria-Geral; *Produção Brasileira de Talco Discriminada pelas Unidades da Federação e Municípios Produtores, Produção Brasileira de Scheelita Discriminada pelas Unidades da Federação e Municípios Produtores, Consumo de Algumas Matérias-Primas nas Empresas Siderúrgicas Existentes no Brasil Segundo as Unidades da Federação e Número Médio de Despesas com Operários, Energia Elétrica e Combustível nas Empresas Siderúrgicas Existentes no Brasil Segundo as Unidades da Federação*, elaborados pelo SEP

★ 4 de junho, Reunião Censitária — O sr Ovídio de Andrade Júnior comunicou que o SNR recebera a visita do Prof Leontieff e de um grupo de técnicos da CEPAL, empenhados num estudo sobre a indústria metalúrgica e mecânica

O sr M A Teixeira de Freitas compareceu a fim de fazer uma comunicação sobre a reunião do Conselho Diretor do Instituto Internacional de Estatística. Foi saudado pelo sr Secretário-Geral que fez rápida exposição sobre as atividades do CNE. O sr M A Teixeira de Freitas, depois de agradecer a saudação, referiu-se aos comentários elogiosos que, sobre o sistema estatístico brasileiro, ouviu durante o desempenho de sua missão, na Europa; fez, em seguida, uma exposição sobre a reunião do Conselho Diretor do IIE

O sr Afonso Almiro informou que o sr Cori Acioli, do SEEF, visitara os DEE de Mato

Grosso e Minas Gerais, trazendo a melhor impressão dos trabalhos ali realizados

Foi discutido, a seguir, o projeto de Resolução, a ser encaminhado à consideração da Assembléia-Geral, sobre a fixação de características mínimas de veículos rodoviários

Foram distribuídos os seguintes trabalhos: *A Distribuição da População do Brasil por Grandes Categorias de Atividade, Segundo o Sexo e a Idade*, do Laboratório de Estatística, e *Produção Industrial — 1952*, relativa ao Estado de Pernambuco

★ 11 de junho, Reunião Censitária — O sr Ovídio de Andrade Júnior comunicou que o SNR recebera a visita do sr William Hurwitz, do Bureau of Census dos Estados Unidos

Foi distribuído mais um volume de documentos censitários: *Relatórios do Serviço Nacional de Recenseamento, pertinentes ao Recenseamento Geral de 1940*

★ Reunião Extraordinária — O sr Secretário-Geral apresentou o projeto de Calendário da Assembléia-Geral solicitando sugestões. Declarou que mais de 73% dos boletins da 18.ª Campanha Estatística já estavam coletados

O sr Alberto Martins manifestou regozijo pelo êxito de sua viagem ao Norte, visando à atualização das estatísticas educacionais. Declarou que no plano de reclassificação de cai-

NA AGÊNCIA DE PORTO DA FOLHA — Foram inauguradas no dia 30 de maio as novas instalações da Agência Municipal de Estatística de Porto da Folha (Sergipe). Dois flagrantos da solenidade: ao alto, o Agente, Sr Amaro José dos Santos, pronunciando o discurso oficial; em baixo, o prefeito Gonçalo da Silva Dória, o Inspetor Regional, Sr Aureo Sobreira do Vale, e o Inspetor Técnico da Secretaria Geral, Sr José Guimarães Lobo, que leu uma mensagem do Presidente do IBGE, Desembargador Florêncio de Abreu



reiras, do DASP, os estatísticos estão em situação inferior à dos atuários, técnicos de educação, economistas, etc., solicitando aos srs Presidente e Secretário-Geral providências no sentido de defender os interesses dos estatísticos brasileiros. O sr Secretário-Geral relatou as medidas já tomadas nesse sentido, informando que compareceria à reunião de estatísticos e técnicos do DASP convocado para debater o assunto.

O sr Afonso Almiro comunicou a boa impressão colhida na visita que fizera ao DEE e à IR do Estado do Rio de Janeiro.

Ficou assentado que a Secretaria-Geral realizaria um estudo para regularizar a questão das multas pelo não fornecimento de informações estatísticas.

Foram distribuídos exemplares de *A Ocupação na Agricultura no Paraná*, segundo os censos demográfico e agrícola, análise elaborada pelo Laboratório de Estatística.

A Junta aprovou os seguintes votos: 1) de pesar, pelo falecimento dos deputados Edson Passos e Sá Cavalcanti; 2) de regozijo cívico, pelo transcurso do Dia da Marinha; 3) de congratulações com o sr Ministro da Aeronáutica, pelo 23º aniversário do Correio Aéreo Nacional; 4) de reconhecimento ao sr João Cleophas, pela colaboração prestada à estatística, durante sua gestão na pasta da Agricultura; 5) de satisfação, pelo lançamento dos trabalhos *Indústria Brasileira de Cal*, do SEP, e *Pessoul Empregado em Administração Municipal — 1952*, da Diretoria de Levantamentos Estatísticos.

A Casa resolveu, ainda: a) autorizar a Secretaria-Geral a apurar as estatísticas da competência do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, que, por motivos vários não tem podido apurá-las; b) recomendar à Secretaria-Geral que transmitisse às Inspetorias Regionais visitadas pelo sr Alberto Martins a boa impressão que êle colheira sobre o trabalho nelas realizado; c) aprovar a prestação de contas do Conselho Nacional de Estatística, relativas ao 1º trimestre do presente exercício; d) concordar em que a Secretaria-Geral contribua com Cr\$ 5 000,00 para o fundo de instalação de uma Fundação, que está sendo organizada pelo Ministério da Educação e Cultura, destinada a oferecer bolsas a estudantes secundários, e com três bolsas nos valores de Cr\$ 5 000,00, Cr\$ 10 000,00 e Cr\$ 15 000,00 cada, devendo o respectivo projeto de Resolução ser submetido à Casa; e) aprovar as estimativas da população brasileira calculadas pelo Laboratório de Estatística; e f) homologar as Resoluções ns 123, da JER do Rio de Janeiro, e 122, da JER do Maranhão.

★ 18 de junho, Reunião Censitária — O sr Secretário Geral comunicou que já se instalara a Comissão de Tomada de Contas, da Assembléia Geral, tendo sido eleitos Presidente o Tenente-Coronel Nelson Mesquita de Miranda e Relator o Sr Tomaz Gomes da Silva. Em seguida, proferiu algumas palavras de saudação ao Sr Aquiles Scorzelli Júnior, que comparecia à Junta pela primeira vez, na qualidade de representante do Ministério da Saúde. O novo membro agradeceu a saudação, in-

formando que oportunamente apresentaria um trabalho sobre as diretrizes que vêm sendo observadas no SES.

O Sr Ovídio de Andrade Júnior fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) que se encontrava concluída a introdução ao Censo Industrial; b) que seriam divulgados por ocasião da Assembléia-Geral dados totais relativos a aspectos mais importantes do Censo Agrícola, sobre o qual teceu considerações.

O Sr José Ruben Mantovani informou que a direção do SNR estava examinando problemas de distribuição das publicações censitárias.

O sr Secretário-Geral informou que se cogitava de limitar às entidades oficiais e técnicas a distribuição gratuita de publicações estatísticas. Sugeriu o preparo de uma publicação resumo de todo o Recenseamento Geral de 1950, para distribuição gratuita.

★ Reunião Ordinária — O sr Presidente congratulou-se com a Junta pela presença do representante do Ministério da Saúde, sr Achilles Scorzelli Júnior, Diretor do Serviço de Estatística da Saúde.

O sr Rubens Pôrto comunicou ter representado a Junta nos funerais do deputado Edson Passos.

Foram aprovados votos de congratulações com o sr Ministro da Fazenda, pela passagem do primeiro aniversário de sua gestão, e com os jornais "Correio da Manhã", "Diário de Notícias" e "Última Hora", por mais um aniversário de fundação. O sr Afonso Almiro externou sua satisfação pelo voto ao sr Ministro da Fazenda e comunicou que viajará a serviço para Pernambuco e Bahia.

Ao ser distribuído um trabalho elaborado pelo SEP, *Estatística Brasileira da Pesca*, o sr Presidente expressou sua satisfação pelo fato de, em todas as reuniões, aparecerem novas publicações daquele Serviço.

A Casa tomou as seguintes deliberações: a) aprovar a prestação de contas do DEE do Ceará, relativa a auxílio concedido em 1953; b) baixou as Resoluções ns 443 e 444, a primeira abrindo crédito especial para despesas com construção de garagem e oficinas para as viaturas do CNE, e a segunda dispendo sobre uma contribuição para o fundo de instituição e custeio de estudos da Fundação do Ensino Secundário.

O sr Achilles Scorzelli Júnior solicitou inclusão, na Agenda da Assembléia-Geral, de uma mesa-redonda destinada às estatísticas da saúde.

O sr Alberto Martins referiu-se ao projeto apresentado pela JER de São Paulo, sobre simplificação do levantamento de estatísticas educacionais, a ser submetido à Assembléia; manifestou-se de acordo com o mesmo e disse estar colhendo sugestões dos órgãos regionais sobre o assunto.

Durante a sessão foram distribuídos exemplares do Relatório da Delegação Brasileira à 28ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, e dos trabalhos *Outros Resultados de um Inquérito sobre os Abortos no Distrito Federal*, do Laboratório de Estatística, e *Estatística Brasileira da Pesca*, do SEP.

★ *25 de junho, Reunião Censitária* — O sr Ovídio de Andrade Júnior fez uma exposição sobre o problema da inutilização dos instrumentos de coleta censitária utilizados em 1950, sugerindo a constituição de uma comissão especial para examinar o assunto

O Sr João Frank da Costa comunicou que o Ministério das Relações Exteriores passaria a incumbir-se da remessa de publicações censitárias às Embaixadas e Consulados brasileiros

★ *Reunião Extraordinária* — O Sr Secretário-Geral comunicou que o Sr M A Teixeira de Freitas lhe fizera entrega do seu relatório sobre a reunião do Conselho Diretor do Instituto Internacional de Estatística, realizada em Roma. Submeteu à Casa o ementário dos projetos de Resoluções que seriam apresentados à próxima Assembléia Geral. Leu a parte introdutória do relatório que encaminhara ao Sr Presidente sobre as atividades do CNE em 1953

O sr Alberto Martins transmitiu um apêlo dos servidores das Inspetorias Regionais no sentido da melhoria de sua situação, tendo o Sr Secretário-Geral informado que o assunto estava sendo novamente estudado para oportuna solução

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) autorizar a Secretaria-Geral a estudar a cooperação a ser assegurada à Associação de Educação Católica do Brasil na realização de uma exposição durante o próximo Congresso Eucarístico Internacional; b) aprovou as Resoluções ns 445 e 446, a primeira dispondo sobre o pagamento da ajuda de custo, diária e indenização de despesas de representação dos delegados à Assembléia-Geral, e a segunda, dispondo sobre as atribuições dos Inspetores Técnicos da Secretaria Geral; c) homologou a Resolução n° 106, da JER do Distrito Federal; d) multou várias firmas, por infração à lei referente aos inquéritos econômicos

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

REALIZOU-SE em Pôrto Alegre, entre os dias 5 e 11 de maio, sob os auspícios do IBGE e por indicação da Sociedade Brasileira de Geografia, o XI Congresso Brasileiro de Geografia

Na sessão de abertura, que se verificou no Teatro Municipal, o Desembargador Florêncio de Abreu, Presidente do IBGE e do Congresso, pronunciou o seguinte discurso:

"Em meu discurso de posse na conspícua Sociedade Brasileira de Geografia, referi-me às três grandes instituições culturais de âmbito nacional, que vêm resistindo galhardamente às vicissitudes do tempo "Sucumbe o Império, — observei —, mudam os regimes, sossobram as instituições políticas, passam de velhos a novos o Estado e a República, e as três grandes instituições prosseguem na sua trajetória ascendente e luminosa, porque o ideal que as anima e impulsiona, pairando acima daquelas contingências temporais, está intimamente vinculado às forças eternas que através da ciência e da cultura presidem à evolução humana no sentido da civilização e do progresso dos povos". São essas três instituições, duas das quais seculares, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, ao tempo da Regência, portanto, o Instituto dos Advogados Brasileiros, que data de 1843, e a quase secular Sociedade Brasileira de Geografia, nascida em 1883, — todos com serviços notáveis à ciência e à nacionalidade

Entre os assinaláveis serviços prestados pela Sociedade Brasileira de Geografia, conta-se a feliz iniciativa da realização dos congressos nacionais de Geografia, — o primeiro realizado em 1909 no Rio de Janeiro, por sugestão do saudoso José Boiteux, espírito admirável de lutador intelectual. Seguiram-se o de 1910 em São Paulo, o de 1911 em Curitiba, o de 1915, o de 1916, em Salvador, o de 1919 em Belo Horizonte, o de 1922 na capital da Paraíba, o de 1926 em Vitória, o de 1943 em Florianópolis, e o de 1944 no Rio de Janeiro, por impossibilidade da sua realização em Belém —, presídidos respectivamente pelo venerando marquez de Paranaguá, primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Geografia, pelo Dr. Domingos Jaguaribe, pelo Dr. Jayme Dormud dos

Reis, pelo professor Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, pelo grande geógrafo Teodoro Sampaio, pelo general Taumaturgo de Azevedo, pelo historiador Diogo de Vasconcelos, pelo grande brasileiro general Rondon, pelo ilustre ministro Bernardino José de Souza e pelo eminente embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Foram dez Congressos memoráveis, reunidos (na exata observação de Bernardino de Souza) por motivos não só científicos, não só de ordem prática, mas também por imperativos de feição eminentemente patriótica. Nessas reuniões tomam contacto pessoal os estudiosos da geografia no Brasil; há troca de idéias e confronto de trabalhos, para orientação de pesquisas e sistematização de resultados; há divulgação de estudos e conhecimentos geográficos: há estimulação; há impulso criador; há seleção de diretrizes do ensino geográfico, de seus métodos, de sua finalidade; há, como já foi dito —, em virtude do entendimento direto e cordial conagraamento de elementos culturais do país "uma conjunção de forças morais, que enrijam e aperfeiçoam as próprias bases da nacionalidade".

Por indicação da Sociedade Brasileira de Geografia, instala-se hoje o XI Congresso de Geografia nesta magnífica, acolhedora e culta cidade de Pôrto Alegre, onde florescem duas grandes universidades, com um corpo ilustre de professores que honraria qualquer centro universitário do Continente, uma Escola de Belas Artes de justo renome, uma imprensa de gloriosas tradições, comparável à das maiores capitais do país, uma Academia de Letras, cujos patronos firmaram o alto conceito de que desfruta a primorosa cultura literária sul-rio-grandense, e onde figuram talentos de escôl, e esse Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de brilhante projeção, já com grandes serviços prestados à ciência e à cultura e que em feliz hora ajudel a fundar

Primitivo "Pôrto do Viamão", mais tarde "Pôrto dos Casais", a arguta visão do inolvidável governador José Marcelino de Figueiredo, contrariando, até à violência, o estreito baírrismo dos vereadores da vila de Viamão, elevou-o à hierarquia de capital, mercê de sua singular posição geográfica à margem do amplo

e belo estuário do Guaíba, recebendo então a categoria canônica de freguesia, com a sua atual denominação de "Pôrto Alegre", — toponímico esse em verdade feliz, perfeito, insubstituível, atenta a contagiante alegria e a radiosa jovialidade, sempre sorridente, da sua paisagem natural Ao contrário da zona tropical "com sítios majestosos e desertos monótonos", dizia Saint Hilaire que aqui a natureza lembra o sul da Europa "e tudo quanto ela tem de mais encantador", — clima e paisagem Não existem realmente aquelas montanhas elevadas, abrutadas e dominadoras que depressim o espírito, como a diminuir os homens; aqui, são colinas de curvas harmoniosas, proporcionais ao homem, como na paisagem helênica, ostentando o seu matiz de um verde claro e sedativo, em contraste com o verde carregado e metálico do cenário tropical Observava ainda Saint Hilaire que a paisagem do lado do noroeste, — a que se volta para a zona do cais —, é mais animada, ao passo que a da outra encosta, que olha para o sul, é calma, "parecendo convidar ao sonho". É o romântico painel da enseada de Santa Tereza e da Praia Bela, da popular Praia de Belas, como a confundir a beleza da praia com a graça sedutora das porto-alegrenses que ali vão a passeio nos dias estivais

O grande naturalista francês, com vaticínio certo, previra em 1820 o desenvolvimento que o futuro reservaria à cidade que nos acolhe neste momento: "Demorando-se sobre a margem de um lago que se estende até ao mar, — escrevia elle —, podendo ao mesmo tempo comunicar-se com o interior por meio de vários rios navegáveis, cujas embocaduras ficam diante do seu pôrto, está Pôrto Alegre fadada a se tornar rica e florescente em futuro muito próximo": São esses rios navegáveis, como sabeis, o Jacuí, o Caí, o Sinos e o Gravataí, cujas águas, convergindo para o mesmo desaguardo, formam o estuário do Guaíba, o qual, pelo estreito do Itapanu, comunica-se com esse mar interior que é a Lagoa dos Patos e, através desta e do canal do Rio Grande, vasa as suas águas no Atlântico As características geográficas, que ainda fazem de Pôrto Alegre uma cidade regional, tenderão a desaparecer com a abertura do projetado pôrto de Tramandai ou Torres, que, virá facilitar-lhe o imediato acesso ao domínio oceânico da circulação, tal a potência incoercível da energia humana para dominar a natureza, sob o agulhão do interesse de adaptá-la às suas necessidades vitais

Uma cidade não é, porém, sômente a sua paisagem humana na moldura de sua paisagem natural, — as praças, as ruas, as casas enfileiradas ao longo das ruas e das praças, os templos religiosos e as edificações cívicas, a massa dos homens residentes e dos que nela entram temporariamente sob pressão dos mais variados interesses Na cidade existe ainda e sobretudo alguma coisa de espiritual, o seu acervo de tradições comuns, uma certa maneira de sentir, um certo temperamento, como já foi dito alhures; alguma coisa que se não define bem, mas se sente, e a que chamarei a alma da cidade É esse espírito que inspira confiança a quem de Pôrto Alegre se acerca, a jovialidade sadia que se respira na sua atmosfera, essa hospitalidade espontânea, uma atração que a toda gente cativa e enleva, e tantos outros predicados espirituais que a exortam, que dela fazem uma das mais atraentes e encantadoras cidades brasileiras Fosse nos tempos clássicos da Grécia, diria que sobre ela velavam as divindades políades; mas direi hoje que, certamente, sobre as coisas materiais e espirituais da *urbs* porto-alegrense se derramam as graças benfazejas de Nossa Senhora Madre de Deus, sua grande padroeira

É Pôrto Alegre, — acrescenta-se —, a capital d'este importante Estado, cujos contornos físicos reproduzem, à perfeição, em miniatura, a configuração geográfica do Brasil O grande arco setentrional brasileiro, que, partindo da cabeceira do Móa, na vertente oriental da serra de Contamana, a oeste, passa pela nascente do Allan, sobre a vertente meridional da serra Caburá, no extremo norte, e vai terminar

na Ponta do Seixas, extremo leste brasileiro junto ao cabo Branco, parece-se ao arco setentrional sul-rio-grandente que, partindo da foz do Quaraí, no extremo oeste, passa pela foz do Peperiguassu, ao norte, e vai findar no Mampituba A linha da costa oceânica brasileira, de pequena inclinação para oeste em direção ao extremo sul, e a linha limitrofe ocidental, de grande inclinação para oeste em busca do mesmo ponto meridional, terminando ambas na "Curva do Sul" do arroio Chui, corresponde também à inclinação pouco sensível da costa marítima sul-rio-grandense e à grande obliquidade do traço rajano que, da foz do Quaraí em direção oeste-sul, vai terminar necessariamente no mesmo vértice meridional brasileiro O próprio pequeno pedúnculo geográfico sul-rio-grandense, que se configura entre a costa do mar e a linha limitrofe ocidental, a partir da reentrância do Jaguarão e daí, margeando a lagoa Mirim, vai findar no Chui, coincide com o grande pedúnculo meridional que a carta geográfica do Brasil apresenta, a partir da inflexão da linha ocidental sobre o Iguassu, a oeste, e da retração da costa marítima na latitude da baía de Paranaguá, a leste.

O Brasil e o Rio Grande do Sul apresentam, destarte, igualmente, a figura aproximada do músculo cardíaco; e essa coincidência das configurações do contorno geográfico, em formato de coração, está como que a decalcar, nessa ilustração física, a identidade de sentimentos do povo sul-rio-grandense, demonstrada através da sua heróica história e das suas belas tradições, com os ideais mais caros ao povo brasileiro

Ainda há outra circunstância de caráter geográfico, referente ao Rio Grande do Sul, que, pelas analogias que sugere, merece ser realçada Refiro-me à área de transição do território sul-rio-grandense, entre as terras brasileiras e as terras platenses, seja pela topografia, seja pela flora ou pela fauna O planalto brasileiro finda em grande parte ao longo da grande depressão do Jacuí, começando daí para o sul as terras em sua maioria planas, planícies ou peneplanícies, notadamente, como sabeis, a oeste e ao sul, onde os campos pampeanos apresentam características acentuadas do território platino Na conhecida observação de Elisée Reclus, encontram-se florestas nos pontos altos das terras do Herval e dos Tapes, mas quase toda a região central e ocidental pertence à zona dos campos Ao sul, esta zona quase totalmente despida de árvores, toma a feição dos pampas: começa aí o *facies* da natureza argentina E acrescenta o eminente geógrafo: "Se tivéssemos de escolher um limite natural, quanto à vegetação, entre as duas grandes regiões, das quais uma tem por eixo o Amazonas e a outra os pampas argentinos por centro, fóra preciso tomar o rebordo das terras altas que corta diametralmente o Rio Grande do Sul, ao norte da depressão por onde correm o Ibicuí Grande e o Jacuí

Ainda na observação de Reclus, muitas espécies de árvores e de arbustos representam neste Estado a flora argentina e misturam-se com a flora brasileira: certos tipos vegetais nesta zona temperada participam da área patagônica E direi que esse contacto físico e esse entrelaçamento das duas naturezas, platina e brasileira, dentro do território sul-rio-grandense, constituem, sem dúvida, um símbolo: exprime a aproximação fraterna do povo brasileiro aos povos do Prata, numa simbiose de legítimos interesses económicos e culturais, e na sua alta aspiração de convivência inalteravelmente pacífica entre nações irmãs É, mais, a expressão brasileira das aspirações de perene união pan-americana, que, reverenciando a originalidade de cada uma das culturas regionais, possibilita a unidade na diversidade dos países da América Ampliando, mesmo, esses propósitos generosos, para situá-los no ideal supremo da paz universal, repito as luminosas palavras de Max Sorre, ao realçar a inapreciável contribuição dos geógrafos na grandiosa obra da civilização: "O sentimento profundo e exaltante da unidade humana, de

uma unidade moral imanente e que respeita a rica diversidade das culturas, — eis em definitivo a dádiva que a geografia humana oferece aos homens de boa vontade" Dir-se-á um quadro utópico; mas a utopia de ontem será, mercê de Deus, a realidade de amanhã

Meus Senhores:

O XI Congresso Brasileiro de Geografia cumpre o grato dever de render o justo preito de sua alta homenagem ao grande Estado do Rio Grande do Sul, na pessoa do seu eminente governador, Sua Ex.^a o Sr General Ernesto Dornelles, bem como a esta bela cidade que ora nos acolhe com as galas de sua fidelidade e a generosidade de sua proverbial hospitalidade, na pessoa do seu ilustre prefeito, o engenheiro Hildo Meneghetti, e finalmente, a venerável Sociedade Brasileira de Geografia, na pessoa do seu indefesso e brilhante presidente, o Exmo Sr Almirante Dodsworth Martins, pelo muito que lhe deve a ciência geográfica brasileira, com a fecunda iniciativa da realização dos congressos nacionais de geografia.

A sessão inaugural do Congresso foi encerrada pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, General Ernesto Dornelles, que, em breves palavras, salientou a importância do encontro de geógrafos de todo o país para o estudo e debate de temas e questões de sua especialidade

No mesmo dia, na Praça Florêncio de Abreu, foi inaugurada a Exposição Geográfica e Cartográfica, que ficou aberta durante todo o certame

O XI Congresso foi dividido em 11 secções, a saber: 1) Geografia Histórica e História da Geografia; 2) Geografia Matemática; 3) Geografia Física; 4) Biogeografia; 5) Geografia Humana; 6) Geografia Econômica; 7) Geografia Política; 8) Geografia Regional (dividida em sub-secções); 9) Didática da Geografia; 10) Metodologia da Pesquisa Geográfica; 11) Nomenclatura Geográfica

Realizaram-se três mesas-redondas. A primeira, no dia 6, em torno do tema "Conservação dos recursos naturais"; a segunda, no dia 7, versando sobre "A geografia e o problema dos transportes e comunicações; a terceira, levada a efeito no dia 8, teve como assunto "A geografia e o problema da energia no Brasil"

Como parte do programa, foram pronunciadas diversas conferências. No dia 6, falou o Prof Delgado de Carvalho sobre "Geografia Política e Geopolítica". No dia 7, o Almirante Jorge Dodsworth Martins sobre "O destino do planeta Terra". No dia 11, o Dr Jerônimo Coimbra Bueno, sobre "Os problemas da escolha da nova Capital"

Foram em número de quatro as sessões plenárias, nos dias 7, 8, 10 e 11 de maio

No dia 10, às 20,30, os congressistas foram recebidos na sede do Instituto Histórico e Geográfico

No dia 11, realizou-se a sessão solene de encerramento, tendo antes o Cel De Paranhos Antunes, Secretário-Geral da Comissão Organizadora, apresentado o relatório das atividades do Congresso

No decorrer do certame, foram os congressistas homenageados pelas autoridades de Porto Alegre e de Caxias do Sul, bem como pelo Country Club, tendo-lhes sido oferecido um churrasco em cada uma dessas ocasiões. Também o "35", tradicional agremiação gaúcha, ofereceu um espetáculo às diversas delegações, constando do programa danças e canções típicas do Rio Grande do Sul.

Diversas excursões foram proporcionadas aos delegados, destacando-se as visitas à cidade de Caxias do Sul e às minas de carvão de S Jerônimo, no Vale do Jacuí, bem como passeios pelos arredores de Porto Alegre

Foram apresentadas ao Congresso as seguintes teses, 48 ao todo:

1 — "Anomalias Climáticas" — Vicente Cardoso; 2 — "Movimento Emigratório do Norte para o Sul do país" — Cel Luis Tenório de Brito; 3 — "O Gaúcho" — Prof A Tenório D'Albuquerque; 4 — "Gauchismo", do mesmo autor; 5 — "A Influência dos Altiplanos campestres na formação do Brasil" — Prof Amadeu de Oliveira Freitas; 6 — "Os Charruas e Mitanos eram Quíchuas?" — Ten Cel De Paranhos Antunes; 7 — "A Colonização do Rio Grande do Sul" — Maria Souza Doca; 8 — "População do Rio Grande do Sul" — Dr. Dante Laytano; 9 — "Timbau e sua fundação industrial" — Prof Renato Stempewski; 10 — "Geografia da Região Metalúrgica do Estado de Minas Gerais" — Prof. Alisson Pereira Guimarães; 11 — "Município de Pedro II (Piauí)" — Dr Luis Antônio de Souza; 12 — "Mutações Econômicas do Médio Paraíba do Sul" — Dr Luis Palmier; 13 — "Movimento de Recuperação Econômica da Baixada Fluminense" — Dr Luis de Souza; 14 — "Formação de Lateritas na Bacia do Alto Purus" — Prof. Antônio Teixeira Guerra; 15 — "Influência das fatalidades geográficas no panorama mundial, continental e brasileiro atual" — Cel Batista Peixoto; 16 — "Panorama climático do Brasil Central" — Dr Salomão Serebianick; 17 — "Analogias e contrastes da Produção Brasileira" — Benedito José de Souza; 18 — "A Geocinética contra a Geopolítica" — Des. Carlos Xavier Pais Barreto; 19 — "O Rio Grande do Sul na Cartografia" — Ministério das Relações Exteriores; 20 — "Documentos histórico-geográficos referentes aos Pródomos da Criação da Província do Paraná" — William Alfredo Maia; 21 — "Os velhos Caminhos do Nordeste" — Luis da Câmara Cascudo; 22 — "Fronteiras sulinas pelos Tratados de 1750-1777" — Eng Virgílio Corrêa Filho; 23 — "A Geografia através do Polciore" — Prof Carlos José Pereira; 24 — "As Cidades Acreanas" — Dr José Moreira Brandão Castelo Branco; 25 — "Os dois Rio Grande" — do mesmo autor; 26 — "Geografia das Fatalidades" — Prof. Lindolfo Xavier; 27 — "Introdução ao estudo e redivisão política do Brasil" — Prof Ilzio Vital de Queirós; 28 — "Nota geográfica sobre a cidade de Itaboraí e suas áreas vizinhas" — Pedro Pinchas Geiger; 29 — "Um plano de reformas quinquenais para o Brasil" — Prof Alvaro Bomilcar da Cunha; 30 — "A povoação do Rio Grande do Sul Os Penzins, os Del Carmem e os Peruchins, no campo do Bagre" — Raul Tassiní; 31 — "A Solução dos problemas do Homem e da Pátria" — Prof Amadeu de Oliveira Freitas; 32 — "Elementos para um esboço geo-humano do Brasil" — Prof Amadeu de Oliveira Freitas. 33 — "Defesa biogeográfica da fronteira Oeste" — do mesmo autor; 34 — "Produção e cultura do arroz no Sul do Brasil" — Lísia Maria Cavalcanti Bernardes; 35 — "Aspectos da Geografia do Açúcar do Brasil" — Prof Mário Lacerda de Melo; 36 — "A paisagem física do cabo de Santo Agostinho" — Milton Sette; 37 — "Conceito de civilização" — Maria Souza Doca; 38 — "Base edáfica da pecuária rio-grandense" — Arnaldo Bruzel; 39 — "Açúcar" — Maria Souza Doca; 40 — "O Gaúcho na Comissão Rondon" — Antônio dos Santos Oliveira Jr; 42 — "Memórias Geográficas sobre o R. G. do Sul" — Manuel da Cunha Galvão; 42 — "Problemas urbanos" — Germano Peterscon; 43 — "Divisão Climática do Estado" — Abraão Hausmann; 44 — "Notas sobre a geografia do Nordeste rio-grandense; 45 — "Divisão Regional do Rio Grande do Sul" — do mesmo autor; 46 — "Ubaitaba — Estudo de geografia urbana" — Prof Milton Santos; 47 — "Aspectos Geográficos do Município de Tôres — Ascânio Frediani; 48 — "Contribuição ao estudo de *habitat* rural catarinense" — Dr Vitor A. Peluso Jr

CURSO DE ESTATÍSTICA NO ESPÍRITO SANTO

EM cooperação com o Governo do Estado do Espírito Santo, o Conselho Nacional de Estatística manterá, no corrente ano, em Vitória, um curso intermediário de Estatística, orientado pela Escola Brasileira de Estatística. Esse curso foi inaugurado no salão nobre da Faculdade de Direito, sob a presidência do Governador do Estado, e com o comparecimento dos Secretários do Governo, do Prefeito de Vitória, de professores e outras autoridades, bem assim dos srs Mauricio Filchtner, Secretário-Geral do C N E, e Lourival Câmara, diretor da Escola Brasileira de Estatística.

Resaltando a significação da iniciativa para a estatística espírito-santense, falou inicialmente o sr Antônio Lugon, presidente da Junta Executiva Regional de Estatística, cujo discurso divulgamos na íntegra, a seguir. Usou da palavra o professor Mauricio Filchtner, em nome do Presidente do IBGE, que salientou a importância da instalação do curso e a colaboração que o Conselho Nacional de Estatística vem recebendo da parte do Governo do Espírito Santo. Coube ao sr Lourival Câmara, então, ministrar a aula inaugural, subordinando-a ao tema "Estatística, fator de decisão".

Finalmente, falou o sr Jones dos Santos Neves, governador do Estado, para enaltecer a obra do IBGE e afirmar que todos os empreendimentos de seu governo se têm baseado em estudos estatísticos. Adiantou que, quando quis realizar largo programa administrativo na Capital do Estado, nomeou para estudá-lo e executá-lo um dos mais destacados estatísticos espírito-santenses, o sr Armando Duarte Rabelo, Prefeito Municipal de Vitória. Fêz referência elogiosa ao Desembargador Florêncio de Abreu e agradeceu a cooperação do Conselho Nacional de Estatística e, particularmente, da Escola Brasileira de Estatística, em relação ao curso que se inaugurava. Disse, por fim, estar certo de que os futuros diplomados serão bastante úteis ao Espírito Santo, não apenas na administração pública, mas também no comércio, na indústria, etc.

A instalação do curso intermediário de Estatística em Vitória, curso que obedece ao mesmo programa do instituído, no Rio, na Escola Brasileira de Estatística, teve excelente repercussão nos meios intelectuais e na imprensa capixaba, nêle estando matriculados cerca de 40 alunos. As aulas começaram no dia 1.º de abril, e o curso, sem qualquer interrupção, terminará a 16 de dezembro, contando com professores locais e do Rio, designados pela direção da Escola Brasileira de Estatística. Com o fim de selecionar alunos para o referido curso, que, em princípio, se destina a servidores dos órgãos regionais de estatística, as autoridades estatísticas espírito-santenses mantiveram, no segundo semestre do ano findo, um curso de revisão de Matemática.

Após a solenidade, os srs Mauricio Filchtner e Lourival Câmara foram recepcionados pelo governador do Estado, pelo prefeito de

Vitória e pelo presidente da Junta Executiva Regional de Estatística, tendo visitado os órgãos da estatística espírito-santense, dos quais colheram a melhor impressão.

DISCURSO DO SR ANTÔNIO LUGON

Foi o seguinte o discurso pronunciado pelo Sr Antônio Lugon, presidente do SEPT e Diretor do DEE:

"Este ato reveste-se da maior significação para a estatística espírito-santense pelos seguintes motivos:

1 — Acentua a colaboração dos estatísticos capixabas no programa de comemorações do 3.º aniversário do Governo;

2 — Registra a presença dos mais altos dignitários da estatística brasileira em Vitória;

3 — É o primeiro curso da Escola Brasileira de Estatística instalado fora da Capital da República.

A atual administração do IBGE compreendendo a necessidade de desenvolver o ensino da estatística no Brasil, criou a Escola Brasileira de Estatística que além de um curso desta natureza, compreendendo a periodicidade de dez meses, mantém o curso de formação universitária, ministrado em quatro anos.

O curso ora instalado, que é de nível intermediário, inclui cinco matérias: Estatística, Matemática, Inglês, Geografia Econômica e Mecanografia, todas do máximo interesse para as atividades estatísticas.

Existente no Rio este curso, deveriam as repartições regionais enviar seus servidores, como bolsistas, se tivessem desejo de que se aperfeiçoassem, não podendo mandar muitos de uma só vez porque perderiam a sua colaboração por um período de tempo por demais longo, prejudicando os trabalhos de conjunto desses órgãos. Encaminhando ao Rio um de cada vez só em grande espaço de tempo teríamos um pequeno grupo com este curso. A resolução da Assembléia Geral do C N E que criava a Escola e dispunha sobre os seus cursos, dava direito à Junta Executiva Regional do Conselho de pedir a instalação de um curso livre de nível intermediário em Vitória. Entre as duas alternativas, preferimos solicitar à Secretaria-Geral um curso para Vitória porque proporcionaria aos servidores da estatística regional que desejassem melhorar os seus conhecimentos, fazerem o curso de uma só vez, até o número de cinqüenta.

A Escola fêz exigências preliminares, entre elas a de que fossem ministradas aos candidatos do mesmo, aulas de revisão de matemática da 4.ª série ginasial, por três meses. Atendemos prontamente, com o valioso auxílio do Departamento Estadual do Serviço Público. Esse atendimento era o passo decisivo para que Vitória pudesse ser a primeira Capital do Brasil em que a EBE instalaria um de seus cursos. Vitória bem merece essa distinção porque é também, sem qualquer dúvida, a cidade brasileira onde mais se estuda. Sua mocidade tem sempre os olhos voltados para a instrução. Por mais estabelecimentos de ensino que se criem, todos terão suas matrículas inflacionadas, nunca lhes faltando alunos.

A promessa está sendo cumprida nesta data. É o próprio Secretário-Geral do C N E, representando ainda o Presidente do IBGE, que vem à Cidade-Présépio especialmente para instalar o Curso. E o Diretor da Escola Brasileira de Estatística vem ao seu lado para ministrar a aula inaugural do mesmo, prestigiando assim a iniciativa da Junta Executiva Regional.

O Governo do Estado que tanto tem cuidado da educação conta assim com um elemento auxiliar, a mais, no corrente ano, nas realiza-

ções que foram levadas a efeito nesse setor. E quem sabe se a Universidade do Espírito Santo, recentemente criada, não terá dentro em breve, uma secção da Escola Brasileira de Estatística?

Dizer do valor da estatística como técnica auxiliar no estudo dos fenômenos sociais, seria bater em tecla já muito surrada. Basta dizer que as grandes organizações econômicas não dispensam hoje um bem montado serviço de estatística, como base para as suas próprias atividades industriais e comerciais. O administrador consciente, público ou particular não dispensa o seu auxílio. Dos antigos colegas nossos, educados na escola de Teixeira de Freitas, executando árduas tarefas no IBGE, muitos estão hoje a serviço de tais organizações. O Governo do Espírito Santo demonstrando a alta conta em que tem a dedicação e amor ao trabalho dos funcionários de estatística, chamou a elevado cargo na sua administração, o estatístico n.º 1 do Estado — Armando Duarte Rabelo — que se encontra à frente da Prefeitura Municipal de Vitória. A estatística é, sem dúvida, uma escola de trabalho e de civismo. Aquêles que prestigiam esta iniciativa têm a perfeita consciência desta afirmativa.

Os que buscaram aproveitar a oportunidade de fazer um bom curso, matriculando-se como aluno do Curso Livre de Nível Intermediário de Estatística, estão de parabéns. Os que colaboraram para que o curso pudesse ser instalado, também estão porque concorreu-

ram no sentido de que a mocidade pudesse melhorar os seus conhecimentos.

Os estatísticos capixabas estão radiantes com esta realização.

Desejam assim expressar a sua satisfação e o seu agradecimento a todos os que os auxiliaram na tarefa preparatória. Cabe um agradecimento especial ao Senhor Governador do Estado que vem prestigiando, em toda a linha, a iniciativa; ao Diretor do Departamento do Serviço Público e funcionários da Secção de Seleção do mesmo Departamento; sobretudo na realização do Curso de Matemática, ao Professor Expedito Bogéa que foi o preparador da turma de matemática e será o professor da matéria no curso; ao Senhor Secretário-Geral do C. N. E. e Diretor da Escola Brasileira de Estatística pelo interesse demonstrado em ver instalado em Vitória o C. L. N. I. E. e pela sua presença a êste ato. Agradecem ainda ao Diretor da Faculdade de Direito do Espírito Santo pela colaboração que prestou para obtenção da sala onde serão ministradas as aulas e aos professores Euripedes Matos e Athos da Silva Ferreira, por se disporem a integrar o corpo docente do curso colaborando com os estatísticos espírito-santenses na sua iniciativa. Agradecem finalmente a todos que se dignaram prestigiar êsse ato com sua presença.

Aos alunos desejamos o melhor proveito possível durante o período das aulas e com isso estarão recompensados do trabalho que tiveram e possam ter com os misteres de instalação e realização do curso."

O MÉTODO DE AMOSTRAGEM NO ESTADO DO RIO

CONSIDERANDO os pronunciamentos da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, a Junta Executiva Regional do Estado do Rio, presidida pelo prof. Dermeval Moraes, titular da Secretaria do Governo, reconheceu, consoante Resolução n.º 118, a conveniência de ser aplicado, no Estado, o método da amostragem no levantamento das estatísticas agropecuárias, credenciando, para êsse fim, os srs. Aldemar Alegria, diretor do Departamento Estadual de Estatística, e Francisco Steele, Inspetor Regional de Estatística. Conjugados devidamente os dois órgãos nessa alta finalidade, foram tomadas desde logo as iniciativas essenciais: atualização do cadastro das propriedades rurais e apuração do calendário agrícola, além das medidas complementares, como o estudo das zonas ecológicas.

Ultimadas as providências, reuniram-se, no Departamento Estadual de Estatística, técnicos do Conselho Nacional de Estatística, da Inspeção Regional e da Secretaria da Agricultura para examinar, em conjunto, as fases complementares da implantação do novo processo.

Os trabalhos foram presididos pelo sr. José Janotti, Secretário da Agricultura, ficando a mesa constituída dos srs. Moacyr Malheiros, presidente, em exercício, do IBGE, Prof. Maurício Filchtiner, Secretário-Geral do CNE, Aldemar Alegria, Diretor do DEE, Francisco Steele, Inspetor Regional, Virgílio Gualberto, Waldemar Lopes, César Briggs, Diretor do DSP, José Ruben Mantovani, Elias de Araújo, Diretor da

Federação das Associações Rurais do Estado do Rio, Aristófares Mendes, diretor do Departamento de Produção Animal, Manoel Afonso, Diretor do Departamento de Produção Vegetal, Moacyr Pavageau, da Secretaria da Agricultura, Benedito Jordão, assistente da Inspeção Regional, Humberto Bevilacqua, Alfredo Caldas, Alcides Matos, Dalmo Silva, Teresa Caeiro e Helena de Souza, chefes de serviços do DEE.

Falou na ocasião o Sr. José Janotti, Secretário da Agricultura, salientando a importância da iniciativa e o interesse com que as autoridades fluminenses a encaravam. Congratulou-se com a presidência do IBGE e assegurou-lhe, de antemão, todo o apoio por parte do Governo do Estado e daquela Secretaria. Tomando a palavra, o Prof. Maurício Filchtiner fez uma exposição do moderno sistema de levantamento estatístico, referindo-se especialmente ao êxito obtido no Rio Grande do Sul, com a aplicação do método da amostragem às estatísticas agropecuárias. Concluiu declarando que não duvidava de que igual sucesso coroaria o empreendimento no Estado do Rio, dadas as bases em que o mesmo fôra estudado e o auxílio já assegurado pelo Executivo fluminense.

Nos debates que se seguiram, ficou o município de Itaguaí escolhido como "piloto", e foi designado o Sr. Benedito Jordão, técnico do IR, para orientar os estudos. Por fim, traçou-se o programa de ação, que contará com a assistência técnica do CNE.

III CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

REALIZOU-SE em São Lourenço, Minas Gerais, entre os dias 15 e 22 de maio, o III Congresso Nacional dos Municípios, ao qual compareceram mais de mil representantes de Prefeituras e Câmaras Municipais de todo o país

A solenidade de instalação compareceram os Governadores dos Estados de Minas Gerais, Paraná e Alagoas, o Ministro da Justiça, representantes dos Governadores de São Paulo e Rio Grande do Sul, Cardeal D Jaime Câmara, deputados federais e estaduais

Cerca de duzentas teses foram apreciadas pelas Comissões Técnicas e aprovadas pelo plenário

Durante o Congresso, pronunciaram conferências os Srs General Juarez Távora, Comandante da Escola Superior de Guerra, deputados Daniel de Carvalho, Rui Ramos e Aluísio Alves, Lyle Cunningham, Armando Rabelo e outros

Foram realizadas, igualmente, durante o Congresso, eleições na Associação Brasileira dos Municípios, para a constituição de seus quadros dirigentes

O IBGE, pelo Conselho Nacional de Estatística, prestou ao III Congresso dos Municípios, como já o tinha feito nos anteriores, efetiva

cooperação Na qualidade de Presidente, em exercício, do IBGE o Sr Moacir Malheiros Fernandes Silva dirigiu uma "Mensagem aos Municipalistas", na qual se continha uma saudação aos municipalistas e se formulavam votos pelo êxito do Congresso, em proveito do movimento municipalista em marcha A Junta Executiva Central fêz-se representar em tôdas as atividades por uma delegação composta dos Srs Afonso Almiro, Raul Lima e Mário Maia O CNE fêz circular, por ocasião do certame, o n° 25 da "Revista Brasileira dos Municípios", e colocou à disposição do Congresso, para trabalhos de Assistência Técnica, os técnicos Olavo Batista Filho, Hildebrando Martins, Artur Ferreira, Durval Vieira Calazans, Afrânio Melo e Valdemar Cavalcanti

O Sr Presidente da República compareceu à sessão de encerramento, tendo pronunciado importante discurso acêrca da assistência que vem sendo prestada pelo Governo da República aos Municípios

No n° 26 da "Revista Brasileira dos Municípios", dedicada ao III Congresso Nacional dos Municípios, encontra-se completa reportagem sobre o encontro dos municipalistas brasileiros.

CENTENÁRIO DE FAVILA NUNES

O DIA 9 de abril de 1954 assinala o centenário de nascimento de Júlio Procópio Favila Nunes, estatístico e jornalista sul-riograndense

Nasceu Favila Nunes em Bagé, filho de Manoel Nunes Pereira e D Margarida Favila Pereira Na cidade natal fêz os primeiros estudos, transferindo-se mais tarde para o Rio de Janeiro, onde os completou

Embora houvesse estreado na imprensa publicando versos, Favila Nunes, que desde moço denotara inclinação para as ciências sociais, ablaçou corajosamente duas causas difíceis, a abolição e a República, passando a exercer o jornalismo militante

Em princípios de 1885, dedicou-se a colhêr dados estatísticos sobre as doenças, natalidade e mortalidade infantil na Capital Federal, realizando um trabalho em que demonstrava, pela voz dos números, o decréscimo das epidemias e endemias no Rio de Janeiro Nessa época, o Rio era considerado no exterior como uma cidade infestada e perigosa: daí a grande repercussão que a monografia alcançou fora do país

No campo da estatística publicou outras obras, como a *Estatística do Rio de Janeiro* (1885) e *Representação nacional do Brasil* (1888), trabalho este que serviu de base à ela

boração da Constituição de 1891, no tocante à representação nacional

Como jornalista, colaborou na "Gazeta de Notícias", "Jornal do Comércio", "O País", "Gazetinha", "Jornal da Noite", etc, tendo acompanhado a primeira expedição a Canudos como correspondente Em seus artigos procurou expor as causas sociais determinantes daquele episódio da vida nacional

Em 1889, foi nomeado cônsul geral do Brasil na Bolívia

No setor estatístico, coube-lhe realizar o recenseamento do Estado do Rio de Janeiro, onde ocupou o cargo de Diretor da Repartição de Estatística Em curto espaço de tempo, regulamentou e executou o censo de 1892, do qual resultou a obra *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro*, que o consagrou como estatístico

Favila Nunes foi o primeiro, dentre os nossos estatísticos, a empregar o método das induções para obter a base indispensável nos seus estudos

Por serviços prestados na revolução de 1893 obteve as honras de coronel do Exército

Faleceu no dia 17 de março de 1904 Assim, neste ano de 1954 se celebram, quase simultaneamente, o centenário de seu nascimento e o cinqüentenário de sua morte

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

CRIADA em princípios de 1953, em obediência a disposições legais, a Escola Brasileira de Estatística, que é a primeira no gênero, na América Latina, sofreu, em fins de maio último, substanciais alterações em sua organização, passando a constituir a Escola Nacional de Ciências Estatísticas, com os cursos de formação superior (em quatro anos) de aperfeiçoamento, de especialização e de doutorado, além de cursos especiais destinados a médicos, engenheiros, economistas, agrônomos, etc

Realizaram-se, no dia 4 de junho, as eleições regimentais para a constituição do Conselho Técnico Administrativo e da Diretoria, presentes os 24 professores que integram a Congregação

Para o Conselho Técnico foram eleitos os Srs Professores Chafi Haddad, chefe do Departamento de Matemática; Oscar Pôrto Carneiro, chefe do Departamento de Estatística

Geral; Luís Nogueira de Paula, chefe do Departamento de Estatística Aplicada, e Jorge Kafuri, chefe do Departamento de Economia e Direito

Para o Conselho Administrativo foram eleitos os Srs Professores Antônio Tanios Abibe, da cadeira de Cálculo das Diferenças Finitas; Antônio Garcia de Miranda Neto, da cadeira de Estatística Descritiva; Walter Augusto do Nascimento, da cadeira de Planejamento Experimental; Lauro Sodré Viveiros de Castro, da cadeira de Estatísticas do Trabalho; Moacir Malheiros da cadeira de Geografia Econômica, e Artur Marinho, da Cadeira de Direito Constitucional

Para o cargo de Diretor foi eleito o Sr professor Lourival Câmara, da cadeira de Tecnologia da Amostragem, e diretor da Escola desde sua fundação

ESTATÍSTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL

POR portaria do ministro Hugo de Araújo Faria, datada de 31 de maio, foi instituída no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio uma Comissão especial, incumbida da coordenação das estatísticas industriais e comerciais sob a responsabilidade do mesmo Ministério. A portaria é a seguinte:

"Art 1º — Fica criada a Comissão de Estatística Industrial e Comercial (CEIC), com a atribuição de coordenar, com a assistência permanente da Seção de Cadastro do Departamento Nacional de Indústria e Comércio e da Seção de Comércio e Indústria do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, todos os levantamentos de estatística industrial e comercial de competência deste Ministério

Art 2º — A Comissão será constituída pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio (D.N.I.C.), que a presidirá, pelo diretor de Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (S.E.P.T.) e pelo diretor da Divisão de Expansão Econômica do D.N.I.C.

Parágrafo único — A Comissão terá um secretário, designado pelo seu presidente

Art 3º — A Comissão obedecerá à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Art. 4º — A CEIC se articulará com os órgãos deste Ministério que exerçam atividades conexas, inclusive com a Seção de Mecanização do S.E.P.T., a fim de executar o estabelecido no art 1º"

PEQUENAS NOTAS

A SECRETARIA-GERAL do CNE lançou, em todo o território nacional, os questionários destinados à coleta de informações estatísticas pertinentes à Produção Industrial em 1953 e, com esse lançamento, prossegue cumprindo os termos dos Decretos-leis números 281, de 18-II-1938 e 4081, de 3-II-1942, que dispõem sobre a execução do Registro Industrial

O plano de coleta adotado em relação a este ano difere um pouco do elaborado para anos anteriores, por isso que abrange, também, os estabelecimentos com menos de 5 pessoas

ocupadas, bem como os de construção civil, de produção de energia elétrica e os matadouros, que não estavam, antes, sujeitos ao inquérito

Imprimiram-se dois modelos de questionários, pelos quais se indagarão aspectos de interesse das repartições de estatística, e a "ficha de inscrição", com o resumo daquelas indagações, destinada ao Departamento Nacional da Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Dos aludidos questionários, o modelo A já é bem conhecido dos informantes e quanto ao

B, substituirá as "fichas de inscrição coletiva" e será preenchido pelos estabelecimentos que durante o ano de 1953, ocuparam menos de 5 pessoas

Os inquéritos industriais, realizados anualmente, proporcionam ao País, como é sabido, o conhecimento de sua situação e, conseqüentemente, de suas possibilidades, no setor industrial; entretanto, para que isso seja possível, com máximo êxito, mistei se torna a co-opeção franca dos informantes dêses inquéritos com os órgãos coletores dos respectivos dados

★ Foi publicado o 1º "Anuário Estatístico do Estado do Rio", elaborado pelo Departamento Estadual de Estatística, dentro do mesmo plano do "Anuário Estatístico do Brasil" Trata-se de um completo repositório de dados numéricos sôbre os mais variados aspectos da vida regional

O DEE realizou uma cerimônia especial para entregar ao governador Amaral Peixoto um exemplar do referido trabalho Essa entrega foi feita pela Srta Elen Cardoso da Silva, funcionária do Departamento O diretor, Sr Aldemar Alegria, pronunciou, nessa oportunidade, algumas palavras, ressaltando o significado daquele esforço empreendido pelos estatísticos fluminenses e o estímulo que representava, no momento, a visita do chefe do Governo estadual

Em seguida, o governador Amaral Peixoto agradeceu a oferta, manifestando o interesse com que sempre acompanhara as atividades do órgão estatístico regional

Finda a cerimônia, o chefe do governo fluminense, acompanhado de sua comitiva, visitou a sede da Inspetoria Regional de Estatística Municipal, onde foi recebido pelo Inspetor, Sr Francisco Steele, e seus funcionários

★ Em dezembro de 1952, ascendia a 37 019 quilômetros a extensão da rede ferroviária em tráfego, no Brasil Em 1938, essa extensão era de 34 207 quilômetros Houve, portanto, no interregno respectivo, um aumento de 2 812 quilômetros

Cabe às regiões Leste e Sul a parcela maior: 15 030 quilômetros, correspondendo a 40,6%, quanto à primeira, e 14 638 quilômetros, ou seja 39,5%, quanto à segunda A região Nordeste figura com 4 958 quilômetros (13,5%); o Centro-Oeste, com 1 616 quilômetros (4,3%); e o Norte, com 777 quilômetros (2,1%)

Constam êses dados da última edição do *Anuário Estatístico do Brasil*, do I B G E, relativo a 1953 Nêle figura, também a discriminação da quilometragem ferroviária, segundo os Estados e Territórios E Minas Gerais que possui maior extensão de estradas de ferro: 8 672 quilômetros, representando 23,4% do total no país Vem em seguida São Paulo, com 7 737 quilômetros (20,9%)

Ocupa o terceiro lugar o Rio Grande do Sul, com 3 757 quilômetros (10,2%), seguindo-se o Rio de Janeiro, com 2 650 quilômetros (7,2%); a Bahia, com 2 593 quilômetros (7,0%); o Paraná, com 1 803 quilômetros (4,9%); o Ceará, com 1 395 quilômetros (3,8%); Santa Catarina, com 1 341 quilômetros (3,6%); Pernambuco, com 1 151 quilômetros (3,1%); Mato Grosso, com 1 121 quilômetros (3,0%)

É inferior a 1 000 quilômetros a extensão das linhas ferroviárias em cada um dos demais Estados

★ Foram divulgados pela Secretaria-Geral do CNE os primeiros resultados da apuração das informações relativas ao Registro Industrial, concernentes a 1952 Essa apuração veio trazer ao público interessado vários elementos úteis ao conhecimento da vida industrial brasileira naquele ano Se, em relação a 1952, foi possível alcançar resultados satisfatórios, espera-se que maior êxito terá o inquérito relativo à situação em 1953, desde que para isso prestem os informantes do Registro Industrial a sua inestimável cooperação aos órgãos coletores do sistema estatístico brasileiro

★ Durante os anos compreendidos entre 1940 e 1952, aumentaram de 865,8% as arrecadações do imposto de consumo em todo o país — 1 053,7 milhões de cruzeiros no primeiro daqueles anos, e 9 123,6 milhões no segundo

A distribuição por Estado, em 1952, coloca São Paulo em plano destacado, com arrecadações no total de 4 411,7 milhões, ou seja, mais de metade do montante nacional Segue-se o Distrito Federal, com 2 085,5 milhões Como se vê, São Paulo e o Distrito Federal concorreram, naquele ano, com 71,2% das arrecadações do referido imposto no país inteiro

Infirma o *Anuário Estatístico do Brasil*, do IBGE, em sua última edição, que o terceiro lugar cabia ao Rio Grande do Sul, com 716,7 milhões, e o quarto a Pernambuco, com 459,4 milhões Vinham, logo após: Minas Gerais, com 337,5 milhões; Rio de Janeiro, com 309,2 milhões; Bahia, com 204,5 milhões; Paraná, com 171,7 milhões; Santa Catarina, com 113,6 milhões

Os demais Estados figuravam, cada um, com menos de 100 milhões de cruzeiros, sendo que a menor arrecadação, de 4,3 milhões, foi a do Piauí

★ Segundo o *Anuário Estatístico do Brasil*, relativo a 1953, lançado pelo IBGE, havia, no país em junho do ano passado, 322 202 automóveis para passageiros

Dêse total, 121 600 (37,8%) se achavam no Estado de São Paulo e 82 205 (25,5%) no Distrito Federal O Rio Grande do Sul figurava em terceiro lugar, com 33 968 automóveis, vindo em seguida Minas Gerais, com 18 101; o Paraná, com 12 187; Pernambuco, com 11 620; o Rio de Janeiro, com 10 671; a Bahia, com 6 739 Em cada um dos demais Estados, era inferior a 5 000 o número de automóveis

Mais sensível, porém, era o desequilíbrio observado entre as diferentes regiões geo-econômicas Sômente na região Sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) concentravam-se 172 370 (53,5%) dos 322 202 automóveis existentes no país inteiro; na região Leste (Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal), 120 989 (37,6%); Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), 22 033 (6,8%); na região Norte (Amazonas, Pará, e Territórios de Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá) 3 781 (1,2%); e na região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás) 3 029 (0,9%)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

Desembargador FLORÊNCIO DE ABREU

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1 Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a *Assembléa-Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembléa-Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J.E.C. (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembléa-Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2 "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística; mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C. N. E. através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1 Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2 "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a *Assembléa-Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições de ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúne-se ordinariamente uma vez por mês).

3 "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em *Consultoria Nacional*, articulada com o D. C., e 21 *Consultorias Regionais*, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2 "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 31-III-1954)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
Diretor interno — *RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO*
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
Diretor — *AFONSO ALMIRO RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR*
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
Diretor — *RAUL DO RÊGO LIMA*
- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Diretor — *MÁRIO MAIA*
- Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde
Diretor — *ALBERTO MARTINS*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

- Território do Acre..... — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor — *Napoleão Azevedo Maia*
- Território do Amapá..... — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — *Clóvis Pena Teixeira*
- Território do Guaporé..... — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — *Carlos Augusto de Mendonça*
- Território do Rio Branco..... — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — *Joaquim Neves Roberto*
- Amazonas..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Leopoldo Peres Sobrinho*
- Pará..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Orion Klautau*
- Maranhão..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Hipátia Damasceno Ferreira*
- Piauí..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *José Lopes dos Santos*
- Ceará..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Tomás Gomes da Silva*
- Rio Grande do Norte..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Antônio Alves de Oliveira*
- Paraíba..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Hildebrando Menezes*
- Pernambuco..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Paulo Acósti Pimentel*
- Alagoas..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *José de Carvalho Veras*
- Sergipe..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *José Hermenegildo da Cruz*
- Bahia..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Felipe Nery do Espírito Santo*
- Minas Gerais..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Romeu Jacob*
- Espírito Santo..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Antônio Lugon*
- Rio de Janeiro..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Aldemar Alegria*
- Distrito Federal..... — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor — *Sebastião do Nascimento*
- São Paulo..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Djalma Forjaz*
- Paraná..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Alcides Vieira Arcoverde*
- Santa Catarina..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Roberto Lacerda*
- Rio Grande do Sul..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Alfredo R. Fernandes Chaves*
- Goiás..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Geraldo Campos*
- Mato Grosso..... — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — *Horminda Pitaluga de Moura*

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 1 900 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.